



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO



KEILA BELCHOR DA SILVA FERREIRA

**GESTÃO, INCLUSÃO E A ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES PÚBLICO DA
EDUCAÇÃO ESPECIAL**

CATALÃO - GO
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1120, - Bairro Setor Universitário, Catalão/GO, CEP 75704-020 Telefone: - - <https://www.ufcat.edu.br>

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA)

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCA)

NA QUALIDADE DE TITULAR DOS DIREITOS DE AUTOR, AUTORIZO A UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCA) A DISPONIBILIZAR, GRATUITAMENTE, POR MEIO DA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD/UFCA), SEM RESSARCIMENTO DOS DIREITOS AUTORAIS, DE ACORDO COM A LEI 9.610/98, O DOCUMENTO CONFORME PERMISSÕES ASSINALADAS ABAIXO, PARA FINS DE LEITURA, IMPRESSÃO E/OU DOWNLOAD, A TÍTULO DE DIVULGAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA, A PARTIR DESTA DATA.

O CONTEÚDO DAS TESES E DISSERTAÇÕES DISPONIBILIZADO NA BDTD/UFCA É DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO AUTOR. AO ENCAMINHAR O PRODUTO FINAL, O(A) AUTOR(A) E O(A) ORIENTADOR(A) AO ENCAMINHAR O PRODUTO FINAL, O AUTOR(A) E O(A) ORIENTADOR(A) FIRMAM O COMPROMISSO DE QUE O TRABALHO NÃO CONTÉM NENHUMA VIOLAÇÃO DE QUAISQUER DIREITOS AUTORAIS OU OUTRO DIREITO DE TERCEIROS.

1. IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

DISSERTAÇÃO OU TESE? DISSERTAÇÃO

2. NOME COMPLETO DO AUTOR: KEILA BELCHOR DA SILVA FERREIRA

NOME COMPLETO DO(A) ORIENTADOR(A): WELLINGTON JHONNER DIVINO BARBOSA DA SILVA

3. TÍTULO DO TRABALHO

TÍTULO: GESTÃO, INCLUSÃO E A ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

4. INFORMAÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO (ESTE CAMPO DEVE SER PREENCHIDO PELO ORIENTADOR)

CONCORDA COM A LIBERAÇÃO TOTAL DO DOCUMENTO: [X] SIM [] NÃO¹

[¹] NESTE CASO O DOCUMENTO SERÁ EMBARGADO POR ATÉ UM ANO A PARTIR DA DATA DE DEFESA. APÓS ESSE PERÍODO, A POSSÍVEL DISPONIBILIZAÇÃO OCORRERÁ APENAS MEDIANTE:

A) CONSULTA AO(À) AUTOR(A) E AO(À) ORIENTADOR(A)

B) NOVO TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) ASSINADO E INSERIDO NO ARQUIVO DA TESE OU DISSERTAÇÃO.

O DOCUMENTO NÃO SERÁ DISPONIBILIZADO DURANTE O PERÍODO DE EMBARGO.

CASOS DE EMBARGO:

- SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE PATENTE;
- SUBMISSÃO DE ARTIGO EM REVISTA CIENTÍFICA;
- PUBLICAÇÃO COMO CAPÍTULO DE LIVRO;
- PUBLICAÇÃO DA DISSERTAÇÃO/TESE EM LIVRO.

Obs.: Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON JHONNER DIVINO BARBOSA DA SILVA, Orientador(a)**, em 15/09/2025, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Keila Belchor da Silva Ferreira, Usuário Externo**, em 15/09/2025, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0237749** e o código CRC **13C9DD8A**.

KEILA BELCHOR DA SILVA FERREIA

**GESTÃO, INCLUSÃO E A ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES
PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Área de Concentração: Educação. **Linha de Pesquisa:** Práticas Educativas, Formação de Professores e Inclusão.

Orientador: Professor Doutor Wellington Jhonner Divino Barbosa da Silva.

Coorientadora: Professora Doutora Dulcéria Tartuci.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

Ferreira, Keila Belchor da Silva

Gestão, inclusão e a escolarização dos estudantes público da educação especial / Keila Belchor da Silva Ferreira. - 2025.

135 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Wellington Jhonner Divino Barbosa da Silva; co-orientadora Profa. Dra. Dulcéria Tartuci.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Catalão, 2025.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, gráfico, lista de figuras.

1. Inclusão Escolar. 2. Gestão Escolar. 3. Ensino Fundamental. 4. Estudantes Público-Alvo da Educação Especial. I. Silva, Wellington Jhonner Divino Barbosa da, orient. II. Título.

CDU 376



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1120, - Bairro Setor Universitário, Catalão/GO,
CEP 75704-020 Telefone: - - <https://www.ufcat.edu.br>

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA DE Nº. 394 SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO.

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DESIGNADA PELA COORDENADORIA DO PPGEDUC PARA JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO DE KEILA BELCHOR DA SILVA FERREIRA.

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14:00 horas, Via Google Meet - <https://meet.google.com/cpy-mypw-oko> - Universidade Federal de Catalão (UFCA), reuniram-se os componentes da banca examinadora, o Prof. Dr. Wellington Jhonner Divino Barbosa da Silva - PPGEDUC/FAE/UFCA - Orientador; Profa. Dra. Maria Marta Lopes Flores - PPGEDUC/FAE/UFCA- Membro Interno; Profa. Dra. Kátia Silene da Silva - FAE/UFCA - Membro Externo, para, em sessão pública de exame de Defesa de mestrado, de **Keila Belchor da Silva Ferreira**, discente do Programa de Mestrado em Educação - PPGEDUC da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Catalão, área de Concentração Educação, com trabalho intitulado “GESTÃO, INCLUSÃO E A ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL”. A sessão foi aberta pelo presidente da banca, que fez a apresentação formal dos membros da banca. Em seguida, a palavra foi concedida a discente que, procedeu a apresentação da Defesa. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu a examinanda. Durante a arguição, os membros da banca não sugeriram alteração do título do trabalho. Terminada a fase de arguição, foi suspensa a Sessão Pública e, em Sessão Secreta, os arguidores atribuíram seus conceitos. Reaberta a Sessão Pública foi anunciado o resultado final: DEFESA APROVADA, fazendo jus, portanto, ao título de **Mestra em Educação**, de acordo com o artigo 57 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFCA. A Banca Examinadora de Defesa Pública de Dissertação foi realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu segundo artigo: Art. 2. A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de Dissertação/Tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE-UFCA, aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco.



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON JHONNER DIVINO BARBOSA DA SILVA, Orientador(a)**, em 19/08/2025, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KATIA SILENE DA SILVA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 19/08/2025, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA MARTA LOPES FLORES, Professor(a) do Magistério Superior**, em 19/08/2025, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0227623** e o código CRC **05171D80**.

KEILA BELCHOR DA SILVA FERREIRA

**GESTÃO, INCLUSÃO E A ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES PÚBLICO DA
EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação ofertado pela Universidade Federal de Catalão - (PPGEDUC/UFCAT), como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Wellington Jhonner D. Barbosa da Silva
Universidade Federal de Catalão - UFCAT - PPGEDUC (Orientador)

Profa. Dra.: Dulcéria Tartuci
Universidade Federal de Catalão - UFCAT - PPGEDUC (Coorientadora)

Profa. Dra.: Maria Marta Lopes Flores
Universidade Federal de Catalão - PPGEDUC (Membro interno)

Profa. Dra.: Kátia Silene da Silva
Universidade Federal de Catalão - UFCAT - Faculdade de Educação - FAE
(Membro externo)

CATALÃO/GO, AGOSTO DE 2025

AGRADECIMENTOS

A conclusão dessa jornada representa a realização de um sonho, o qual foi sendo adiado por motivos pessoais, mas que finalmente foi alcançado. Agradeço a Deus primeiramente, por ser minha fortaleza em todos os momentos, pela sabedoria concedida e por sustentar minha caminhada com fé e colocando em meu caminho pessoas boas e amigas a quem dirijo meus agradecimentos:

A meu esposo Edmar, meus filhos Paulo Ricardo e Maria Julia que vivenciaram comigo mais que as conquistas exitosas, partilharam à revelia de seus desejos, dos meus momentos de angústia, insegurança e ausência. Vocês são minha base, meu refúgio e minha maior motivação.

Aos meus pais, Antônio Jesus e Maria Helena, que mesmo não compreendendo a necessidade de tanto estudo, sempre foram meus incentivadores, mesmo preocupados com as viagens semanais, demonstrando amor e preocupação.

Aos meus irmãos, Edgar e Juliano pelo incentivo e admiração diante de meu esforço.

Aos meus tios Veri e Orlandina pela acolhida de sempre.

Às minhas sobrinhas Daniela, Lorrainy e Dezianny, por todo o incentivo a buscar essa qualificação e por terem sido meu socorro quando o computador deixou a desejar e também escuta calorosa.

Ao meu orientador Professor Dr. Wellington Jhonner e a minha coorientadora Professora Dra. Dulcéria Tartuci, meu carinho, admiração e respeito pela compreensão e por serem profissionais competentes e exigentes. Suas intervenções foram sempre positivas e desafiantes, motivando-me na busca de novos conhecimentos e melhores resultados com esforço e dedicação.

Às professoras Dra. Katia Silene da Silva e Dra. Maria Marta Lopes Flores, pela oportunidade de poder contar com as suas valiosas contribuições no meu trabalho.

Aos professores do Mestrado, meu carinho e admiração pelo conhecimento com que nos brindam a cada encontro e pela maneira competente com que conduzem o Programa de Pós-Graduação em Educação.

Às minhas amigas de Mestrado: Kátia, Eliete e Lucimara. Como foi bom viajar e gargalhar com vocês! A caminhada ficou mais leve. Obrigada pelas conversas,

AGRADECIMENTOS

pela partilha e pelo incentivo. Na verdade, amizade que levaremos conosco.

Aos meus colegas de mestrado, minha gratidão por todas as partilhas, mas principalmente Maria Carolina, Lorraine, Paulo e Kézia minha companheira de angústias, meu carinho e reconhecimento pela interação positiva realizada nesta jornada.

A Secretaria Municipal de Educação e aos gestores que gentilmente participaram desta pesquisa, por abrirem as portas de suas escolas, suas rotinas e pensamentos, tornando possível a concretização deste trabalho.

A Deus, pelo dom da vida;
Aos meus pais, Antônio e Maria, pelo
apoio e dedicação;
Ao meu esposo Edmar, meu filho,
Paulo Ricardo e minha filha, Maria
Júlia, herança do Senhor.

Renda-se, como eu me rendi.
Mergulhe no que você não conhece como eu
mergulhei. Não se preocupe em entender,
viver ultrapassa qualquer entendimento.
Clarice Lispector

RESUMO

A presente dissertação é fruto de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC), ofertado pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT), que investigou como tem sido a promoção da inclusão no contexto da educação básica. Promover a inclusão de estudantes público da educação especial implica não apenas garantir o acesso à escola, mas também assegurar a permanência, a participação e a aprendizagem em ambientes que respeitem as diferenças e ofereçam suporte às necessidades específicas de cada estudante. Nesse cenário, o gestor escolar desempenha um papel estratégico e indispensável, pois é responsável por articular recursos, formar e mobilizar a equipe pedagógica, implementar políticas públicas e promover uma cultura institucional pautada na valorização da diversidade. Nesse sentido, formulou-se a seguinte problemática: Qual tem sido o papel desempenhado pelos gestores escolares municipais, de escolas de ensino fundamental I e II, frente ao desafio da inclusão escolar de crianças e adolescentes com deficiência no município de Ipameri - GO? Mediante a este problema, teve-se como objetivo investigar as diretrizes legais de Educação Especial da Rede Municipal de Educação e a atuação dos gestores escolares no tocante à inclusão e escolarização de estudantes público da educação especial, mais especificamente: descrever as diretrizes legais de educação especial da Rede Municipal de Educação; analisar o papel e atuação do gestor escolar em relação à escolarização dos estudantes público da educação especial do Ensino Fundamental I e II; e compreender as repercussões da inclusão dos estudantes público da educação especial na gestão das escolas, a partir das ações dos gestores. Participaram da pesquisa onze gestores - diretores e coordenadores - de escolas municipais de ensino fundamental I e II. Os dados foram coletados por meio de questionário para caracterização dos participantes e entrevista semiestruturada e a análise e interpretação dos mesmos por meio dos núcleos de significação. Os resultados foram analisados com base nas Diretrizes Legais de Educação Especial e Gestão Escolar, considerando três núcleos: (1) Investimentos, Redes de Apoio e Suportes: repercussões para inclusão escolar de estudantes público da educação especial; (2) Papel e Ações Desenvolvidas pelos Gestores Escolares e as suas repercussões; (3) Inclusão Escolar, Gestão e o Projeto Político Pedagógico. A análise evidenciou que nem todos os gestores reconhecem a importância da gestão escolar como elemento articulador de políticas públicas e de práticas pedagógicas inclusivas. Revelou, ainda, a urgência de investir em formação crítica e contínua, garantir condições estruturais adequadas e fomentar uma mudança de paradigma.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Gestão Escolar. Ensino Fundamental. Estudantes Público-Alvo da Educação Especial.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a research conducted within the Graduate Program in Education (PPGEDUC) offered by the Federal University of Catalão (UFCAT), the study investigates how inclusion has been promoted in the context of basic education, emphasizing that promoting the inclusion of students with special educational needs involves not only access to school but also ensuring their permanence, participation, and learning in environments that respect differences and provide support tailored to each student's needs. In this scenario, school managers play a strategic and essential role, as they are responsible for coordinating resources, training and mobilizing the pedagogical team, implementing public policies, and fostering an institutional culture that values diversity. The research problem addressed was: What has been the role of municipal school managers of elementary schools (Grades I and II) in facing the challenge of school inclusion for children and adolescents with disabilities in the municipality of Ipameri - GO? The objective was to investigate the legal guidelines for Special Education in the Municipal Education Network and the role of school managers regarding the inclusion and schooling of students with special educational needs. Specifically, it aimed to describe the legal guidelines, analyze the role and actions of school managers in relation to the schooling of students with special needs, and understand the repercussions of inclusion on school management based on managers' actions. Eleven managers—principals and coordinators—from municipal elementary schools participated in the study. Data were collected through questionnaires for participant characterization and semi-structured interviews, with analysis and interpretation carried out through meaning nuclei. The results, analyzed based on Legal Guidelines for Special Education and School Management, revealed three nuclei: (1) Investments, Support Networks and Supports (repercussions for inclusion), (2) the Role and Actions of School Managers, and (3) Inclusion, Management, and the Pedagogical Political Project. The findings showed that not all managers recognize the importance of school management as an articulator of public policies and inclusive pedagogical practices. It is urgent to invest in critical and continuous training, ensure adequate structural conditions, and promote a paradigm shift towards inclusive education.

Keywords: Inclusive Education, School Management, Elementary Education, Students with Special Educational Needs.

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BDTD	Banco Digital de Teses e Dissertações
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEE	Conselho Estadual de Educação
CIPTEA	Carteira de Identificação da Pessoa com TEA
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
INEP	Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBI	Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NAAH/S	Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação
NEPPEIN	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Educativas e Inclusão
NS	Núcleos de Significação
ONU	Organização das Nações Unidas
PDE	Plano de Desenvolvimento de Educação
PEI	Plano Educacional Individualizado
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEDH	O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PPP	Projeto Político Pedagógico
RJE	Rede Jesuíta de Educação
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão
SME	Secretaria Municipal de Educação
SRM	Sala de Recursos Multifuncionais
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UFCAT	Universidade Federal de Catalão

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Estrutura Organizacional Básica da Secretaria Municipal da Educação de Ipameri, GO.....	61
Figura 2	Serviços de Apoio Pedagógico Realizado nas Classes Comuns e no Atendimento Educacional especializado	64
Figura 3	Núcleos de Significação	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução do IDEB de Ipameri, GO ao longo de 16 anos.....	45
Gráfico 2	Evolução do IDEB de Ipameri, GO em comparação com o Estadual e o Federal anos iniciais.....	46
Gráfico 3	Evolução do IDEB de Ipameri, GO em comparação com o estadual e o Federal anos finais.....	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Unidades Escolares, Etapa Educacional e Gestores.....	47
Quadro 2	Caracterização dos Gestores.....	49
Quadro 3	Principais Sinais Utilizados para Normatizar a Transcrição das Entrevistas.....	55
Quadro 4	De indicadores aos Núcleos de Significação	59

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, INCLUSÃO E A GESTÃO ESCOLAR.....	24
2.1	Políticas de Educação Especial e Inclusão Escolar	37
2.2	Gestor Escolar frente à Inclusão de Estudantes Público da Educação Especial	43
3	PERCURSO METODOLÓGICO: INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DA INVESTIGAÇÃO.....	44
3.1	Contexto da Pesquisa.....	47
3.2	Perfil das Participantes da Pesquisa	50
3.3	Procedimentos de Acesso e Produção dos Dados	52
3.3.1	<i>A Entrevista com os Participantes</i>	56
3.3.2	<i>Análise dos dados – de Pré-indicadores aos Núcleos de Significação.....</i>	60

4 DIRETRIZES LEGAIS E A ATUAÇÃO DO GESTOR NA ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	61
4.1 Diretrizes Legais de Educação Especial e Gestão Escolar em Ipameri, GO	65
4.1.1 Atribuições dos Profissionais de Educação Especial.....	69
4.1.2 Normativas para os Cargos de Direção e Coordenação no Município de Ipameri, GO	72
4.2 Ações e Atuação do Gestor na Inclusão Escolar dos Estudantes Público da Educação Especial.....	72
4.2.1 Investimentos, Redes de Apoio e Suportes: repercussões para inclusão escolar de estudantes público da educação especial	79
4.2.2 Papel e Ações Desenvolvidas pelos Gestores Escolares e as Repercussões	86
4.2.3 Inclusão Escolar, Gestão e o Projeto Político Pedagógico	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE A – SOLICITAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA	101
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA GESTORES.....	103
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS GESTORES.....	105

APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GESTORES.....	108
APÊNDICE E – PRÉ-INDICADORES EXTRAÍDOS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	119
APÊNDICE F – SISTEMATIZAÇÃO DOS PRÉ-INDICADORES E CONTEÚDOS TEMÁTICOS	135

1 INTRODUÇÃO

O interesse inicial por essa pesquisa se deu pelo fato de que durante toda a minha vida convivi com pessoas com deficiência, as quais vivenciaram diferentes realidades. Quando eu tinha três anos, nasceu meu irmão mais novo, o caçula, uma gravidez tranquila, dentro da normalidade. Porém, naquela época não era comum fazer o acompanhamento médico, e o momento do nascimento foi difícil, minha mãe teve que fazer uma cesárea, pois não conseguiu fazer o parto normal, como dos outros filhos e logo após, teve de ser encaminhado para Goiânia, pois na cidade de Ipameri-GO não tinha as condições necessárias para sua sobrevivência. Se recuperou bem, e descobriu-se que tinha deficiência física nos pés e braços, que teria de fazer tratamento, usar sapatos especiais e que poderia nunca conseguir andar. Porém, foi criado como uma criança típica e foi superando as dificuldades, e a discriminação, a qual era bastante notória, por parte de crianças e adultos.

Acompanhei também a história de um vizinho que era deficiente intelectual e passara toda a sua existência trancafiado dentro de um quarto, tendo como único meio de contato com o mundo uma pequena janela, através da qual podia observar o movimento da rua e o transitar de outras pessoas. Muitas vezes era possível ouvir os seus gritos de desespero. Aquilo era aterrorizante, mas só fui ter clareza da realidade depois que cresci. Este, faleceu já adulto, sem conhecer nada, a não ser o que via da sua janela.

Minha avó paterna, com quase sessenta anos perdeu a visão por conta de um glaucoma, passou por algumas cirurgias, mas não conseguiram impedir o avanço da doença. Acompanhei de perto toda a sua adaptação e coragem para enfrentar uma vida diferente daquela que ela conhecia, não foi fácil vê-la conhecer pessoas pelo toque das mãos, mas era uma mulher de fé inabalável, viveu ainda, por uns trinta anos sem lamentações. Fazia alguns serviços da casa, cuidava de si, frequentava os lugares que gostava de ir, principalmente a igreja, onde renovava suas forças, lógico que com acompanhamento de familiares, mas não se privou de viver.

Ao iniciar minha trajetória profissional, enquanto professora, no ano de 2006, na escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, não tive nenhum aluno com deficiência, mas presenciei o despreparo e angústia de colegas que tinham e não sabiam como trabalhar com os mesmos. Depois de alguns anos na sala de aula, mais

propriamente em 2009, assumi a função de coordenadora pedagógica na escola Municipal Nossa Senhora de Fátima e me deparei com os desafios da educação inclusiva. No processo de orientação junto aos professores, na ação de planejar aulas que fossem para todos os estudantes, com ou sem deficiência, senti a falta de conhecimento limitando o trabalho de orientar e buscar caminhos que ajudassem na construção de um currículo flexível, respeitando a diversidade presente na sala de aula comum. E, nesse aspecto, então aguçou ainda mais meu interesse pelo assunto.

Sempre foi muito difícil, nos momentos de conversa ou conselhos de classe, ouvir de professores que era desnecessário trabalhar com estudantes público da educação especial, pois eles só atrapalhavam o rendimento da turma, além da dificuldade de ter de elaborar atividades diferenciadas para estes. Porém, isso me instiga a buscar mais conhecimento acerca da inclusão, para ter argumentos ao dialogar e tentar mudar esses pensamentos retrógrados.

Exerci também as funções de orientação educacional no ano de 2013 e direção, nos anos 2018 a 2021 da mesma escola, a qual já enfrenta vários outros desafios, por se tratar de uma escola periférica, cuja aprendizagem não é a prioridade para a maioria dos estudantes e familiares. Atualmente, exerço a função de coordenadora pedagógica novamente, e apesar de participar de formações continuadas, a maioria delas por iniciativa própria, elaboração do PPP da escola de maneira a atender às necessidades dos estudantes com ou sem deficiência, muitos aspectos ainda me angustiam.

Sempre presenciei a cobrança acerca do trabalho do professor enquanto peça principal da inclusão de crianças com necessidades específicas, mas considerando que a escola é um espaço democrático e de transformação, todos tem uma função a desempenhar para que esta cumpra o seu papel, me perguntava qual a função do grupo gestor enquanto articulador do espaço pedagógico, para a concretização da aprendizagem dos estudantes com ou sem deficiência?

Foi assim, na busca por mais conhecimento e quem sabe respostas, que me aventurei, a realizar o processo seletivo do mestrado em educação da UFCAT, e aqui estou. Elaborei o projeto inicial voltado para o uso das tecnologias pós pandemia, pois não me sentia segura para defender um projeto sobre inclusão, diante da Prof^ª. Dulcéria Tartuci, e não é que depois da aprovação, ela se tornou minha coorientadora vinte anos depois de ter sido minha professora e orientadora no curso de Graduação.

Após algumas conversas e realização de algumas leituras iniciais, ponderamos que entrelaçar a inclusão escolar à gestão escolar seria um tema interessante e que vinha ao encontro com o objetivo principal de estar embarcando nessa aventura chamada MESTRADO.

Portanto, diante da relevância da gestão escolar para a construção da escola inclusiva, quanto ao desenvolvimento de estratégias e ações que apoiem os professores na realização de práticas educativas inclusivas que atendam às necessidades dos estudantes público da educação especial, que este estudo parte do seguinte questionamento: qual tem sido o papel desempenhado pelos gestores escolares municipais, de escolas de ensino fundamental I e II, frente ao desafio da inclusão escolar de crianças e adolescentes com deficiência no município de Ipameri, GO? Tendo como principal objetivo investigar as diretrizes legais de educação especial da Rede Municipal de Educação e a atuação dos gestores escolares no tocante à inclusão e escolarização de estudantes público da educação especial. Para isso, este estudo organiza-se em torno dos seguintes objetivos específicos: descrever as diretrizes legais de educação especial da Rede Municipal de Educação; analisar o papel e atuação do gestor escolar em relação à escolarização dos estudantes público da educação especial do Ensino Fundamental (I e II); e compreender as repercussões da inclusão dos estudantes público da educação especial na gestão das escolas, a partir das ações dos seus gestores

A pesquisa é de abordagem qualitativa, da tipologia descritiva, e como instrumentos de acesso aos dados foram utilizadas análise de documentos e técnicas de questionários e entrevistas semiestruturadas.

As atividades inerentes a essa pesquisa se iniciaram a partir do estudo das leis, diretrizes e resoluções que orientam a educação especial no Brasil e também de publicações de autores considerados como referência, que discutem sobre a atuação dos Gestores educacionais como agentes primordiais para a escolarização de Pessoas com deficiência.

Na primeira seção, temos a introdução do trabalho, onde trazemos a motivação que levou a produção deste trabalho, e para o arcabouço teórico da pesquisa, realizou-se um levantamento de produções acadêmicas nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações-BDTD e na plataforma do *Google Acadêmico*, utilizando-se os descritores combinados “Inclusão; Gestão Escolar;

Ensino Fundamental”; marcador temporal: entre 2004-2024, para se ter acesso a produções e termos mais atuais.

Na segunda seção, denominada **Políticas de Educação Especial, Inclusão e a Gestão Escolar** estão descritas as normativas que pautaram a educação especial e também a atuação dos gestores de um município para que a inclusão de pessoas público da educação especial aconteça a partir das diretrizes legais que servem de base para a educação inclusiva no Brasil.

Na terceira seção intitulada **Percurso Metodológico: Instrumentos e Procedimentos da Investigação**, apresenta a caracterização da investigação, definida como qualitativa de abordagem descritiva, o contexto e participantes da pesquisa, os procedimentos de acesso aos dados, e o procedimento metodológico adotado para análise e interpretação dos dados, definido como Núcleos de Significação, proposto por Aguiar e Ozella (2006, 2013).

Na quarta seção, intitulada **Diretrizes Legais e a Atuação do Gestor na Escolarização de Estudantes Público da Educação Especial: análise e discussão dos resultados**, consiste na interpretação dos resultados sistematizados, a partir das falas dos participantes da pesquisa, considerando as mediações histórico-sociais que atravessam tanto o sujeito quanto a realidade na qual atua a partir dos núcleos de significação elaborados.

E, por fim, as considerações finais acerca de todas as discussões elencadas ao longo da pesquisa sobre a atuação dos gestores escolares no tocante à inclusão e escolarização de estudantes público da educação especial.

2 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, INCLUSÃO E A GESTÃO ESCOLAR

Esta seção apresenta uma discussão a partir de publicações no âmbito da educação especial e que discutem sobre a inclusão educacional dos estudantes com deficiência. Nela, é sugerido um diálogo sobre as Políticas de educação especial e Inclusão das pessoas público da educação especial¹ e a Atuação do Gestor Escolar para Inclusão Escolar, que será apresentada a partir das diretrizes legais que servem de base para a educação inclusiva no Brasil. Essas legislações foram fundamentais para garantir o direito à educação de qualidade para todos, especialmente para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A discussão dessas legislações busca apontar a evolução das políticas públicas voltadas à inclusão e o compromisso do país com a construção de um sistema educacional mais justo e acessível.

2.1 Políticas de Educação Especial e Inclusão Escolar

As primeiras salas de aula de escolas especializadas surgiram por volta da década de 1950, com características assistencialistas, em instituições filantrópicas de atendimento aos estudantes com deficiência (Brasil, 2006). O direito à educação gratuita e pública foi aprovado com a *Declaração da Criança* (1959), este período foi marcado por uma segregação no atendimento das pessoas com deficiência dentro das grandes instituições.

É na década de 1970, que surge a ideia de educação (reabilitação), desses sujeitos. Porém, mesmo com a aceitação desses estudantes em classes comuns, o estudante com alguma deficiência ainda era marginalizado pela falta de condições para o atendimento especializado (Brasil, 1996).

Com a promulgação da *Constituição Federal*, em 1988, e da *Lei de Diretrizes e Base da Educação* (LDB) – 9394/96, aconteceram alterações no acesso dos especiais e na inclusão desses estudantes em classes regulares. “Assegurarão aos educandos

¹ São considerados estudantes Público-Alvo da Educação Especial às pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação (s/p). (Brasil, 2008, 2011).

com necessidades especiais, currículo, método, técnica, recursos educativos e organização específica para atender às necessidades” (Brasil, 1996, p. 44).

Em 1989, aprovou-se a Lei nº 7.853, que garante os direitos das pessoas com necessidades especiais e determina que a matrícula delas seja efetuada na rede regular de ensino, desde que sejam capazes. Com o apoio na Constituição Federal, em 1990, é criado o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA) - Lei nº 8.069/90, que estabelece alguns dos princípios da educação inclusiva e dá à infância e à adolescência o direito a uma proteção integral e a conotação destes como cidadãos com direitos.

Ainda em 1990, é realizada a *Conferência Mundial de Educação para Todos*, realizada em Jomtien, na Tailândia. O evento chamou a atenção para os altos índices de crianças, adolescentes e jovens que estavam fora do ambiente escolar. O objetivo central desta conferência era promover transformações nos sistemas de ensino global. Os líderes mundiais reconheceram que a exclusão educacional era uma das principais barreiras para o desenvolvimento humano e social, e comprometeram-se a adotar medidas urgentes para combater essa realidade. A conferência representou um marco na história da educação global, destacando a necessidade de políticas e programas eficazes para garantir que todas as crianças e jovens tivessem acesso a uma educação de qualidade e que isso se tornasse uma prioridade em nível mundial.

A *Declaração de Salamanca* (1994), elaborada na Espanha, traz para o debate o enfoque na inclusão numa perspectiva mundial, criando propostas para uma política educacional de educação inclusiva. Ao assinar os termos desse documento, o Brasil se compromete na “promoção de uma sociedade integradora, justa e igualitária” (Brasil, 1997, p. 3). A partir da realização da convenção, e elaboração do documento normativo, no Brasil são reforçados os princípios de inclusão de crianças com deficiências na escola regular, e incentivada a busca por sua integralização, por meio da declaração “afirma-se que sempre que possível, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, é possível o acesso na escola comum (Brasil, 1994, p.5).

Ainda em 1994, é publicada a *Política Nacional de Educação Especial* que surgiu em resposta aos diversos pedidos de “integração instrucional”, que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino

comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (Brasil, 2010, p.19).

Deste modo “[...] em resposta a esse clamor, nasce a política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, está destinada a estudantes com deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação direcionando-os ao acesso às classes comuns do ensino regular” (Brasil, 2010). Entretanto, a implementação desta política não garantiu de imediato profundas modificações nas práticas educacionais cotidianas que pudessem valorizar os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mantendo a responsabilidade da educação desses estudantes com deficiência mental no âmbito da educação especial.

Aprovada em 1996 a Lei Nº 9.394 - *Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)*, que desde 1994, já demonstrava ampliação da oferta da educação especial na faixa etária de zero a seis anos, no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados aos estudantes com necessidades; recursos adequados; investimento em professores com qualificação para trabalhar com as diversidades. No art. 58 retrata especificamente a educação especial, que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e, quando necessário, deve-se garantir o serviço de apoio especializado.

Em seu art. 59, é prescrito que cabe ao sistema de ensino assegurar aos estudantes com métodos; currículos; recursos e apresentar organização específica para atender às suas necessidades e especificidades - assegurando recursos a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em consequência de suas deficiências. Assegura ainda, a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do sistema escolar (Brasil, 2010).

Em 1999, foi instituído o *Decreto Nº 3.298*, que estabeleceu a *Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*, que representou um marco significativo na regulamentação dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Dez anos após a regulamentação da Lei 7.853 de 1989, esse decreto foi criado para dar suporte e diretrizes claras à implementação dessa política. Um dos principais destaques desse decreto foi a abordagem da educação especial como uma modalidade transversal, perpassando por todos os níveis e modalidades de ensino.

Essa nova abordagem vislumbrou a necessidade e importância de garantir a

inclusão e o acesso à educação para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades especiais, e promover a integração desses estudantes em ambientes educacionais regulares. Tal perspectiva foi mais um passo decisivo na promoção da igualdade de oportunidades na busca por uma educação e sociedade mais justa e inclusiva, rompendo com o paradigma educacional existente até então, da estrutura curricular fechada e homogeneidade na escola (Brasil, 2010).

Ainda no ano de 1999, outro marco histórico para inclusão que repercutiu nas legislações brasileiras foi a Convenção da Guatemala - *Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*, aprovada pelo Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos. A partir dela foi reafirmado que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas, e que estes direitos, inclusive o direito de não serem submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano (Brasil, 2001). Os avanços alcançados nessa convenção repercutiram no sistema educacional, uma vez que exigia uma interpretação da educação especial, naquilo que compreendia uma interpretação das diferenças, promovendo, assim, a redução das barreiras que poderiam ou impediam o acesso à escolarização.

Nos anos seguintes os direitos das pessoas com deficiências avançaram significativamente percorrendo caminhos mais abrangentes e inclusivos, com a instituição de iniciativas legislativas e adoção de medidas inclusivas (Teles, 2018). O estabelecimento da prioridade de atendimento, conforme previsto na *Lei nº 10048/2000*, e a extensão dos benefícios aos filhos necessitados com deficiências, regulamentada pela *Lei nº 10050/2000*, foram passos importantes nessa trajetória. Destacamos ainda, a promoção da acessibilidade, como prevista na *Lei nº 10098/2000*, e a restauração da vigência da lei sobre o *Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)*, estabelecida pela *Lei 10182/2001*. Outras medidas relevantes incluem a acessibilidade para o eleitor deficiente físico, conforme estipulado pela *Lei nº 10226/2001*, e a instituição do *Programa de Complementação ao ingresso e Permanência do Cão-guia* em ambientes coletivos, conforme estabelecido pela *Lei 11126/2005*.

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 representa um marco importante na promoção da inclusão educacional no Brasil. Estabelecendo as *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*, essa resolução reflete o compromisso do país em acompanhar o processo de mudança e garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes. Em seu Art. 2, as diretrizes determinam que os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, independentemente de suas necessidades educacionais especiais, e cabe às escolas organizarem-se para atender esses educandos, assegurando as condições necessárias para uma educação inclusiva e de excelência.

Em 2003, o Ministério da Educação lança o *Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade*; transformação das escolas em centros educacionais inclusivos; capacitação e formação de gestores e educadores para a garantia da acessibilidade, promovidas por municípios e unidades federativas (Brasil, 2001).

Em 2004, o Ministério Público Federal publicou o documento - *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas Comuns da rede Regular*, com objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de estudantes com ou sem deficiências nas turmas comuns do ensino regular. Esse documento desempenha um importante papel na disseminação dos conceitos e diretrizes globais para a inclusão educacional. Ao reafirmar o direito e os benefícios da escolarização conjunta de estudantes com e sem deficiência nas turmas regulares do ensino básico e promover essa integração, o documento busca não apenas garantir o acesso igualitário à educação, mas também equalizar o ambiente educacional ao valorizar a diversidade e fomentar o respeito mútuo entre os estudantes (Brasil, 2010).

O Decreto nº 5296/04 foi um marco significativo na regulamentação das leis nº 10048/00 e nº 10098/00, às quais foram cruciais para impulsionar a inclusão educacional e social no Brasil. Essas leis estabeleceram normas e critérios essenciais para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Dentro desse contexto, o *Programa Brasil Acessível*, do Ministério das Cidades, ganha destaque. Esse programa tem como objetivo principal promover a acessibilidade urbana, apoiando ações que visam garantir o acesso universal aos espaços públicos. Essa iniciativa é fundamental para construir uma sociedade mais inclusiva e proporcionar igualdade de oportunidades para todos os cidadãos,

independentemente de suas limitações físicas, inclusive em relação à arquitetura dos prédios escolares e salas multifuncionais (Brasil, 2004).

O *Decreto Nº 5.626/05* - Regulamenta a Lei nº 10.436 - que assegura às pessoas surdas o direito à informação, comunicação e educação, visando um acesso à escola aos estudantes surdos. Dispõe a inclusão das Libras como disciplina curricular; a formação e certificação de professor, tradutor/ intérprete de Libras; o ensino de Língua Portuguesa como a segunda língua para os estudantes surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular (Brasil, 2010).

Em 2005, também fica estabelecida a implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S), em todos os estados e no Distrito Federal. Foram organizados centros de referências na área das Altas Habilidades/Superdotação para realização do AEE; orientação das famílias e a formação continuada dos professores, constituindo a organização da política de educação inclusiva de formar e garantir esse atendimento aos estudantes da rede pública de ensino.

O *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEHDH*, instituído em 2005, consolida um projeto de sociedade baseado nos princípios de democracia e cidadania por meio de um instrumento de constituição de uma cultura de Direitos Humanos; o Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE). O Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos ao propor uma cultura universal de direitos humanos, por meio do conhecimento, habilidades e atitudes, atribui às instituições de ensino superior a responsabilidade de formar cidadãos hábeis e engajados para participar ativamente de uma sociedade livre (ONU, 2005).

A Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em 2006, aprovou a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, da qual o Brasil foi signatário. Esta convenção estabelece aos Estados a obrigação de garantir um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Isso implica desenvolver um ambiente acadêmico e social que promova a participação e inclusão de todos. Entre as medidas exigidas estão: a) garantir que pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral nem do ensino fundamental gratuito e compulsório; b) assegurar que pessoas com deficiência tenham acesso a um ensino fundamental de qualidade, de forma inclusiva e em igualdade de condições com as demais pessoas da comunidade em que vivem (Brasil, 2010).

O Decreto Nº 6.094 - *A implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, firmado em 2007, estabeleceu o compromisso de Todos pela Educação, cuja meta era de garantir o acesso e permanência no ensino regular e nos atendimentos de necessidades educacionais especializadas ou seja, deve-se assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão.

Por meio do decreto, garante-se o acesso ao ensino fundamental inclusivo e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem. É importante acrescentar que o *Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)*, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial; a implantação de salas de recursos multifuncionais; a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares; o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior; e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC (Brasil, 2007).

A *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva* foi instituída em 2008. Essa política representou um marco ao introduzir o movimento mundial em prol da educação inclusiva no contexto brasileiro. Ela fundamentou-se em marcos históricos e normativos, incluindo dados de diagnóstico obtidos pelo censo escolar do MEC/INEP. Os objetivos da política foram delineados com o propósito de promover uma educação especial dentro da perspectiva inclusiva, conceituando a própria educação especial e definindo os estudantes que seriam atendidos pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de estabelecer diretrizes para uma política inclusiva (Brasil, 2008).

O Decreto nº 6.949/2009, em seu Art. 24, aborda os Direitos das Pessoas com Deficiência, onde define como meta a educação inclusiva, que estudantes com e sem deficiência, ou limitações e peculiaridades estudem na mesma sala de aula, objetivando qualidade de ensino e formação ética a todas as crianças (Brasil, 2009). No ano de 2010, uma importante mudança na legislação foi introduzida pela Resolução nº 1, de 15 de outubro de 2010, do *Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE)*.

Nesta resolução, no art. 2º, houve uma atualização na nomenclatura do regimento interno do CONADE, onde o inciso I substituiu "pessoas portadoras de

deficiência" por "pessoas com deficiência". Essa alteração foi uma medida significativa que visa promover uma linguagem mais inclusiva e respeitosa em relação às pessoas com deficiência, refletindo um reconhecimento maior de sua dignidade e identidade (Brasil, 2010).

O Brasil deu um passo significativo em direção à garantia de uma educação inclusiva com a promulgação do *Decreto Nº 7.611*, de 2011, que dispõe sobre a *Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE)*. Este decreto estabelece a necessidade de um sistema educacional inclusivo que abranja todos os níveis de ensino, proporcionando igualdade de oportunidades a todos, sem discriminação. Além disso, ele revoga o *Decreto Nº 6.571 de 2008* e altera os artigos 9º e 14º do *Decreto Nº 6.253 de 2007*, em relação à distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para estudantes com dupla matrícula, tanto no ensino regular quanto no AEE, e também em relação à efetivação das matrículas dos estudantes com deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação. Essas mudanças representam um compromisso renovado do governo brasileiro com a educação inclusiva e o acesso igualitário à educação para todos os estudantes.

Em 2012, foi promulgada a lei que institui a *Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista* - a Lei nº 12.764, que altera o inciso 3º do artigo 98 da Lei nº 811/90, e determina o direito dos autistas a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento pelo Sistema Único de Saúde; além do acesso à educação e à proteção social (Brasil, 2012).

A *Lei nº 12.796/2013* amplia a obrigatoriedade da faixa etária de quatro a dezessete anos de idade, alterando a LDB n. 9394/96, a qual não obrigava a matrícula de crianças de quatro e cinco anos. Conforme a Lei nº 12.796/2013 “Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, compreendido: pré-escola; ensino fundamental, ensino médio; AEE gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 2013, p.5).

A *Lei nº 13.005/2014* – Plano Nacional de Educação (PNE), no decênio 2014/2024, estabelece metas e diretrizes a serem cumpridas ao longo de dez anos.

Dentro desse contexto, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica assume um papel fundamental, coordenado pela União, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, esse sistema constitui uma fonte crucial de informações para avaliar a qualidade da educação básica e orientar as políticas públicas nesse nível de ensino (Brasil, 2014).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência foi promulgada em 2015, também conhecida como *Estatuto da Pessoa com Deficiência* - Lei nº 13.146/2015, um marco importante na garantia dos direitos e liberdades das pessoas com deficiência (Brasil, 2015). Esta legislação consolidou direitos e deveres que antes estavam dispersos em outras leis, decretos e portarias, estabelecendo limites e condições claras e atribuindo responsabilidades para cada ator envolvido.

Em 2016, foi instituída a *Lei nº 13.345/2016*, um marco significativo no Brasil, não apenas por sua própria implementação, mas também pela criação de medidas adicionais destinadas a garantir os direitos e o bem-estar das pessoas com deficiência. Juntamente com essa legislação, foram estabelecidas as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de fortalecer políticas voltadas para esse grupo. Além disso, a lei proporcionou um apoio financeiro crucial para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), visando melhorar a qualidade de vida e a inclusão socioeconômica das pessoas com deficiência.

Outras medidas importantes incluem a *Lei nº 13.362/2016*, que instituiu a obrigatoriedade de ações para assegurar o tratamento, prevenção e detecção de câncer de colo de útero em mulheres com deficiências. Além disso, a reserva de vagas nos cursos técnicos de nível médio e superior de instituições federais de ensino, estabelecida pela *Lei nº 13.409/2016*, visou promover a inclusão educacional e profissional dessas pessoas, garantindo acesso igualitário às oportunidades de educação e formação. Essas iniciativas refletem o compromisso do Brasil em promover a igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de suas condições físicas ou mentais (Brasil, 2016). A *Lei nº 13.443/2017* estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de brinquedos adaptados para pessoas com deficiência em espaços públicos (Brasil, 2017).

O *Decreto nº 9465/2019*, no ano de 2019, marca uma reformulação significativa no panorama educacional brasileiro ao estabelecer a criação da *Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação*, que substitui a antiga Secretaria de

Educação Continuada, Diversidade e Inclusão (Secadi). Esta nova estrutura é composta por três diretorias especializadas: A Diretoria de Acessibilidade; Mobilidade; Inclusão e Apoio a Pessoas com Deficiência; a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos; e a Diretoria de Políticas para Mobilidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras. Essa reorganização buscando proporcionar uma abordagem mais focada e eficaz às diversas necessidades educacionais e culturais presentes no país, fortalece o compromisso com a inclusão e a diversidade no sistema educacional brasileiro (Brasil, 2020).

No início de 2020, uma conquista significativa foi alcançada com a promulgação da *Lei nº 13.977*. Esta legislação estabeleceu o direito das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) de obterem a Carteira de Identificação da Pessoa com TEA (CIPTEA). Emitida de forma gratuita por órgãos públicos, essa carteira desempenha um papel crucial ao reconhecer a impossibilidade de identificar o autismo visualmente. Ao fortalecer os direitos das Pessoas com Deficiência, essa medida representa um avanço significativo na garantia da inclusão e do respeito à diversidade. Outro avanço significativo para inclusão de estudantes com deficiência foi a instituição do Projeto de *Lei nº 4.050/2023*, que versa sobre a oferta de profissionais de apoio escolar especializados nas salas de aula para atendimento aos estudantes com deficiência (Brasil, 2023).

A educação inclusiva requer mudanças no paradigma educacional e social, para isso são necessárias ações que efetivem e disseminem o conhecimento acerca desta realidade em contextos brasileiros. Sendo assim, pesquisar, relatar e acreditar no avanço deste paradigma educacional é abrir espaços para a construção da escola inclusiva e contribuir na promoção do movimento de consolidação de uma sociedade mais igualitária. Portanto,

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático. Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (Brasil, 2001, p. 20).

Para isso, de acordo com Tezani (2004), devem ser adotadas medidas político-administrativas conjuntas, envolvendo as três esferas do poder público: federal, estadual e municipal, além de medidas escolares e em sala de aula, partindo do princípio que educar é uma constante busca. Assim, a escola inclusiva é o resultado de um somatório envolvendo a sociedade como um todo: comunidade escolar; famílias; comunidades científicas; movimentos sociais e manifestações culturais. No entanto, os avanços encontrados quanto à inserção e integração dos estudantes público da educação especial na escola regular são frutos de décadas de lutas e conquistas gradativas, que ano após ano foram sendo implementadas dando forma ao AEE de que se dispõe atualmente.

Pensar a Educação inclusiva ainda hoje é um desafio que precisa ser encarado no âmbito social e escolar, percebemos que a entrada dos estudantes público da educação especial nas escolas municipais, e também privadas, muitas vezes se apresenta como uma barreira para os pais que têm seus filhos com algum tipo de deficiência. Diante das demandas desses estudantes, diversos mecanismos surgem para garantir o direito deles a estudarem em uma escola que os acolha e os trate com respeito. Sendo assim, os decretos, leis e as resoluções aparecem mediante as movimentações feitas pela sociedade, em prol da inclusão dessas pessoas.

A escola é um espaço para todos e, ao longo dos anos, tem se tornado um contexto mais democrático. A busca por uma escola para todos tem alterado cada vez mais as relações sociais, porém a realidade é que apesar do avanço, ainda convivemos com práticas discriminatórias e exclusivas no âmbito escolar. A luta pela construção de um ambiente escolar mais democrático foi reafirmada com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Para isso, foi fundamental a disseminação do conceito de inclusão, que ocorreu na sociedade brasileira na década de 1990, partindo da ideia central de que “uma sociedade inclusiva busca tornar acessível todas as suas realidades, garantindo que a pessoa com deficiência possa realmente acessar o mundo ao seu redor, com todos os direitos e deveres de cada cidadão” (Galvão Filho, 2009, p. 91), objetivando contemplar as diferenças e singularidades de cada ser humano.

A educação é um direito de todos, assegurado na Constituição Federal de 1988, que trata em seu artigo 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao

pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988) e em seu artigo 208, coloca que “o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988).

A garantia constitucional de acesso à educação e à aprendizagem como direitos fundamentais, assim como a relevância da diversidade nas instituições educacionais para o desenvolvimento de práticas inclusivas são essenciais na construção de mudanças comportamentais em sociedade. Nesse sentido, Gil (2005), defende que as práticas inclusivas tenham como participante:

o professor; a família; a coordenação pedagógica e principalmente os órgãos governamentais. Para transformar as escolas regulares num espaço para todos, sem discriminação. O autor acrescenta ainda que, cabe à gestão escolar desenvolver estratégias institucionais que respondam às necessidades e situações da aprendizagem. Assim, além de diagnosticar, o gestor deve apresentar alternativas possíveis para uma prática inclusiva do professor e o sucesso no processo de aprendizagem (Gil, 2009).

Ao considerarmos os aspectos que envolvem a inclusão é mister que o façamos com vistas à abranger a multiplicidade humana, pois, mesmo tendo direitos constitucionais iguais, conforme estabelecido pela Constituição Federal, em seu artigo 5º, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (Brasil, 1988, *on-line*), existem diferenças e especificidades individuais importantes que devem e precisam ser respeitadas na sociedade, especialmente no contexto educacional (Macedo, *et al.*, 2014).

Conforme destaca Boaventura (2008), a diversidade, entendida como a variedade de habilidades, capacidades e experiências dos estudantes, é um elemento crucial para a construção de uma sociedade mais igualitária. Ao respeitar e considerar a diversidade, as instituições educacionais podem criar ambientes inclusivos que atendam às necessidades individuais de cada aluno, promovendo assim a educação amparada na equidade.

A inclusão escolar é um tema amplamente discutido e regulamentado em documentos e normativas em todo o mundo. No entanto, é fundamental lembrarmos

que a inclusão não deve ser apenas uma questão de cumprir diretrizes estabelecidas, mas sim uma abordagem que deve ser colocada em prática, de tal modo que valorize a diversidade de cada aluno, ou seja, a inclusão deve reconhecer as necessidades cotidianas de cada aluno, e não apenas nos documentos e normativas regulatórios.

Logo, o objetivo maior da educação inclusiva é proporcionar a participação efetiva de todos os estudantes, em todas as atividades escolares. O aluno tem que ser visto pela escola e pela comunidade como um ser ativo e participante, como sujeito no processo de aprendizagem, de tal forma que a escola seja um espaço para acolhimento dos estudantes (Freitas, 2014).

Nessa perspectiva, a escola deve buscar alternativas possíveis para o desenvolvimento de ações que permitam a oferta de um ensino de qualidade, que incluam todos no processo educativo, independentemente de suas limitações, e valorize as suas potencialidades frente aos desafios inerentes ao processo de ensino-aprendizagem. Neste cenário, o gestor deve envolver toda a comunidade escolar na busca por comprometer-se em criar mecanismos que estimulem práticas inclusivas no cotidiano escolar, tornando-a mais humanitária e justa.

A presença de uma gestão escolar democrática evidencia caminhos por uma escola que tenha expressão da liberdade e diversidade, como “lidar com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura, e com os sentimentos e emoções presentes nas relações dos sujeitos consigo mesmo e com o mundo a sua volta” (Araújo, 2005, p.7). Para que se alcance esse modelo de gestão, é fundamental a superação das barreiras previsíveis de limitações diversas, e uma das formas de romper com essa estrutura é por meio de ações cooperativas que apoiem os professores e equipe de apoio à serviço da inclusão (Dutra; Griboski, 2005).

O papel do gestor escolar se faz na busca pela capacitação docente; por meio das relações de troca de experiências e ideias; da valorização do trabalho coletivo; planejamento; obtenção de resultados positivos com a comunidade escolar; elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP); interação da comunidade escolar; administrar os recursos humanos e financeiros; gerenciar e adequar o currículo básico nacional (Machado, 2000).

Assim, o papel exercido pela gestão escolar é primordial na efetivação de uma escola mais inclusiva, pois, dentre suas diversas funções, a ela cabe conhecer e identificar as necessidades dos estudantes, docentes e da equipe de apoio-

aprendizagem para que a escola priorize espaços aos estudantes público da educação especial, que valorizem a identidade e autonomia desses sujeitos tanto no contexto escolar e social (Azevedo; Cunha, 2008).

2.2 Gestor Escolar frente à Inclusão de Estudantes Público da Educação Especial

Como nos lembra Freire (1996), a educação “é um instrumento para libertação”, então a mesma deve fazer parte da vida de todos os indivíduos mesmo que estes tenham condições mais específicas para o aprender, no sentido de apresentar algum tipo de deficiência. Numa sociedade que se apresenta ainda muito excludente, falar em educação para pessoas deficientes pode ser um incômodo para aqueles que não acreditam nesses indivíduos como pessoas capazes de aprender, isso ainda é um desafio.

Ao analisar a gestão escolar e sua relação com o processo de inclusão de estudantes público da educação especial no ensino regular, considera-se a escola como o *locus* do estudo, os aspectos do lugar onde a educação acontece. Para Teixeira (1997), a escola é um microcosmo da sociedade, capaz de direcionar as pessoas para a democracia e/ou dominação; cooperação ou submissão; competição e/ou igualdade e diferença, de tal modo que “só existirá democracia, no Brasil, no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é uma escola pública” (Teixeira, 1997, p. 230).

O conceito de gestão educacional, por vezes, vem sendo debatido e analisado sob diferentes aspectos. Dessa forma, inicialmente, será apresentada a concepção de Heloísa Lück, por se tratar de um pano de fundo importante para a compreensão desejada neste trabalho. Segundo a autora,

o entendimento do conceito de gestão, portanto, por assentar-se sobre a maximização dos processos sociais como força e ímpeto para a promoção de mudanças, já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado e cooperativo de pessoas na análise de situações, na tomada de decisões sobre seu encaminhamento e na ação sobre elas, em conjunto a partir dos objetivos organizacionais entendidos e abraçados por todos (Luck, 2000, p. 21).

Desse modo, gestão é, antes de tudo, um processo social que envolve a

mobilização das pessoas em torno de um projeto comum. Ao direcionarmos nosso olhar para os problemas educacionais com o intuito de promover oportunidades educativas de qualidade para todos, tem-se uma mudança em toda a estrutura estabelecida. Para isso, o primeiro passo é o investimento em capacitação e formação docente em ações extraclasse.

Para Libâneo *et al* (2003, p. 315) “O sistema de organização e de gestão da escola é o conjunto de ações, recursos, meios e procedimentos que propiciam as condições para alcançar os objetivos da instituição escolar”. A gestão escolar desenvolve o gerenciamento das instituições de ensino, mobilizando os processos e recursos de forma intencional e sistemática, tendo como objetivo prioritário o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.

Afinal, “o saber é uma atitude de espírito que se forma lentamente ao contato dos que sabem” (Teixeira, 1997, p. 123). Nesse sentido, segundo Castro (2002) a gestão escolar deve basear-se no princípio de que a educação é um processo contínuo, multifacetado e amplo, pois envolve a totalidade do ser e a prática escolar está relacionada com as instituições e com as pessoas, integrando educação e vida, na sua proposta pedagógica.

A integração escolar é o processo de ensinar crianças consideradas “normais”² juntos com crianças com alguma deficiência, em que nem sempre existe a preocupação de observar se as crianças deficientes estão verdadeiramente integradas ao ambiente, e, se está sendo respeitada e atendida a diversidade existente:

A integração escolar tem sido conceitualizada como um processo de ensinar/educar crianças ditas normais junto com crianças portadoras de deficiências, durante sua permanência na escola. Trata-se de um processo gradual e dinâmico, que assume várias formas segundo as necessidades e características de cada aluno, sempre levando-se em consideração o seu contexto socioeconômico (Carvalho, 1937, p. 36).

Portanto, é fundamental distinguirmos o processo burocrático da integração

² Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), deficiência é o substantivo atribuído a toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, referindo-se, portanto, à biologia do ser humano. Assim, os indivíduos que apresentam comprometimento da capacidade motora, visual, mental ou auditiva, fogem dos padrões considerados “normais” para a maioria da sociedade, visto que comumente é chamada “criança normal” as que não possuem tais deficiências.

escolar, da escola inclusiva na prática, que envolve as atividades e relações cotidianas desenvolvidas em ambientes escolares. Nesse sentido, essa integração não é automática e involuntária, mas é necessário que haja uma preparação na escola para ela incluir esses estudantes, uma vez que, “a inclusão vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados” (Werneck, 1997, p.42).

Para isso, a escola enquanto espaço inclusivo, precisa considerar a aprendizagem e o desenvolvimento de todos seus estudantes sem exceção, elaborando um projeto educativo que considere as diferenças (Silva, Paulino, 2017). Segundo os autores uma das principais medidas estabelecidas para a adoção de uma escola pública, gratuita e democrática rumo à construção da escola inclusiva foi a instituição do AEE, em 2011, por meio do qual o espaço escolar é visto como uma *célula máter* no estabelecimento da democracia, ao possibilitar o acesso/permanência dos estudantes público da educação especial à educação (Silva; Paulino, 2017).

Desse modo, o projeto educativo que reconhece as diferenças dos estudantes, impele uma busca pela participação de todos na construção de novas práticas pedagógicas para esses sujeitos. Este trabalho pedagógico provém de iniciativas que envolvem pais e estudantes, professores e gestores que juntos constroem uma proposta que abarque as peculiaridades de cada escola. Conforme explicita Luck (2013, p.22):

O alcance dos objetivos educacionais depende do emprego adequado da energia dinâmica das relações dos diversos atores da comunidade escolar nos processos decisórios da escola de modo a constituir um empenho coletivo em torno de sua realização.

Com base na importância do gestor escolar no processo de construção da escola inclusiva que apresentamos alguns aspectos do papel do gestor escolar na efetivação das políticas voltadas à inclusão escolar no cotidiano de unidades escolares brasileiras.

Portanto, o gestor escolar tem uma função essencial na constituição do microcosmo que é a escola, devido a posição que ocupa, podendo como agente administrativo, dar ouvidos e voz àqueles que estão inseridos no meio escolar, como estudantes, professores, familiares e comunidade escolar de modo geral. Assim, é ele o interlocutor entre o sistema e a escola, realizando na unidade escolar a prática da política educacional vigente. Logo,

O administrador escolar não é livre no traçar dos seus planos, como o artista o é na execução impetuosa dos seus desenhos, mas simples colaborador dos planos mentais e sociais da coletividade a que estiver servindo. Como administrador, ele procura educar e conduzir a comunidade para a aceitação gradual do que experimenta e verifica ser útil a essa mesma comunidade. A sua faculdade de resolução imediata dos problemas é, entretanto, muito limitada. O administrador escolar tem que se colocar diante da situação real da comunidade, levando em conta tanto a sua geografia quanto a sua humanidade, e só poderá efetuar os planos que estiverem de acordo com as condições materiais e espirituais do meio sobre o qual tem de agir (Teixeira, 1997, p. 197).

A gestão escolar é fundamental para o desenvolvimento pedagógico da escola, por ser capaz de proporcionar abertura de novos espaços para a transformação do cotidiano escolar. Para que suas ações no processo de inclusão se efetivem é necessário à flexibilidade do seu trabalho, considerando importante pensar na diversidade de opiniões. Num aspecto amplo a gestão escolar não deve considerar apenas a capacidade técnica e os métodos, mas também se refere à capacidade de compreender, analisar de forma crítica a realidade vivenciada; os aspectos sociais, as relações humanas, fatores estes que não podem ser explicados ou resolvidos apenas por meio de procedimentos burocráticos, desconsiderando-se as relações sociais existentes no âmbito escolar (Boaventura, 2008).

Libâneo (2004), destaca que o bom gestor educacional agrega a responsabilidade do bom funcionamento dos aspectos pedagógicos às necessidades burocráticas e administrativas da unidade escolar. A gestão escolar tem o dever de tomar iniciativas, inclusive de cunho administrativo, para a implantação de projetos de educação inclusiva. Assim,

O diretor deve ser o principal revigorador do comportamento do professor que demonstra pensamentos e ações cooperativas a serviço da inclusão. É comum que os professores temam inovação e assumam riscos que sejam encarados de forma negativa e com desconfiança pelos pares que estão aferrados aos modelos tradicionais. O diretor é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-lo através de palavras e ações adequadas que reforçam o apoio aos professores (Sage, 1999, p. 138).

Nessa perspectiva, o autor analisa a importância do diretor para as ações que podem ser desenvolvidas no âmbito escolar, mostrando que este deve encorajar os

professores para que os objetivos propostos para a inclusão dos estudantes possam ser alcançados. Portanto, cabe ao gestor escolar prover recursos materiais, financeiros e humanos, que são fundamentais para o desenvolvimento do processo de aprendizagem dos estudantes público da educação especial (Sage, 1999).

Na prática cotidiana escolar, estudos demonstram que muitos são os desafios enfrentados por gestores da rede pública e privada, para conseguir administrar as necessidades técnicas e burocráticas decorrentes do processo natural de gerir uma instituição escolar, e, conciliar o desenvolvimento de ações e estratégias inclusivas e integrativas devido a diversos fatores.

Vieira (2019), ao buscar identificar os desafios da gestão escolar na promoção dos processos inclusivos, em uma rede privada de ensino verificou que dentre os principais obstáculos têm-se a falta de estrutura física; o despreparo dos professores; as dificuldades com as famílias e, sobretudo, a falta de um programa institucional mais abrangente.

Ao analisar os marcos legais e políticos que disciplinam a educação inclusiva no município de Manaus, Lima (2016) ao discutir a relação entre gestão escolar e o paradigma da inclusão no atual contexto educacional, político e cultural da rede de ensino municipal pública de Manaus observou que há dissonância na legislação municipal referente à educação inclusiva.

Sobre a gestão escolar, a autora encontrou alguns aspectos que revelaram conflitos e, acerca da interface entre gestão escolar e políticas educacionais de inclusão, verificou que o diálogo entre esses dois campos de estudo existe, no sentido de que, a participação e a autonomia perpassa tanto pela gestão escolar, quanto pela inclusão, mas não de modo conciliado. Se faz necessário seu alinhamento com a democracia participativa e com uma educação crítica voltada à resistência, eliminação de toda e qualquer forma de exclusão, discriminação e preconceito.

Ao buscar identificar as percepções dos professores da sala de aula comum e da sala de recursos multifuncionais (SRM) quanto às ações realizadas pela gestão escolar visando uma escola para todos, Souza (2022), constatou que não existe um padrão de ações a serem seguidos pelas unidades escolares quanto à inclusão, pois cada gestão escolar tem um formato para planejar e executar as ações inclusivas voltadas aos estudantes público da educação especial.

As práticas pedagógicas inclusivas do Ensino Fundamental de um colégio da

Rede Jesuíta de Educação (RJE) foi analisada por Almeida (2021), a partir do olhar da gestão educacional, e mostrou que existe um diálogo entre as práticas pedagógicas inclusivas e a pedagogia inaciana³ nas instituições pesquisadas e demonstram que para esse diálogo ser cada vez mais efetivo é necessário que uma nova cultura seja construída, no que diz respeito a uma escola inclusiva, buscando novas formas de interação com os estudantes, entendendo que a diferença é potência para o alcance de aprendizagens.

O exposto nos faz lembrar o que Carvalho (2009) nos apresenta em seu livro "Removendo *barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva* “[...] Um mundo inclusivo é um mundo no qual todos têm acesso às oportunidades de ser e de estar na sociedade de forma participativa; [...] (p.113)”. Nessa fala a perspectiva da igualdade de condições é um convite para refletirmos sobre essa condição no contexto atual.

Uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias. (Sasaki, 1997, p.168 - 169).

Logo, o processo para construção de uma escola inclusiva deve ser no sentido de garantir não apenas espaços acessíveis para os sujeitos, mas especialmente o acesso à educação, respeitando a diversidade e as habilidades individuais, elevando assim a autonomia dos sujeitos. Promover a educação inclusiva não significa limitar-se a colocar os estudantes público da educação especial no ensino regular, mas promover um ensino de qualidade, no qual se forme o cidadão por meio dos valores culturais, locais e universais. Fica estabelecido, então, que os estudantes são os sujeitos da aprendizagem e a escola faz parte do seu projeto de vida.

Em síntese, para a construção dessa escola é fundamental o investimento no

³ A pedagogia inaciana é um método de ensino baseado nos princípios de Santo Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, que enfatiza a reflexão, a liberdade, a escolha consciente e a busca por um propósito maior na formação do indivíduo. Essa pedagogia valoriza a experiência pessoal, o discernimento e o compromisso ético, promovendo uma educação que integra o desenvolvimento espiritual, moral e intelectual do estudante.

capital humano, ou seja, nos sujeitos escolares, por meio de uma metodologia participativa, que proporcione o diálogo, a leitura de mundo, da realidade, a identificação de suas potencialidades, a valorização de aspectos como autonomia cultural local, a articulação entre teoria e prática, considerando o aluno como futuro cidadão, protagonista, acreditando na educação como fator para o seu desenvolvimento, estimulando movimentos de coletividade humana com a nova identidade do mundo, através da cooperação e da valorização das diferenças (Franco, 2001).

Por fim, na próxima seção, denominada Percurso Metodológico: instrumentos e procedimentos da investigação, estão descritas as perspectivas metodológicas adotadas, a caracterização da investigação, definida como qualitativa de abordagem descritiva, o contexto da pesquisa, o perfil participantes da pesquisa, procedimentos de Acesso e Produção dos Dados, a entrevista com os participantes e Análise dos dados – de Pré-indicadores aos Núcleos de Significação (NF), proposto por Aguiar e Ozella (2006, 2013).

3 PERCURSO METODOLÓGICO: INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DA INVESTIGAÇÃO

Diante do desafio da educação especial na perspectiva inclusiva o objeto de pesquisa deste trabalho investigativo se refere aos gestores educacionais, suas funções e atuações na construção da inclusão escolar. Para um maior aprofundamento de conhecimentos sobre esta temática dispomos da pesquisa qualitativa, com enfoque na metodologia de entrevista semiestruturada.

Este trabalho está centrado no campo das pesquisas qualitativas por voltar-se à subjetividade dos sujeitos e não se ater a repetitividade e a quantificação de dadas questões. A pesquisa qualitativa é um tipo de investigação que busca compreender os fenômenos em seu caráter subjetivo. Focando-se tanto no processo quanto nos resultados. De acordo com Ludke e André (1986) são cinco as características básicas da pesquisa qualitativa:

- a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
- b) Os dados coletados são predominantemente descritivos;
- c) A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
- d) O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador;
- e) A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo;

Assim a pesquisa qualitativa tem como principal objetivo apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão dos indivíduos inseridos em seus contextos (Alves; Silva, 1992).

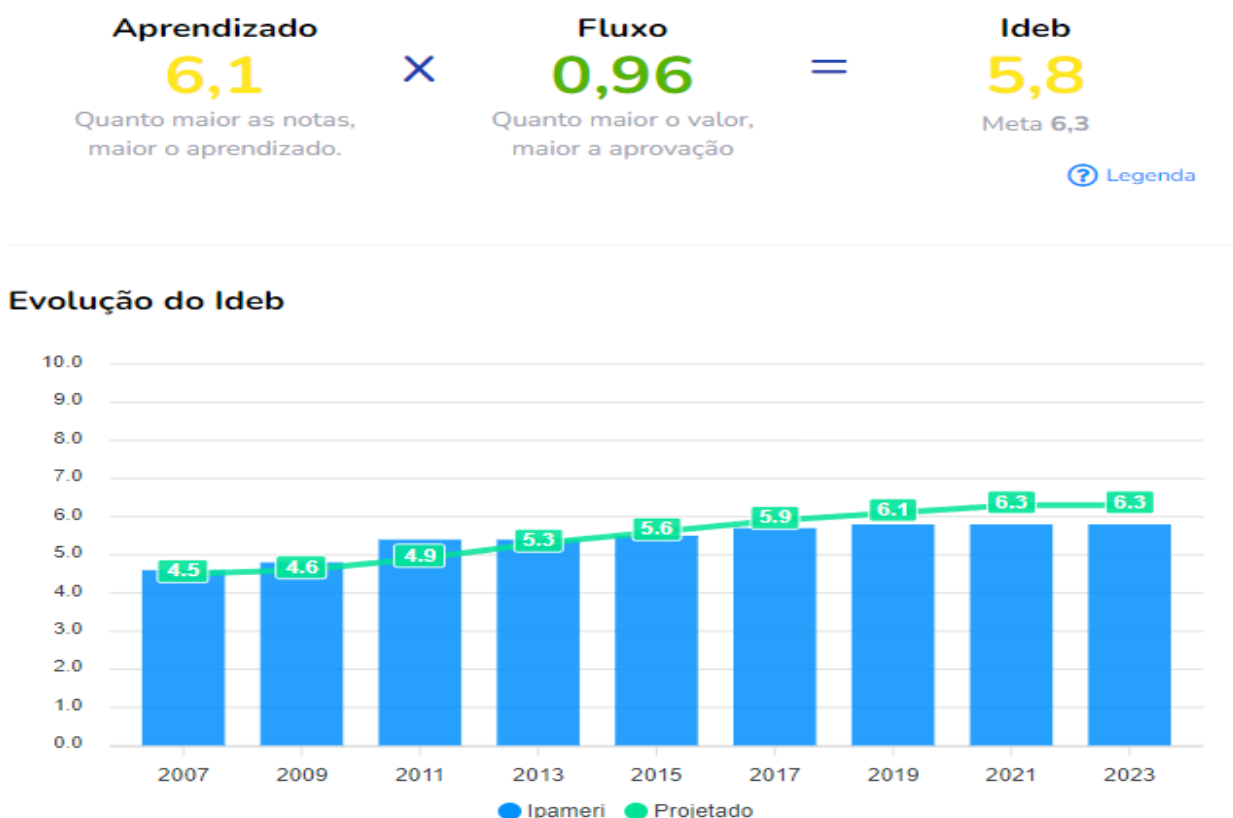
3.1 Contexto da Pesquisa

Esta pesquisa foi realizada no município de Ipameri, GO, que conforme o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023) conta com cerca de 25.000 habitantes. De

acordo com o Censo Escolar de 2024, o município contava com dezoito escolas urbanas e rurais, com um total de 3.295 (Três mil, duzentos e noventa e cinco) estudantes matriculados, destes, 108(cento e oito) na educação especial.

O IDEB do município é baseado no aprendizado dos estudantes: **a soma de português e matemática dividido por dois, multiplicado pela taxa de aprovação**, como pode ser visualizado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Evolução do IDEB de Ipameri-GO, ao longo de 16 anos.

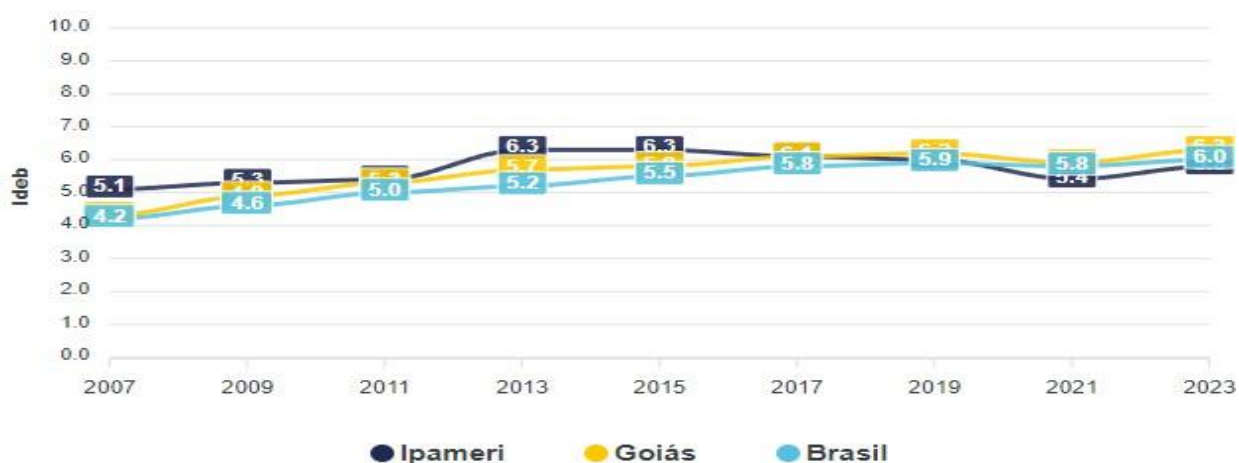


Fonte: Ideb 2023, INEP.

Podemos observar nos gráficos a seguir a evolução do IDEB do município em comparação com o estadual e o federal, no que se refere aos anos iniciais e finais;

Gráfico 2- Evolução do IDEB de Ipameri, GO em comparação com o estadual e o federal anos iniciais.

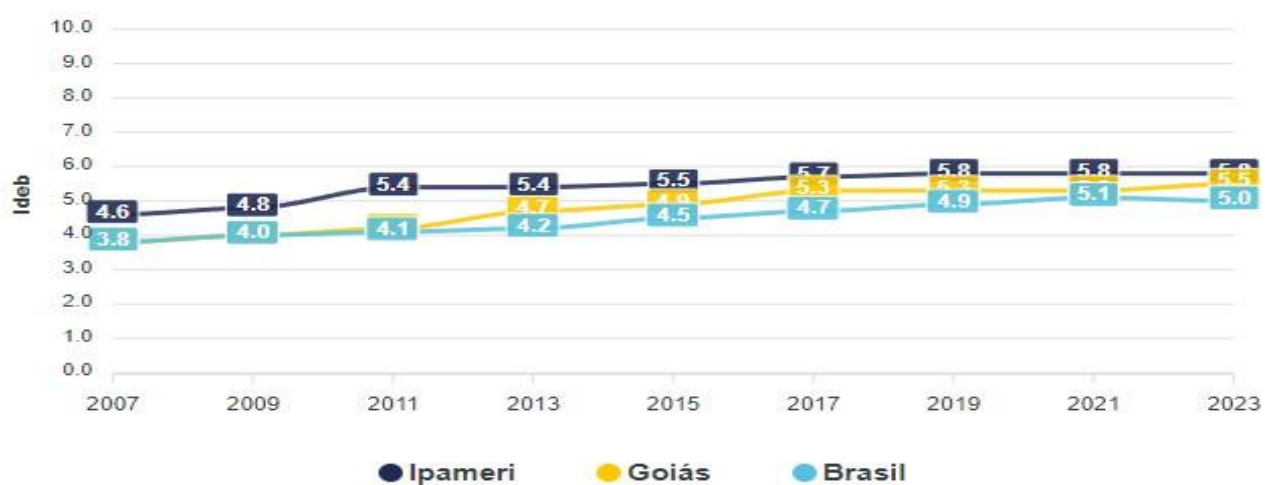
Evolução do Ideb



Fonte: Ideb 2023, INEP.

Gráfico 3- Evolução do IDEB de Ipameri, GO em comparação com o estadual e o federal anos finais.

Evolução do Ideb



Fonte: Ideb 2023, INEP.

Como podemos observar na evolução das notas do IDEB do município, em quase todos os anos, a nota do município em questão, conseguiu atingir a meta estipulada.

Nos últimos anos, Ipameri, GO tem trabalhado para melhorar seus índices, investindo em formação de professores, infraestrutura escolar e programas de apoio aos estudantes. Esses esforços refletem um compromisso com a valorização da educação e o desenvolvimento de uma aprendizagem mais efetiva para os estudantes

locais. Embora ainda haja desafios a serem superados, o progresso do IDEB demonstra que a cidade está caminhando na direção de oferecer uma educação de melhor qualidade para sua comunidade.

3.2 Perfil dos Participantes da Pesquisa

Na Secretaria Municipal de Educação (SME) do município tem vinculadas quatro escolas de Ensino Fundamental I, uma de Ensino Fundamental II e uma de Ensino Fundamental I e II, tendo estas instituições 12 gestores, conforme descritas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Unidades Escolares, Etapa Educacional e Gestores.

Unidades Escolares	Etapa Educacional	Diretores	Coordenadores
Escola Esperança ⁴	Fundamental I	Zilda Arns	Maria da Penha
Escola Progresso	Fundamental I	Anísio Teixeira	Débora Seabra de Moura
Escola Vida Nova	Fundamental I	Nísia Floresta	Dandara
Escola Elite	Fundamental I	Dorina Nowill	Magda Soares
Escola Estrelinha	Fundamental II	Bertha Lutz	Anália Franco
Escola Paraíso	Fundamental I e II	Antonieta de Barros	*****

Fonte: Elaborado pela autora, a partir das Fichas de Identificação (2024)

Fizeram parte da pesquisa todos os gestores que atuam nas instituições de Ensino de Fundamental I e II, da Rede Municipal, que tem estudantes público da educação especial matriculados participaram da pesquisa, os diretores e coordenadores. Após ter acesso aos dados dos participantes do estudo por meio da aplicação de questionários, foi possível traçar o perfil de cada um deles. Foi excluída da pesquisa, por questões éticas, apenas a pesquisadora, que é coordenadora em uma das unidades escolares. Os nomes fictícios foram inspirados em nomes de personalidades brasileiras que se destacaram na luta pelos direitos dos mais vulneráveis para representar cada um dos participantes.

⁴ Os nomes das Unidades Escolares e dos Gestores são fictícios de modo a preservar a identidade dos participantes e as instituições, em consonância com as normas éticas.

Apresentaremos a seguir, o quadro 2 com caracterização dos participantes, construído a partir do questionário de identificação (Apêndice C).

Quadro 2: Caracterização dos Gestores

Legenda	Nomes	Idade (anos)	Formação Inicial	Formação Continuada (Especialização)	Formação continuada (aperfeiçoamento)	Experiência na Educação (anos)	Experiência na Gestão (anos)
D01	Zilda Arns	46	Letras	Psicopedagogia Clínica	Pró-gestão Análise do Comportamento Aplicada - ABA	19	15
C05	Maria da Penha	53	Pedagogia	Educação Especial	Educação Inclusiva	32	22
D02	Antonieta de Barros	48	Pedagogia	Mestrado em Educação	Pró-gestão	22	19
D03	Dorina Nowill	43	Letras	Psicopedagogia	Gestão Escolar	22	05
C01	Magda Soares	46	Letras Pedagogia		Gestão Escolar	22	05
D04	Anísio Teixeira	44	História/ Pedagogia	Mestrado em Educação	Gestão Pública	23	12
C02	Débora Seabra de Moura	43	Letras	Educação Inclusiva	Pró-gestão	22	14
D05	Nísia Floresta	46	Pedagogia	Mestrado em Educação	Pró-gestão	22	04

C03	Dandara	55	Pedagogia	Docência Superior	Pró-gestão Educação Inclusiva	22	49 03
D06	Bertha Lutz	45	Pedagogia	Gestão Escolar	Gestão Escolar	22	03
C04	Anália Franco	48	Pedagogia Ciências biológicas	Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Biologia	Pró-gestão Alfabetização e Letramento	22	11

Fonte: Elaborada pela autora, a partir da Ficha de Identificação (Ano 2024).

Os onze participantes da pesquisa são efetivos da rede municipal de ensino, a maioria é do gênero feminino, sendo somente um do masculino, e com faixa etária entre 43 e 55 anos. Quanto à formação, dois dos gestores têm graduação em Letras e oito em pedagogia, e destes, três têm formação em outras áreas, como Letras, História e Ciências Biológicas. Em relação a especializações, nove cursaram na área da educação e dois na área de Psicopedagogia e todos tem mais de 19 anos de atuação na educação na rede municipal.

A idoneidade e a integridade dos participantes foram asseguradas mediante o cumprimento dos preceitos éticos, sendo esta pesquisa vinculada a um projeto mais amplo, aprovado pelo Comitê de Ética sob o Parecer nº 6.057.233. Esse projeto, coordenado pela Profa. Dulcéria Tartuci, teve como objetivo “investigar a formação de professores e as práticas educativas, a partir dos sujeitos, das políticas e dos contextos da educação básica e da educação superior”. Em conformidade com as normas éticas, foi realizada a Solicitação de Autorização para Coleta de Dados para Pesquisa (Apêndice A). Os participantes receberam esclarecimentos sobre os objetivos e procedimentos do estudo, com a leitura prévia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido destinado aos gestores (Apêndice B), que foi devidamente assinado por todos.

3.3. Procedimentos de Acesso e Produção dos Dados

Para a concretização dessa pesquisa foi realizada na primeira etapa uma

análise de documentos, que envolveu as diretrizes legais da educação especial e gestão escolar da Rede Municipal de Educação do município de Ipameri, GO. Esta análise visou examinar e compreender as diretrizes políticas de organização da gestão e inclusão escolar, a partir dos documentos.

Conforme Ludke e André (1986, p. 38) a análise documental, “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Para as autoras “Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde pode ser retirada evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador”. Afirmam serem o documento fonte “natural” de informações ou ainda não somente “fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (Ludke; André, 1986, p. 39).

Cellard (2008) define duas fases da análise documental: a primeira, inicial e crítica, análise preliminar, que toma o contexto - autor/es, autenticidade/confiabilidade do texto, natureza, conceitos-chave e a lógica interna e em seguida a análise propriamente dita, quando ocorre a interpretação do documento tomando como referência o questionamento inicial e a temática.

Este estudo, embora não tenha a análise documental como técnica principal, ela contribuirá na compreensão do contexto das diretrizes da inclusão escolar da Rede de Ensino, pois segundo Cellard (2008) é uma técnica de recolha de dados que abrange diversos tipos de documentos e que também pode ser utilizada como técnica complementar de observações, questionários e entrevistas. Para ele é o “momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave” (Cellard, 2008, p. 303). Todavia, ele ressalta a necessidade do uso prudente e avaliação adequada e crítica do documento a ser analisado.

Além do uso da análise documental e questionário para caracterização dos participantes da pesquisa, foi utilizado como instrumento principal de acesso e produção de dados as entrevistas semiestruturadas com 11 gestores de seis escolas de Ensino Fundamental I e II da Rede Municipal de Educação de Ipameri, GO. Tanto o questionário quanto o roteiro da entrevista semiestruturada (Apêndice C) foram elaborados pela própria pesquisadora e submetidos a juízes que são pesquisadores

da área da educação especial, que avaliaram e delinearão importantes contribuições nesses instrumentos. Em relação aos materiais e aos equipamentos utilizados nas coletas de dados, utilizou-se um aparelho de celular Samsung S20 FE com gravador de voz, caderno de anotação e computador para armazenamento dos dados e transcrição das entrevistas.

A primeira tentativa de contato com os potenciais participantes da pesquisa, aconteceu via Secretaria Municipal de Educação, posteriormente passamos a nos contatar via *WhatsApp* em setembro de 2024. Foram realizadas várias tentativas de encontro para preenchimento dos questionários e realização das entrevistas, as quais inicialmente foram frustradas por incompatibilidade de horários e excesso de atividades escolares, o que dificultou um pouco o processo. Após algumas tentativas frustradas, conseguimos fazer o agendamento dos encontros com os gestores, atendendo às suas especificidades de horário, para que me recebessem e pudessem responder os questionários e também participassem da entrevista. Esses momentos aconteceram nos meses de outubro e novembro, quando me dirigi até as instituições de ensino, assim, os questionários para caracterização dos participantes foram respondidos e me foram entregues e aproveitei também o momento com a permissão de todos para realizar as entrevistas. Esse contato foi primordial, pois foi uma oportunidade única de muita interação e esclarecimento sobre a pesquisa que estava sendo desenvolvida. Os participantes puderam esclarecer suas dúvidas, e trocamos experiências sobre a educação de modo geral, em especial sobre a educação de estudantes público da educação especial.

As entrevistas buscaram elencar as percepções dos gestores, sobre: suas atuações enquanto gestores educacionais; suas colaborações com a escolarização dos estudantes com deficiência; as práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares; sobre suas concepções de escolas inclusivas; sobre a relação dos gestores com as famílias dos estudantes público da educação especial, dentre outros aspectos relevantes para alcançar os objetivos da pesquisa. Para registro dos dados obtidos, foram utilizadas gravações em áudio e caderno de anotações. O roteiro utilizado para direcionar a entrevista semiestruturada encontra-se no Apêndice D desta dissertação.

A utilização de questionários para Gil (1999) tem como foco principal obter informações dos respondentes sobre suas crenças, conhecimentos, valores, comportamentos, etc. Sendo assim, ao lançar mão dessa técnica, nesta pesquisa foi

utilizado um questionário visando a identificação dos participantes da pesquisa (Apêndice C), ou mais especificamente objetivou-se coletar dados sobre cada participante, como: formação inicial; cursos realizados na área; dados da atuação enquanto gestor (diretor e coordenador): tempo de atuação; escola onde atuava; entre outros dados que pudessem colaborar com a pesquisa.

3.3.1 A Entrevista com os Participantes

Após a caracterização do perfil dos participantes da pesquisa, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas. Para Ludke e André (1986), a vantagem da entrevista em relação às demais técnicas está exatamente no fato de permitir a rápida obtenção da informação almejada, com qualquer tipo de informante e sobre diversos temas. Através da entrevista se pode fazer correções, esclarecimentos e adaptações para a obtenção das informações desejadas. Assim como Minayo (2001), a pesquisadora, acredita que, em uma entrevista, a interação entre o entrevistador e o entrevistado propicia respostas espontâneas, as quais favorecem o surgimento de questões inesperadas e que podem ser de grande valia para a pesquisa.

Em relação a entrevista semiestruturada, Triviños (1987) citado por Manzini (2004) afirma que ela:

[...] tem como característica os questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Assim, “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também a explicação e compreensão da sua totalidade [...]”, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (Triviños, 1987, apud Manzini, 2004, p. 152).

Manzini (2004) reitera que um roteiro com perguntas bem elaboradas permite coletar informações básicas, sendo esse, um meio de interação do pesquisador com o informante. Mediante esse aspecto, explicita que:

Dentre as questões que se referem ao planejamento da coleta de informações, estão presentes a necessidade do planejamento de questões que atinjam os objetivos pretendidos, a adequação da sequência de perguntas, a elaboração de roteiros por meio de juízes, a realização de projeto piloto para, dentre outros aspectos, adequar o roteiro e a linguagem (Manzini, 2004, p. 1).

Uma boa entrevista para Manzini (2004) começa com a formulação de questões básicas. Na sua compreensão, a entrevista semiestruturada está centralizada em um assunto sobre o qual tecemos o roteiro com as perguntas principais, as quais poderão ser complementadas ao longo da entrevista por outras indagações. Destarte, o roteiro tem a função de estabelecer uma organização por parte do entrevistador no processo de interação com a pessoa entrevistada, além de contribuir com a coleta de informações. O autor destaca ainda os cuidados que o pesquisador deve considerar ao elaborar as questões da entrevista, Manzini (2004, p. 8):

- 1) Os cuidados quanto à linguagem: vocabulário, jargão, clareza e precisão, uso de palavras vagas;
- 2) Quanto à forma das perguntas: tamanho das perguntas elaboradas, averiguação da dificuldade de elaboração mental por parte da pessoa entrevistada e;
- 3) O cuidado quanto à sequência das perguntas no roteiro: partir das mais fáceis para as mais complexas e utilização de blocos temáticos.

Validando tais contribuições, conclui-se, que uma boa entrevista começa com a formulação de questionamentos básicos e precisos, de forma a se atingir o objetivo da pesquisa. E com base em tais orientações, elaboramos roteiro de questionamentos, com indagações claras e coesas, primando por questões que estivessem alinhadas aos objetivos específicos propostos na pesquisa.

O roteiro de perguntas que direcionou essa pesquisa foi distribuído em três eixos temáticos, a saber: 1) O papel dos gestores educacionais com relação à escolarização de estudantes público da educação especial; 2) As ações desenvolvidas por esses gestores em favorecimento da Inclusão de público da educação especial; e 3) As repercussões dessas ações. O instrumento foi elaborado com vistas a atender aos principais objetivos da investigação. Em seguida, foi submetido a juízes, integrantes do grupo de pesquisa Neppein da Universidade Federal de Catalão - UFCAT, para análise e avaliação do instrumento.

Após apreciação e colaboração dos juízes, que são pesquisadores da área da educação especial, realizamos os ajustes propostos e partimos para realizarmos as entrevistas que aconteceram de forma presencial e individual com cada participante.

Após as adequações necessárias no roteiro da entrevista, realizou-se o contato com os gestores participantes da pesquisa e o agendamento dos encontros para realização das entrevistas, que aconteceram nos meses de outubro e novembro de 2024, nas escolas onde os gestores atuavam. As entrevistas tiveram a duração em

média de 10 a 25 minutos cada uma, com um total de 02h43min de duração.

O roteiro seguido na entrevista semiestruturada, possibilitou que a pesquisadora tivesse uma maior organização e segurança durante a realização da mesma, estando atenta para que assuntos cruciais não passassem despercebidos. No entanto, no desenrolar das entrevistas, quando a pesquisadora não se contentava com alguma resposta, achando-a incompleta ou vaga, ou ainda quando entendia que o gestor participante não havia compreendido bem o questionamento, a pesquisadora reformulava a questão utilizando outras palavras e expressões mais acessíveis ao entendimento dos participantes.

Os participantes da pesquisa, também tiveram liberdade para acrescentar outras informações e assuntos que concebiam contribuir com o estudo em questão, bem como expor suas dúvidas em relação aos questionamentos a qualquer momento da fala. No período de dois meses, conforme a disponibilidade de horários foram realizadas as entrevistas, às vezes concluindo até quatro entrevistas por dia, inclusive no horário de almoço, a pedido do gestor, conseguimos concretizar todas as entrevistas agendadas, e tecer os dados da pesquisa.

Após a efetivação das entrevistas, passamos à transcrição da forma oral para a textual, a qual demandou tempo, pois além do esforço da pesquisadora com a audição e digitação, também ocorre o processo interpretativo. De acordo com Marcuschi (1986), somente o pesquisador-entrevistador tem condições de fazer uma transcrição na sua íntegra, pois é o único que tem a vivência da entrevista, ou seja do contexto da pesquisa, o que não é possível somente por meio da gravação em fita magnética ou digital, outra pessoa, que não tenha vivenciado a entrevista, não conseguirá internalizar as várias outras informações decorrentes desta. Esse processo permitiu o surgimento de novas ideias e oportunizou o início da análise dos dados.

As transcrições aconteceram nos meses de novembro e dezembro de 2024, seguindo as orientações de Manzini (2012), pois o autor acredita que quando a transcrição é feita pelo próprio pesquisador, podem surgir novos pontos a serem considerados, e utilizando recursos como computador, celular e fones de ouvido. Manzini (2012) ressalta que é conveniente que, apesar de ser um processo doloroso, o próprio pesquisador realize essa atividade visto que terá requisitos para considerar aspectos além do que está sendo ouvido, como as interpretações, os olhares, os risos

e outras sutilezas que foram expostas durante a entrevista e que possam contribuir com a análise. O autor reforça ainda, que durante a transcrição o pesquisador precisará ouvir várias vezes o que foi gravado para transcrever fielmente o que foi dito, no entanto, às vezes torna-se necessário fazer algumas adequações do vocabulário de acordo com a norma culta da língua portuguesa, como aconteceu na presente pesquisa, para melhor entendimento das ideias.

As entrevistas orais foram transcritas para o formato textual na ordem em que as entrevistas foram realizadas e concomitante aconteceu a pré-análise, pois, de acordo com Manzini (2004) e Bogdan e Biklen (1994), a transcrição da entrevista se constitui como o primeiro momento de análise do pesquisador, já que, enquanto ele transcreve, surgem as primeiras inferências sobre as falas dos participantes.

Foram utilizados alguns sinais propostos por Manzini (2004) nas respectivas transcrições e que estão descritos no quadro a seguir:

Quadro 3- Principais sinais utilizados para normatizar a transcrição das entrevistas

Categoria	Sinais	Descrição de categoria
Pausa e silêncios	(+) ou (2,5)	Para pequenas pausas usou-se o símbolo + para 0,5s. Pausa superiores a 1,5s indica-se o tempo.
Truncamentos bruscos	/	Quando o entrevistado corta a fala/sinalização ou é interrompido de maneira brusca.
Ênfase ou acento forte	MAIÚSCULA	Utilizou-se quando sílabas, palavras ou sinais eram pronunciadas/sinalizadas com maior ênfase.
Comentários do analista	(())	Utilizou-se este sinal para inferir alguma colocação do pesquisador.
Falas simultâneas	[[]]	Usam-se colchetes para dois falantes que iniciam ao mesmo tempo um turno.
Repetição	Número de vezes entre parênteses	Repetição de letras, sílabas ou palavras.
Interferências externas	{{ }}	Usam-se chaves para barulhos externos, como chuva, conversas, apitos, risos.
Dúvidas ou sobreposições	()	Quando não se entende a parte da fala, marca-se o local com parênteses e usa-se a expressão inaudível ou escreve-se o que se supõe ter ouvido.

Fonte: Adaptação do Quadro - Resumo explicativo das normas compiladas e dos exemplos apresentados por Marcuschi, 1986.

O texto originário das transcrições foi organizado de maneira que, a partir de várias leituras do material, fosse possível apoderar-se do seu conteúdo para, a partir dele, concatenado ao uso da literatura, ampliar e contextualizar os conhecimentos

sobre o objeto estudado, para assim atingir os objetivos da pesquisa.

3.3.2 Análise dos dados – de Pré-indicadores aos Núcleos de Significação

Posterior as transcrições, nos dedicamos à análise dos dados, a qual foi realizada utilizando os núcleos de significação, baseada nos autores Aguiar e Ozella (2006, p. 224) que apontam que:

nossa reflexão metodológica sobre a apreensão dos sentidos estará pautada numa visão que tem no empírico seu ponto de partida, mas a clareza de que é necessário irmos além das aparências, não nos contentarmos com a descrição dos fatos, mas buscamos a explicação do processo de constituição do objeto estudado, ou seja, estudá-lo no seu processo histórico.

Destarte, considera-se a constituição do homem numa relação dialética com o social e com a História, sendo, ao mesmo tempo, um processo único, singular e histórico. Para se chegar aos núcleos, parte-se inicialmente dos pré-indicadores formados por temas diversos que vão emergindo, caracterizados por maior frequência (pela sua repetição ou reiteração), pela importância enfatizada nas falas dos informantes, pela carga emocional presente, pelas ambivalências ou contradições, pelas insinuações não concretizadas, etc.

Geralmente, esses pré-indicadores são em grande número e irão compor um quadro amplo de possibilidades para a organização dos núcleos. Um critério fundamental para filtrar esses pré-indicadores é verificar sua importância para a compreensão do objetivo da investigação (Aguiar e Ozella, 2006). O processo de aglutinação desses pré-indicadores darão início aos indicadores, seja pela similaridade, pela complementaridade ou pela contraposição, de modo que nos levem a menor diversidade. De acordo com os autores:

Os indicadores são fundamentais para que identifiquemos os conteúdos e sua mútua articulação de modo a revelarem e objetivarem a essência dos conteúdos expressos pelo sujeito. Nesse processo de organização dos núcleos de significação - que tem como critério a articulação de conteúdos semelhantes, complementares ou contraditórios -, é possível verificar as transformações e contradições que ocorrem no processo de construção dos sentidos e dos significados, o que possibilitará uma análise mais consistente que nos permita ir além do aparente e considerar tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas (Aguiar e Ozella, 2006, p. 224).

Assim, a análise se inicia por um processo intra-núcleo, avançando para uma articulação inter-núcleos, procedimento que explicitará semelhanças ou contradições, revelando o movimento do sujeito. Esse procedimento adotado visa à avançarmos do empírico para o interpretativo, isto é, da fala para o seu sentido, entendendo que vamos em busca da fala interior, ou seja, a partir da fala exterior caminhamos para um plano mais interiorizado, para o próprio pensamento (Vigotski, 1998).

Desta forma, posterior à organização do material discursivo, realizou-se a pré-análise que fora precedida pelo processo de transcrever, em que a pesquisadora já iniciou as suas primeiras impressões e tessituras, que resultaram em cento e quarenta e seis (146) pré-indicadores iniciais. Isso se deu por meio das diversas leituras flutuantes, e entendendo que as palavras associadas formam as unidades de significação. A seguir as próximas etapas foram:

- *A leitura flutuante*: Ulterior à transcrição, realizou-se inúmeras leituras do texto, sem a preocupação de selecionar ou procurar palavras com significados. Segundo Aranha (2015, p. 102), é necessário o conhecimento do material, e logo, o pesquisador deve estar acessível para ser surpreendido. E, neste percurso, após o alinhamento com o material e as leituras incansáveis, começou a busca por palavras similares, a compreensão do contexto em que a palavra foi utilizada, a frequência, a ênfase ao modo enunciado, em busca de características comuns para o próximo passo, que é o levantamento dos pré indicadores.

- *O levantamento dos pré-indicadores*: O levantamento de pré-indicadores consiste na identificação de palavras que já revelam evidências da forma de pensar, sentir e agir do sujeito, que, como ser mediado pela história, se apropria das características de sua cultura e as converte em funções psicológicas, sendo assim, os pré-indicadores são trechos de fala compostos por palavras associadas que compõem um significado, carregam e expressam a totalidade do sujeito e, portanto, constituem uma unidade de pensamento e linguagem (Aguiar; Ozella, 2013). Com efeito, o significado é constituído através do tempo, por meio da subjetividade e particularidade de cada sujeito. Deste modo, considerou-se o critério que Aguiar e Ozella (2013, p. 309) propõem: “verificar sua importância para a compreensão do objetivo da investigação”. Pode-se dizer que esta foi a etapa mais minuciosa da pesquisa, pois demandou muita atenção para as demarcações destes pré indicadores, pois logo que

estes foram sendo demarcados compuseram os núcleos de significação. Partindo disso, a pesquisadora considerou a forma que Aranha (2015) tratou os dados da sua pesquisa e utilizou-se a criteriosidade já postulada pelo procedimento de análise. Inicialmente foi feita a demarcação dos pré-indicadores.

Todos os excertos que foram elencados nas entrevistas, posteriormente foram transferidos para um arquivo próprio da pesquisadora nomeado “Pré-indicadores extraídos das entrevistas semiestruturadas”, buscando assim facilitar o processo de visualização dos pré-indicadores selecionados, passo importante para fazer a marcação em negrito das frases, palavras ou parágrafos considerados mais significativos do material destacado.

O próximo passo foi nomear os indicadores, tendo como critério que o indicador representasse o conjunto dos pré-indicadores ali selecionados. Ao realizar o agrupamento dos indicadores, procurou-se identificar os pontos em comum existentes em cada um deles, de modo que os elementos presentes e as articulações entre si ficassem claros. Ao fim dessa etapa foram listados e nomeados quatorze indicadores, que também foram organizados (Apêndice F).

Posteriormente, realizou-se mais uma leitura de todo o material, mas, dessa vez, com uma percepção muito mais aguçada por se tratar de um momento analítico e interpretativo mais aprofundado voltado para a inferência e organização dos Núcleos de Significação, que se daria através da articulação desses indicadores e da discussão teórica dos conteúdos propriamente ditos que constituem tais núcleos. O nome atribuído a cada núcleo deveria representar a síntese de todos os elementos que os constituíssem. No quadro abaixo estão descritos os Núcleos de Significação construídos, com seus conjuntos de indicadores. Esses Núcleos serão interpretados e discutidos na próxima seção.

Quadro 4: De indicadores aos Núcleos de Significação

INDICADORES	NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO
Uma escola inclusiva necessita de estrutura, pessoas qualificadas e acolhimento.	Investimentos, Redes de Apoio e Suportes para Educação de Estudantes Público da Educação Especial
Falta de investimentos dificulta a inclusão de estudantes público-alvo da educação especial.	
Necessidade de uma rede de apoio e adaptações estruturais para o sucesso da inclusão.	

Divergentes opiniões sobre o suporte oferecido pela SME para a inclusão de estudantes público alvo da educação especial.	
A dinamicidade do trabalho do gestor: desafios e frustrações.	Papel e Ações Desenvolvidas pelos Gestores Escolares e as Repercussões
Interação com as famílias para a escolarização de estudantes público alvo da educação especial.	
Impactos da interação do grupo gestor com os agentes da inclusão.	
Ações desenvolvidas nas unidades escolares para que a inclusão ocorra.	
A responsabilização pela falta de qualificação dos profissionais da inclusão	
Variações de abordagens do PPP de acordo com as narrativas das entrevistadas.	Inclusão Escolar, Gestão e o Projeto Político Pedagógico
O impacto da falta de adaptação para os estudantes público alvo da educação especial nas avaliações externas.	
Divisão no posicionamento sobre escola inclusiva ou escolas especializadas.	
Plano Educacional Individualizado, uma prática distante da realidade.	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir das transcrições das entrevistas (2025)

Para as análises, foram considerados todos os processos, desde os pré-indicadores, indicadores e os núcleos de significação que resultaram desta fase da análise. Sendo assim, a cada núcleo, foi disposto a quantidade de indicadores que os constituíram, passaremos na próxima sessão para o percurso metodológico utilizado para alcançar os objetivos traçados para essa investigação. Dentro destes tópicos como: o contexto da pesquisa; Perfil das Participantes da Pesquisa; Procedimentos de Acesso e Produção dos Dados; A entrevista com os participantes; Análise dos dados – de Pré-indicadores aos Núcleos de Significação e análise dos dados.

4 DIRETRIZES LEGAIS E A ATUAÇÃO DO GESTOR NA ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O pensamento não apenas se expressa em palavras; ele adquire existência através delas. (Vigotski, 1934/2001, p. 409)

A presente pesquisa advém de uma perspectiva de ouvir o pensamento alheio, demanda que não é, e nunca será, uma tarefa fácil para quem se propõe realizar pesquisa utilizando tal metodologia. E, de fato, requer a cognição de que as palavras não são contidas de forma isolada, soltas e sem significados; ao contrário disso, é necessário um esforço mental ao realizar análise desse empreendimento pois demanda uma compreensão situada em um contexto histórico, cultural e social.

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar as diretrizes legais de Educação Especial da Rede Municipal de Educação e a atuação dos gestores escolares no tocante à inclusão e escolarização de estudantes público da educação especial, através de análise dos documentos da SME e as entrevistas semiestruturadas junto aos gestores de Unidades Escolares Municipais. As análises estão organizadas em duas subseções: a primeira visou descrever as diretrizes legais da educação especial e gestão escolar, a partir da análise de documentos, e a segunda buscou compreender o papel e ações dos gestores na inclusão escolar dos estudantes público da educação especial.

4.1 Diretrizes Legais de Educação Especial e Gestão Escolar em Ipameri, GO

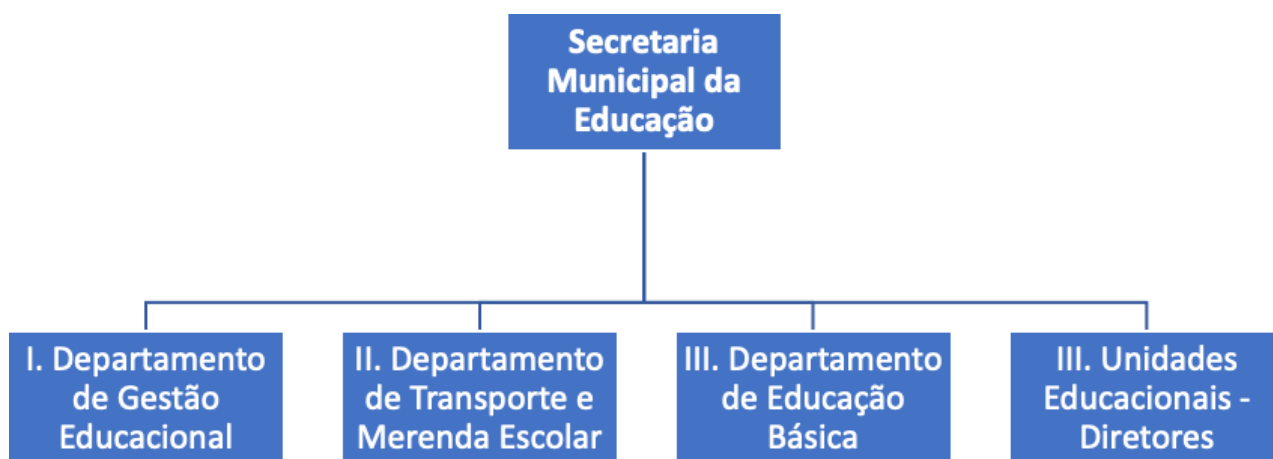
A educação especial é configurada como uma das modalidades da Educação Nacional abrangendo o sistema educacional em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. E o município pesquisado tenta oferecer serviços e recursos especializados para complementar e suplementar o processo de ensino aprendizagem dos estudantes público da educação especial, de modo a assegurar o desenvolvimento de suas potencialidades sociais, políticas, psicológicas, criativas e produtivas para a formação cidadã.

As diretrizes do município de Ipameri, GO analisadas: Lei Municipal Nº.: 3.559/2023, DE 22/05/2023; Lei Municipal Nº.: 3.802/2025, DE 27/02/2025; Lei

municipal nº 2.808/2011, de 13/07/2011.

Conforme a Lei Municipal Nº.: 3.802/2025, DE 27/02/2025 a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria Municipal da Educação está assim organizada:

Figura 1. Estrutura Organizacional Básica da Secretaria Municipal da Educação de Ipameri, GO.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir da Lei Municipal Nº.: 3.802/2025, DE 27/02/2025.

Nesta estrutura organizacional, apontada pela Lei Municipal Nº.: 3.802/2025, de 27/02/2025 constatamos referência à educação do público da educação especial na Seção III do Departamento de Educação Básica Secretaria Municipal da Educação ao definir no Art. 52. Compete à Secretaria Municipal de Educação: “XL – gerenciar todas as ações pertinentes à Educação Especial da Rede Municipal e o seu efetivo funcionamento.” Consta ainda no mesmo artigo que compete ao Departamento da Educação Básica.

II - prestar atendimento específico aos alunos portadores de necessidades especiais;
 XXXVIII – propiciar condições de ensino especial ao educando portador de necessidades especiais, oferecendo classes, escolas ou serviços especializados, sempre que não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular;
 XXXIX - coordenar a elaboração de currículos específicos para aqueles que não puderem atingir o nível exigido do ensino fundamental, em virtude de suas necessidades especiais, bem

como para aqueles que forem considerados intelectualmente superdotados;

XL - gerenciar todas as ações pertinentes à Educação Especial da Rede Municipal e o seu efetivo funcionamento.

Observamos que apesar da normativa ser de 2005 ainda permanece termos já reformulados na legislação brasileira como *portadores, necessidades especiais e ensino especial*. Deste modo compete ao Departamento da Educação Básica propiciar condições e serviços especializados aos estudantes público da educação especial, bem como o caráter de preferencial nas classes comuns.

Para tanto, a Secretaria Municipal de Educação conta com uma coordenação para o Ensino Especial, a qual é composta por uma equipe multiprofissional com Psicopedagogo, Assistente Social, Fonoaudiólogo e Psicólogo, Intérprete de Libras, Intérprete de Braille, Professor de AEE, Profissional Pedagógico de Apoio à Inclusão e Profissional de Apoio (Cuidador). Sendo esta equipe a responsável por coordenar a ação pedagógica desenvolvida nas salas de aulas comuns junto aos estudantes com necessidades educacionais especiais, bem como as ações referentes ao AEE. Esta equipe é composta por profissionais já vinculados à rede municipal de serviços socioassistenciais e de saúde.

A Lei Municipal Nº.: 3.559/2023, de 22/05/2023: Dispõe sobre a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino do Município de Ipameri, GO e dá outras providências. O documento aponta em seu Art. 2º - “Constitui objeto da Política Municipal de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a disponibilização do acesso, da permanência, da participação e da aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial em turmas regulares da Rede Pública Municipal de Ensino.”

A diretriz legal acima referida define a educação especial como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, em correspondência as diretrizes nacionais (Brasil, 2008) e ainda

como um conjunto de serviços e recursos especializados para complementar e suplementar o processo de ensino aprendizagem aos alunos com deficiências, permanentes ou transitórias, de modo a garantir o desenvolvimento de suas potencialidades sociais, políticas, psicológicas, criativas e produtivas para a formação cidadã, necessária para aprender a

fazer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a aprender com o objetivo de prosseguir nos estudos e progredir no trabalho, respeitadas as características individuais e igualdade de direitos entre todos os seres humanos.

A educação especial é vista como o conjunto de serviços e recursos especializados, permanentes ou transitórios, que garantam o desenvolvimento das potencialidades e uma formação cidadã. Aponta no Art. 4o - “O atendimento educacional especializado proporcionado pela Educação Especial, direito público subjetivo, deverá ser assegurado, preferencialmente, na rede regular de ensino.” Define ainda como público da educação especial às pessoas com:

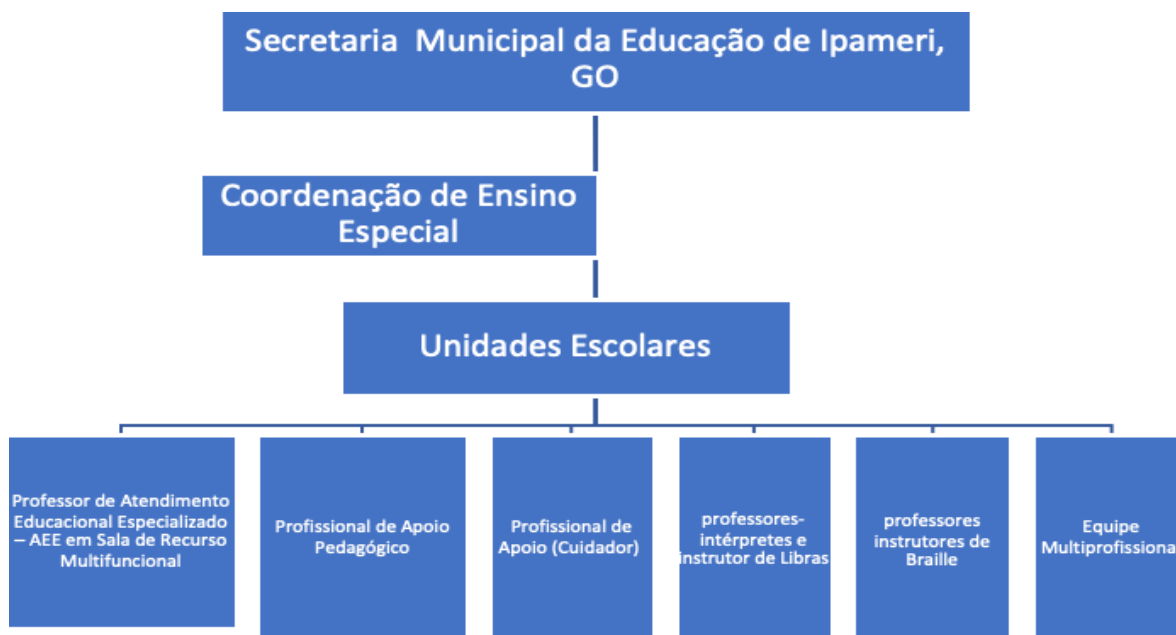
- I - deficiências;
- II - transtornos globais do desenvolvimento - Os TGD englobam os diferentes transtornos como Autismo, as psicoses infantis, a Síndrome de Asperger, a Síndrome de Kanner e a Síndrome de Rett.
- III - altas habilidades/superdotação;

A Secretaria Municipal da Educação prevê em seu Art. 12 que “devem prever e prover, na organização de suas classes comuns:”

- I - matrícula dos alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação nas várias turmas da série, do ano, etapa ou ciclo escolar (...)
- II - professores capacitados para o atendimento à diversidade étnico-racial, cultural, de gênero, de classe social e às necessidades educacionais especiais dos alunos.
- III - serviço de apoio pedagógico, realizado nas classes comuns, nas Salas de AEE (...)
- IV - currículo escolar que considere em seu conjunto as características de ensino-aprendizagem dos alunos (...)
- V - Sustentabilidade do processo inclusivo (...)

Portanto, além da matrícula dos estudantes público da educação especial nas diferentes etapas e turmas, prevê a atuação de professores capacitados e serviços de apoio, apoio pedagógico e AEE, além da sustentabilidade do processo inclusivo e currículo escolar que considere características e diferenças dos estudantes. Esses serviços previstos devem ser assegurados nas classes comuns e no AEE, mediante a atuação:

Figura 2: Serviço de apoio e apoio pedagógico, realizado nas classes comuns e no atendimento Educacional especializado:



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir da Lei Municipal N.º.: 3.559/2023, de 22/05/2023

O Art. 19. da referida diretriz prevê que a *Rede Municipal de Apoio à Educação Especial e Inclusão* deverá ser composta pela e por: I - Secretaria Municipal da Educação, por meio da Coordenação de Ensino Especial; II - Secretaria Municipal da Saúde; III - Secretaria de Assistência e Promoção Social, o que aponta a questão da intersetorialidade na garantia da inclusão escolar. Ainda prevê o AEE no Art. 14 no âmbito da classe hospitalar e do atendimento em ambiente domiciliar.

De acordo com as Diretrizes é preciso se atentar para alguns requisitos indispensáveis a cada um desses profissionais.

4.1.1 Atribuições dos Docentes, Gestores e Profissionais de Educação Especial

As atribuições dos profissionais de educação especial do município pesquisado são regulamentadas pelas diretrizes para o ensino especial do município, as quais foram elaboradas em consonância com a Resolução CEE n.º 7, de 15 de dezembro de 2006, de modo a garantir o desenvolvimento das potencialidades sociais, políticas,

psicológicas, criativas e produtivas para a formação cidadã dos alunos público da educação especial.

a) Coordenador de Ensino Especial na Inclusão Escolar:

O Coordenador de Ensino Especial está vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Educação. Do Perfil e Atribuições (SME, 2023, p. 6) são apontadas 12 funções, é destacado em 5 a formação continuada:

- Buscar formação continuada para os professores que trabalham com alunos da Educação Inclusiva;
- Participar de Formações Continuadas da Educação Inclusiva;
- Desenvolver junto às Unidades Educacionais, e em parceria com a Equipe Multiprofissional, atividades de formação continuada bem como fazer orientações e assessorias junto Profissional de Apoio Pedagógico, Professor de AEE, Coordenação Pedagógica e demais profissionais que atuam com alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades /superdotação;
- Desenvolver capacitações, seminários, entre outros, com equipe envolvida no processo de inclusão;
- Socializar o(s) tema(s) trabalhado(s) na Formação Continuada com toda a Equipe envolvida na Educação Inclusiva;

Observamos a responsabilidade deste coordenador na promoção da formação dos docentes e demais profissionais que atuam na educação de estudantes público da educação especial. Esta oferta deve ainda incluir a parceria da Equipe Multiprofissional e também a sua própria formação continuada. Igualmente, é ressaltada nestas atribuições as orientações e assessorias junto às Unidades escolares e aos Profissionais de Apoio Pedagógico, Professores de AEE, Coordenação Pedagógica e demais profissionais que atuam com alunos.

Nesta perspectiva é atribuição deste coordenador promover a formação continuada, orientar e acompanhar em articulação com a Equipe multiprofissional visando garantir a aprendizagem. Além disto, é apontado seu papel em relação a família e a própria condução dos doentes e profissionais que atuam na inclusão escolar, como podemos constar:

- Participar dos encontros com os pais ou responsáveis;
- Assim, como no direcionamento das atividades dos profissionais;
- Verificar o cumprimento da carga horária e atribuições dos profissionais de Apoio à Inclusão: Professor de AEE, Intérprete de Libras e Braille, Profissional de Apoio/Cuidador;
- Acompanhar a modulação dos profissionais de Apoio à Inclusão: Professor de AEE, Profissional de Apoio Pedagógico, Intérpretes,

Profissional de Apoio (Cuidador), a fim de que estes cumpram com as exigências para a função (SME; 2023; p. 6).

A descrição de atribuições destaca a responsabilidade do coordenador do “Ensino Especial”, desde realizar visitas às unidades escolares e apoio às coordenações, integração com a equipe multiprofissional, com os professores até a busca por formação continuada e o acompanhamento de equipes especializadas. A enumeração das responsabilidades deste coordenador se articula na constituição e apoio à inclusão escolar na Educação Básica, ou seja, a transversalidade dos serviços de educação especial, ao apontar como uma de suas atribuições:

- Dar respaldo e trabalhar juntamente com as coordenações da Educação Infantil e Ensino Fundamental (Regular e EJA), garantindo a integração das ações educacionais e sociais voltadas para os alunos com deficiências;

É destacado ainda o papel deste agente na garantia de articulação com outros setores que atuam na oferta de serviços aos estudantes público da educação especial, ou seja na intersetorialidade.

- Articular com a rede de proteção social do Município (CRAS, CREAS, CAPS e PESTALOZZI), visando atendimento integral aos alunos com deficiência;

Portanto, este coordenador tem um papel fundamental na política de inclusão escolar e partimos do pressuposto do papel também dos gestores das Unidades Escolares - diretores e coordenadores - na condução deste processo.

b) Do Professor de Atendimento Educacional Especializado – Professor de AEE - Do Perfil:

Abaixo, veremos os requisitos necessários para ser professor de AEE no município pesquisado:

Ter habilitação em Pedagogia ou Licenciatura;
Ser servidor efetivo da Secretaria Municipal de Educação;
Ser especialista na área da Educação Especial ou possuir certificados de cursos de aperfeiçoamento com carga horária mínima de 120 horas na área da Educação Especial, principalmente em Libras, Português para surdos como L2 na modalidade escrita, Braille e Soroban, entre outros; (SME, 2023, p. 07).

Para trabalhar com educação especial na Secretaria Municipal de Educação, é necessário: ter formação em Pedagogia, ser servidor efetivo da Secretaria Municipal de Educação e ser especialista na área da educação especial ou ter certificados de cursos de aperfeiçoamento na área da educação especial, com carga horária mínima de 120 horas. Esses cursos devem abordar temas como Libras, Português para Surdos como L2, Braille e Soroban, entre outros.

c) Do Profissional de Apoio Pedagógico

O Profissional Pedagógico à Inclusão tem a função de auxiliar o Professor Regente nas atividades com toda a turma em função especificamente da presença de estudantes público da educação especial, déficit este comprovado com laudo médico ou com o diagnóstico realizado pela equipe multiprofissional. Do Perfil:

Ter habilitação em Pedagogia ou Licenciatura em áreas não críticas;
Ser servidor efetivo da Secretaria Municipal de Educação;
Ser especialista na área da Educação Especial ou possuir certificados de cursos de aperfeiçoamento com carga horária mínima de 120 horas na área da Educação Especial;
Participar dos encontros promovidos pelo coordenador de Inclusão (SME; 2023, p. 10).

Apesar de todos os requisitos observados para desempenho do cargo de profissional de apoio pedagógico, na prática, o que se recebe nas escolas, mediante solicitação do gestor, com laudos médicos dos alunos público da educação especial, são estagiários do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) que nem sequer concluíram a graduação e muitas vezes não são estudantes das licenciaturas, ou são professores em readaptação médica.

A contratação de estagiários por meio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) para atuarem na educação inclusiva, especialmente como profissionais de apoio, tem se tornado uma prática recorrente em diversas redes de ensino, como alternativa à ausência de profissionais concursados e especializados. Embora essa estratégia apresente vantagens no que diz respeito ao suporte imediato às escolas e ao custo reduzido, ela também levanta questionamentos importantes sobre a qualidade do atendimento educacional prestado aos estudantes público da educação especial.

Um dos aspectos positivos dessa prática é a oportunidade de formação prática proporcionada aos estagiários, especialmente aqueles oriundos de cursos como pedagogia, psicologia e serviço social. A vivência no ambiente escolar possibilita o contato direto com as demandas da educação inclusiva, contribuindo para o desenvolvimento de uma postura profissional mais sensível e comprometida com a diversidade. Conforme indicado nas diretrizes do Ministério da Educação (Brasil, 2015), a formação e o preparo dos profissionais que atuam na educação inclusiva são fundamentais para garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes. Do ponto de vista da gestão educacional, a contratação de estagiários pode representar uma alternativa viável diante da escassez de recursos e da falta de profissionais habilitados para atuar diretamente com estudantes com deficiência. Oliveira (2010) destaca que apesar da importância de investimentos em formação e recursos, muitas redes utilizam estratégias paliativas para suprir as demandas da inclusão escolar.

Entretanto, essa solução apresenta limitações observáveis. A principal delas está na formação ainda incompleta dos estagiários, que muitas vezes não dispõem de conhecimento específico sobre as necessidades dos estudantes público da educação especial e as adaptações necessárias para sua inclusão efetiva. Isso pode comprometer a qualidade do atendimento, exigindo supervisão contínua da equipe pedagógica. Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) reforça que o atendimento educacional especializado deve ser realizado por profissionais qualificados, garantindo o acesso e a participação de todos os alunos em igualdade de condições. Outro desafio refere-se à alta rotatividade dos estagiários, característica natural dessa modalidade, o que dificulta a continuidade do trabalho pedagógico e o estabelecimento de vínculos com os estudantes.

Assim, apesar de a presença de estagiários poder representar um apoio importante nas escolas, especialmente em contextos marcados pela carência estrutural e ausência de políticas públicas efetivas, é fundamental que sua atuação seja planejada e supervisionada adequadamente, para assegurar que os direitos dos estudantes público da educação especial sejam respeitados e que a educação inclusiva se efetive de forma qualificada.

d) Do Profissional de Apoio (Cuidador)

O Profissional de Apoio Cuidador, deverá atender o estudante com deficiência que apresenta dificuldade na locomoção e na realização das atividades de vida diária (vestir-se, banhar-se, alimentar-se, necessidades fisiológicas, entre outras) e/ou dificuldade comportamental em sala de aula e em outros ambientes da Unidade Escolar. Do Perfil:

Estar cursando Ensino Médio;
Participar de capacitação para cuidador;
Ser, preferencialmente, do mesmo sexo do estudante a ser atendido
(SME; 2023; p. 12).

No caso desta função de profissional de apoio(cuidador) também é exercida por estagiários do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), independente da formação.

4.1.2 Normativas para os Cargos de Direção e Coordenação no Município de Ipameri, GO

De acordo com a Lei municipal nº 2.808/2011, de 13 de julho de 2011, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores e Profissionais da Educação Pública do Município de Ipameri, GO, estabelece o Plano de Cargos e Salários dos Profissionais da educação e dá outras providências, estabelece as normativas para pleiteio dos cargos de direção e coordenação escolar.

Em seu Art. 14 - A função de Diretor será gratificada e exercida por professor efetivo da rede municipal eleito, desde que devidamente habilitado e atenda os seguintes requisitos:

- I - tenha no mínimo 03 (três) anos de experiência na docência e estejam em atividade na educação há, no mínimo, 3 (três) anos;
- II - demonstre suficiente conhecimento da realidade social da região da escola e não responda a processo administrativo disciplinar;
- III - não esteja em débito com prestação de contas de recursos financeiros recebidos;
- IV - possua: a) no mínimo, o curso de magistério e esteja cursando regularmente Graduação no Ensino Superior, quando se tratar de candidato a diretor de estabelecimento de ensino que ministre a

Educação Infantil, e até o 5º ano do Ensino Fundamental, inclusive na modalidade Educação de Jovens e Adultos. b) Graduação plena, quando se tratar das unidades escolares que ministram Ensino Fundamental até o 9º ano.

V - Apresente certificado de participação satisfatória em curso de Gestão Democrática Municipal, com carga horária mínima de 20 horas, promovido pela Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação.

§ 1º - A participação no curso é de caráter obrigatório para todos os candidatos ao pleito;

§ 2º - A avaliação da participação do candidato será realizada, por meio de Relatório, pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 3º - As unidades escolares de Zona Rural que não se enquadram nos critérios que justifiquem a existência de Diretor, serão administradas por um Profissional da Educação integrante de seu quadro, sob a denominação de Profissional responsável pela unidade, indicado pelo titular da Secretaria Municipal de Educação (SME; 2011; p. 06 - 07).

Essas atribuições e requisitos delineiam um perfil bastante completo para os candidatos a diretor de escola no município pesquisado, buscando garantir uma gestão eficiente, ética e alinhada às necessidades da comunidade escolar. A exigência de conhecimento da realidade social e participação em curso de Gestão Democrática reforçam a busca por uma liderança participativa e contextualizada. Além disso, a atenção às unidades de Zona Rural mostra preocupação com diferentes realidades escolares. No geral, esses critérios visam fortalecer a qualidade e a transparência na gestão escolar.

A presente lei, estabelece ainda:

Art. 17 - O Diretor poderá ser destituído de sua função por:

§ 1º - ato do Chefe do Poder Executivo, precedido de processo de sindicância, onde se constate falta grave ou por iniciativa da comunidade escolar, com vontade expressa da maioria dos seus membros votantes, em Assembleia Geral convocada para este fim.

§ 2º - renúncia formal.

§ 3º - a convocação extraordinária da comunidade escolar dar-se-á por solicitação formulada por, no mínimo, um terço dos seus membros votantes ou pelo titular da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 18 - Em caso de vacância, expressa nos §§ 1º e 2º do Art. 17, responderá pela direção da escola servidor nomeado pelo Executivo Municipal, por um prazo de até 60 (sessenta) dias, até que se realize nova eleição.

§ 1º - O servidor nomeado permanecerá no cargo de diretor caso o período para o término do mandato seja igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias, ou caso não haja candidato espontâneo.

§ 2º - O diretor afastado que se enquadre no § 1º do Art. 17 não poderá candidatar-se novamente.

Art. 19 - Será constituído em cada estabelecimento de ensino municipal,

o Conselho Escolar, composto pelo Diretor da escola, por representantes dos Profissionais da Educação, dos Profissionais Administrativos, dos alunos e dos pais, eleitos pelos seus pares e da forma como dispuser o regulamento elaborado e discutido pela comunidade escolar e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação. Parágrafo Único - O Conselho Escolar tem por objetivo a promoção do desenvolvimento das atividades educacionais, dentro do espírito democrático, assegurando a participação da comunidade na discussão das questões educacionais (SME; 2011; p. 07 - 08).

Essas regras garantem que a gestão escolar seja transparente, participativa e responsável. A destituição do diretor exige processos justos, e a participação da comunidade na gestão é fortalecida por meio do Conselho Escolar, promovendo uma educação mais democrática e colaborativa.

Posteriormente, veremos como se dá o processo de escolha do coordenador pedagógico e quais atribuições são necessárias para pleitear o cargo de acordo com o estatuto vigente.

Quanto à função de coordenador pedagógico, fica estabelecido:

Art. 16 - Os cargos de Coordenador Pedagógico e Orientador Educacional serão indicados por um colegiado da Unidade Escolar e deverá ser exercido por professor habilitado em nível PE III, IV ou V, e na ausência de professor nestes níveis, poderá o colegiado, em caráter excepcional, nomear professor em nível PE II.

Parágrafo único - Fica determinada à Secretaria Municipal de Educação a regulamentação da indicação e da composição do colegiado de que trata o artigo anterior (SME, 2011; p. 07).

É importante percebermos que quanto à coordenação pedagógica, os mesmos são escolhidos por meio de colegiado, o qual é composto por representantes da secretaria municipal de educação, da comunidade escolar, do administrativo e por um representante dos pais. O grau de exigências para a escolha deste está mais voltada para a formação acadêmica, para que tenha condições de auxiliar os professores e contribuir para a qualidade da educação das unidades escolares do município.

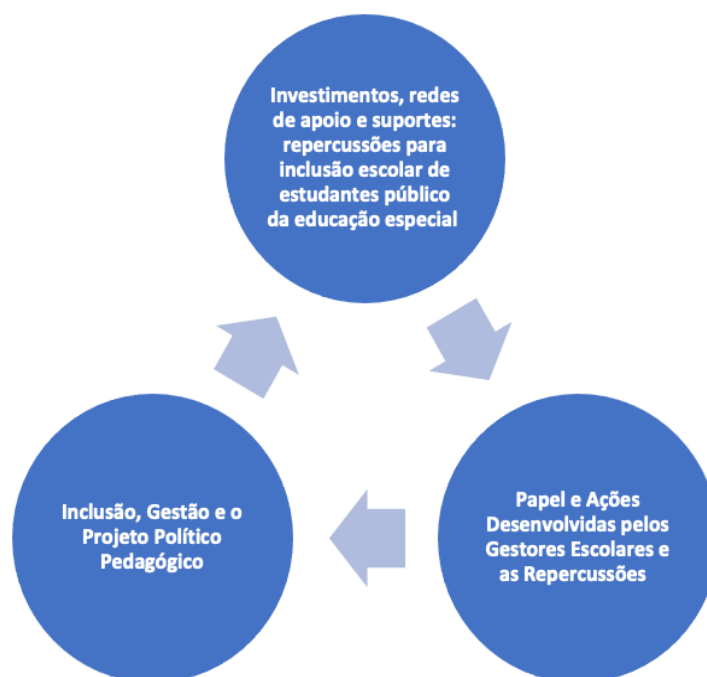
O grupo gestor de uma unidade escolar desempenha um papel fundamental na administração e no desenvolvimento da instituição, sendo responsável por planejar, organizar, coordenar e avaliar as ações pedagógicas e administrativas. Entre suas atribuições estão a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), a gestão de recursos financeiros e humanos, o acompanhamento do desempenho dos estudantes e professores, além de promover um ambiente escolar que favoreça a aprendizagem

e o bem-estar de toda a comunidade escolar. Dessa forma, o grupo gestor atua como articulador e líder, buscando garantir a qualidade do ensino e o cumprimento das metas estabelecidas pela instituição.

4.2 Ações e Atuação do Gestor na Inclusão Escolar dos Estudantes Público da Educação Especial

Compreender as diretrizes políticas da educação especial no município de Ipameri, GO se fez importante para compreender em que contexto situa as unidades escolares e a atuação dos gestores - coordenadores e diretores - na constituição de uma educação inclusiva. Assim, dando continuidade à análise da atuação e o papel do gestor escolar em relação à escolarização dos estudantes público da educação especial do Ensino Fundamental (I e II), configuradas a partir das entrevistas semiestruturadas, que deram origem aos Núcleos de Significações:

Figura 3: Núcleos de Significação



Fonte: Elaborado pela própria autora de acordo com os núcleos de significação (2025).

4.2.1 *Investimentos, Redes de Apoio e Suportes: repercussões para inclusão escolar de estudantes público da educação especial*

Esse primeiro núcleo de significação, originou a partir da articulação de quatro indicadores: Uma escola inclusiva necessita de estrutura, pessoas qualificadas e acolhimento; Falta de investimentos dificulta a inclusão de estudantes público da educação especial; Necessidade de uma rede de apoio e adaptações estruturais para o sucesso da inclusão e Divergentes opiniões sobre o suporte oferecido pela SME para a inclusão de estudantes público da educação especial. Os excertos serão apresentados, conforme legenda do Quadro 2, mas manteremos os nomes dos gestores.

Ao questionarmos os gestores participantes da pesquisa acerca das suas concepções do que seria uma escola inclusiva, obtivemos respostas diversificadas. No entanto, complementares, como pode ser visto nas falas apresentadas a seguir:

Excerto 1- /...Porque **para ser inclusiva depende de várias coisas, vários fatores**. Primeiro, a escola tem que estar preparada para receber essa criança. **Com profissionais qualificados e capacitados para receber essa criança**. É tanto que eu vejo a questão dos IELS que são os apoios. **Se não for um apoio que realmente entenda sobre a especificidade de cada criança, acaba não ajudando, às vezes pode até atrapalhar** (D01- Zilda Arns, 2024).

Excerto 2- /.../ **dar é um ensino de qualidade, um ensino de igualdade**, um ensino onde as pessoas, tanto profissional, **como todo o corpo docente, funcionários, colegas saibam respeitar a criança** (D02- Antonieta de Barros, 2024).

Excerto 3- **Uma escola boa, inclusiva seria a que tivesse profissionais adequados** para atuar nessa área, principalmente, porque é o que está falho, que está faltando, **tanto o gestor como os apoios** (D04- Anísio Teixeira, 2024).

Excerto 4- **Uma escola que precisa da participação de todos os profissionais da educação** e também da **participação dos pais** e com certeza com **formação continuada para todos os profissionais da educação** (D03- Dorina Nowill, 2024).

Excerto 5- É bem complexo. **A gente pensar nessa questão da inclusão até por conta da perspectiva estrutural**, quando se falta **profissionais dessa rede de apoio** que muitas vezes o **professor precisa ter para ampará-lo nessa perspectiva da diversidade**, pois cada caso é um caso. /.../então **essa questão estrutural realmente é o que mais pega para mim** (D05- Nísia Floresta, 2024).

Excerto 6- Bom, **uma escola inclusiva ela deveria ter é a capacidade para receber é esse aluno para uma equipe que fosse capacitada** que eu acho que hoje nós não temos, **seria uma escola que tivesse também uma estrutura com recursos** para atender também esse aluno que fosse chegar pra gente, para **estar acolhendo-o da melhor forma** (D06- Bertha Lutz, 2024).

Como fica explícito nos posicionamentos dos diretores, ambos concordam que

para uma escola ser inclusiva, é necessário que ocorra investimentos tanto na estrutura física e material, quanto na formação dos profissionais que atenderão esses estudantes, ou seja, precisam de qualidade e eficiência. É redundante afirmar que a qualidade da escola perpassa pelo estímulo tanto da equipe pedagógica quanto dos demais funcionários. Não somente por meio de cobranças, mas que todos estejam comprometidos com essa qualidade. Libâneo (2023, p.108) nos diz que:

A escola com qualidade educativa deve ser aquela que assegura as condições para que todos os alunos se apropriem dos saberes produzidos historicamente e, através deles, possam desenvolver-se cognitivamente, afetivamente, moralmente.

Sendo assim, gestão escolar é peça primordial para que o ensino tenha qualidade, a maneira como se administra a escola identifica a qualidade no processo do ensino do professor e da aprendizagem do aluno. A qualidade defendida neste, não se refere a uma valorização produtiva, mas, sim, está caracterizando um conceito de “qualidade social”, que segundo Orzechowski (2017), é entendida como uma educação que prioriza a consciência cidadã e o processo de emancipação, onde os indivíduos tornam-se autônomos e transformam a sua realidade e a realidade dos seus pares.

As gestoras Anália Franco e Zilda Arns consideram que uma escola inclusiva tem que ter capacitação para todos os funcionários, além de ser totalmente adaptada, como podemos constatar nos excertos abaixo:

Excerto 7- Eu acho que uma escola inclusiva a primeira coisa que ela teria que ter seria a preparação, a capacitação de todos os funcionários, não apenas os professores, mas todos os funcionários para receber essa criança. Além da capacitação que para mim é preponderante a outra característica que teria que ter, **ela teria que ser totalmente adaptada, adaptada em todos os aspectos, o físico e o pedagógico** (C04- Anália Franco, 2024).

Excerto 8- /...Porque para ser inclusiva depende de várias coisas, vários fatores. Primeiro, a escola tem que estar preparada para receber essa criança. **Com profissionais qualificados e capacitados para receber essa criança.** É tanto que eu vejo a questão dos IELS que são os apoios. **Se não for um apoio que realmente entenda sobre a especificidade de cada criança, acaba não ajudando, às vezes pode até atrapalhar** (D01 - Zilda Arns, 2024).

Apesar de reconhecer a importância de profissionais qualificados e de apoios especializados, a realidade muitas vezes mostra que há uma lacuna entre a teoria e a prática. Muitas escolas enfrentam dificuldades financeiras, falta de formação contínua e recursos adequados, o que compromete a efetividade da inclusão. Além disso, há

uma tendência de tratar a inclusão como uma questão apenas de adaptação de materiais ou de presença de profissionais especializados, sem promover uma mudança na cultura escolar, nas metodologias de ensino e na conscientização de toda a comunidade escolar. Essa abordagem limitada pode acabar reforçando estigmas ou segregando ainda mais os estudantes público da educação especial, ao invés de promover uma verdadeira convivência e aprendizagem conjunta. Portanto, é fundamental que as políticas de inclusão sejam acompanhadas de investimentos consistentes, formação contínua e uma mudança de mentalidade na escola, para que a inclusão deixe de ser uma formalidade e se torne uma prática genuína e transformadora.

Em relação ao suporte da Secretaria Municipal de Educação para inclusão escolar as participantes apontam que:

Excerto 9- Então, eu acho que é feito um trabalho e a qualidade do trabalho da Secretaria de Educação, digamos assim, hoje, no meu ponto de vista não é satisfatório. /.../ Um profissional que ele está ali para atender só a inclusão, mas eu não vejo esse profissional atuar nas escolas, eu não vejo ele levantar as demandas, eu não vejo ele verificar se o trabalho tem tido resultados, se está precisando de apoio, como tem sido, eu não vejo uma visita, eu não vejo uma ligação enfim, eu não vejo é primeiro eu quero começar daqui, porque se tem uma equipe da educação inclusiva na Secretaria de Educação para atender essas demandas ela deveria ser atuante e presente nas escolas, eu não vejo esse trabalho (D06- Bertha Lutz, 2024).

A entrevistada faz críticas à falta de atuação e presença da equipe de educação inclusiva da Secretaria de Educação nas escolas. Considera que a equipe não cumpre o seu papel de apoio e acompanhamento aos estudantes público da educação especial, bem como a ausência de acompanhamento e avaliação sugere que a equipe não oferece o suporte necessário aos professores e estudantes para garantir a inclusão, como podemos perceber nos apontamentos de Maria da Penha e Nísia Floresta:

Excerto 10-Tá, então como eu disse, esse ano a gente recebeu um (1) (2,0s) uma palestra, não foi? ((sim)) num dia coletivo ((teve um dia de formação)) teve um dia de formação, (+) tem uma pessoa lá dentro da secretaria que {{risos}} que é para orientar quando a gente precisa, assim, se a gente precisa de uma vaga de fonoaudióloga, a gente vai atrás dela aí ela tenta achar, encontrar uma vaga para (2) encaminhar o aluno, é só, não é? (C05- Maria da Penha, 2024)

Excerto 11- Só nesse sentido do envio de profissional. Porque se for em

outras instâncias, quando a gente ainda precisa de algum socorro (1,5) vez ou outra ainda surge a possibilidade, mas eu penso que **no sentido de pensar no macro ainda está bem distante daquilo que a gente realmente sonha, do que a gente idealiza, então é mais nesse fornecimento, no (1) oferecimento das pessoas que podem auxiliar os alunos na sala de aula e a gente vê mesmo que não é tão criterioso assim, porque quando a gente pega aqui alunos de IEL para lidar com essas situações.** Mas a gente ainda tem que ficar feliz (D05- Nísia Floresta).

Nas diretrizes para a educação especial do município consta que é atribuição do coordenador do ensino especial promover a formação continuada, orientar e acompanhar em articulação com a equipe multiprofissional, visando garantir a aprendizagem. No entanto, pelo que nos demonstram as falas dos gestores, isso não ocorre, está bem distante da realidade, pois não acontece nem a visita às unidades escolares para diagnosticar, muito menos um acompanhamento das atividades desenvolvidas nas escolas. Ou seja, as escolas trabalham baseadas nos seus PPPs, buscando orientações com profissionais externos, pois não há muitos direcionamentos por parte da SME.

Um ponto observado na fala da gestora Nísia Floresta é quanto à questão dos IELs, percebe-se também um acomodamento por parte dos gestores, pois se a legislação garante, a modulação de profissional capacitado para estar atuando com os alunos público da educação especial, o que impede de recorrer em busca desses profissionais e ter que se contentar com estagiários despreparados para exercerem a função de professores de apoio. A gestora termina a frase dizendo “que ainda tem que ficar feliz” por ter esses estagiários, caso contrário, esses alunos ficariam sem esse acompanhamento. No entanto, o gestor não deveria “ficar feliz” com essa situação, pois se faz parte da legislação, deveriam procurar meios legais, como promotoria pública para tentar solucionar essas questões.

Como podemos constatar também no excerto 13, abaixo, a questão do profissional capacitado para estar atuando na inclusão de estudantes público da educação especial, que apesar de ser assegurado pelas diretrizes da educação especial do município, mas que na prática não acontece, pois, a maioria dos profissionais de apoio em atuação no referido município são estagiários do IEL, ainda em formação, muitas vezes nem são estudantes da área da educação.

Excerto 13- Tem sido o IEL que ele manda porque a gente sabe que eles não querem mandar o pedagogo, o que se especializa em

psicopedagogia, para ele, para o sistema fica caro, a gente entende, mas não quer aceitar ((sim)) ((risos)). ENTÃO, nesse sentido a gente fica (+) acha que não pode ser e não pode mesmo (C03- Dandara, 2024).

Vivemos em uma sociedade capitalista, onde a lógica do mercado e do lucro muitas vezes influencia diversas áreas, incluindo a educação. Nesse contexto, é fundamental entender que a educação é a ferramenta principal para a perpetuação do discurso dominante. Isso acontece porque o sistema educacional, em muitos casos, é moldado para reproduzir as estruturas de poder existentes, preparando os indivíduos para se encaixarem no mercado de trabalho.

Segundo a perspectiva marxista, a educação serve para legitimar a ideologia da classe dominante, transmitindo valores que sustentam a exploração e a desigualdade. Ela ajuda a criar uma consciência de classe fragmentada, onde os trabalhadores aceitam suas condições, acreditando que o sucesso depende apenas do esforço individual, e não das estruturas de poder que os oprimem. Assim, a educação reforça o discurso do mercado, do consumo e do individualismo, muitas vezes negligenciando questões de justiça social, igualdade e emancipação.

Por outro lado, essa mesma ferramenta pode ser usada para promover a conscientização e a transformação social, se for direcionada para a educação crítica e emancipadora. Nesse sentido, é importante questionar e transformar os conteúdos, métodos e objetivos do sistema educacional para que ele deixe de servir apenas aos interesses do capital e passe a promover uma formação que capacite os indivíduos a compreenderem e contestarem as estruturas de poder.

Trazendo para nossa discussão, com certeza, é mais viável para o município contar com esses profissionais que tem o custo bem mais acessível, do que manter pessoas efetivas, com formação e capacitação como está previsto nas diretrizes do município para estarem atuando nas escolas, pois além de fazer de conta que está cumprindo seu papel de valorizar a educação, também contribui para a não formação de estudantes capazes de se desenvolverem plenamente e contestarem o meio em que vivem.

Um outro fator polêmico é com relação à rede de apoio da SME, que deveria ser composta por uma equipe multiprofissional com Psicopedagogo, Assistente Social, Fonoaudiólogo e Psicólogo, Intérprete de Libras, Intérprete de Braille, Professor de AEE, Profissional Pedagógico de Apoio à Inclusão e Profissional de Apoio (Cuidador), apesar de estar garantida nas diretrizes para a educação especial do município, na

prática também não existem, como podemos constatar nas falas dos participantes Nísia Floresta, Dandara e Anísio Teixeira:

Excerto 14: É como eu falei antes **é difícil avaliar**, porque a gente queria muita coisa, mas como eu disse a **falta de políticas públicas direcionadas, não tem equipe multidisciplinar, eles não enviam pessoas capacitadas eles, não propiciam capacitação para os professores, uma capacitação mais assertiva**, que supra mesmo as deficiências desses professores eu acho que **é muito desafiador o trabalho**, mas a gente vai tentando e a gente consegue muita coisa (D05- Nísia Floresta, 2024).

Excerto 15- **É bem complexo. A gente pensar nessa questão da inclusão até por conta da perspectiva estrutural, quando se falta profissionais dessa rede de apoio** que muitas vezes o professor precisa ter para apará-lo nessa perspectiva da diversidade, pois cada caso é um caso (C03- Dandara, 2024).

Excerto 16- **Talvez seja um dos maiores desafios do século XXI**, porque primeiro **nós precisamos ter formação na área de inclusão com os profissionais da educação, termos um amparo do governo, (2,0) é leis que sejam mais bem definidas para que esses alunos sejam amparados, é apoio externos, como: fonoaudiólogos, psicólogos especializados na área**, então, eu acredito que é um desafio que precisamos sentarmos e discutirmos muito para que ele realmente seja executado com excelência (D04- Anísio Teixeira, 2024).

Mediante ao que foi exposto pelos participantes, podemos constatar que a ausência de investimentos adequados em infraestrutura, capacitação profissional e recursos pedagógicos voltados à educação especial evidencia as fragilidades do município em garantir um ensino verdadeiramente inclusivo. Essa falta de estrutura compromete não apenas o desenvolvimento acadêmico dos estudantes público da educação especial, mas também sua participação plena na vida escolar.

4.2.2 Papel e Ações Desenvolvidas pelos Gestores Escolares e as Repercussões

O núcleo de significação 2, foi composto por cinco indicadores, como exposto à seguir: A dinamicidade do trabalho do gestor: desafios e frustrações; Interação com as famílias para a escolarização de estudantes público da educação especial; Impactos da interação do grupo gestor com os agentes da inclusão; Ações desenvolvidas nas unidades escolares para que a inclusão ocorra; e A responsabilização pela falta de qualificação dos profissionais da inclusão.

A gestão escolar desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação inclusiva, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas

diferenças, tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem. Segundo a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), a inclusão é um direito de todos, e a escola deve ser um espaço que respeite e valorize a diversidade.

Na prática, uma gestão escolar inclusiva envolve ações como a formação de professores para lidar com diferentes necessidades, a adaptação do currículo, a disponibilização de recursos acessíveis e a criação de um ambiente que promova o respeito às diferenças. Além disso, é importante que a gestão incentive a participação da comunidade escolar, incluindo estudantes, famílias e profissionais, para construir uma cultura de inclusão.

Ao serem indagadas sobre seu papel e atribuições no processo de inclusão escolar, as respostas são bem divergentes, como veremos:

Excerto 17- Eu acho que o processo dele, enquanto gestor, é o mesmo de qualquer outro funcionário dentro da escola. Porque todos, primeira coisa, todos têm que falar a mesma língua. **E trabalhar essa questão do respeito, de como as práticas vão acontecer ali dentro, porque não cabe só ao coordenador, o gestor, o diretor também tem que fazer isso, tem que estar ali junto,** vendo as necessidades da criança, vendo o que está acontecendo, acompanhando dentro da sala de aula, eu acho que tem que estar junto sempre (D01- Zilda Arns, 2024).

Excerto 18- O papel do gestor, é na minha opinião, é orientar, buscar recursos, buscar mecanismos para estar auxiliando o educador da melhor forma possível, então realmente é na procura, das melhores condições para isso acontecer (D02- Antonieta de Barros, 2024).

Excerto 19- Direcionar, e infelizmente agora impor, que não deveria ser (D03- Dorina Nowill, 2024)

Excerto 20- O papel do gestor, bom primeiramente, o gestor ele tem que estar qualificado, estar preparado é como diz assim, **entrar de cabeça na inclusão, mas tendo suporte** (C01- Magda Soares, 2024).

É importante percebermos que enquanto para umas o papel delas é buscar recursos e mecanismos para auxiliar os professores, para outras o diretor tem de ser qualificado, preparado e contar com uma equipe também preparada para trabalhar com a inclusão e ainda outra que acredita que tem que impor para que a inclusão funcione.

Segundo Paulo Freire (1970), a educação deve ser um ato de liberdade e conscientização, e cabe ao gestor promover um ambiente que valorize a diversidade,

combata a exclusão e fomente a participação de todos os atores escolares. A sua liderança deve ir além da administração burocrática, atuando como um facilitador de mudanças sociais e culturais que promovam a equidade. Assim, o gestor desempenha um papel crítico na construção de uma escola que não apenas aceita, mas valoriza as diferenças, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática.

Então, o papel do gestor não é como o de qualquer outro funcionário, como disse a gestora Zilda Arns, pois ele tem que motivar todos os outros a executarem as ações para que as mudanças aconteçam, ou seja, ele trabalha para garantir que as políticas educacionais sejam implementadas, que o ambiente seja propício ao aprendizado e que a equipe esteja alinhada com os objetivos da instituição. Além disso, o gestor também atua na gestão de recursos, na relação com a comunidade e na promoção de um ambiente inclusivo e eficiente para todos. Em resumo, o gestor tem um papel mais estratégico e de liderança, coordenando as ações de toda a equipe escolar.

Com relação ao papel desempenhado pelos gestores junto às famílias dos estudantes público da educação especial, acreditam que o diálogo e o acolhimento dos pais é a melhor forma de incluir os alunos, enquanto outras veem como um fardo a aceitação dos pais e depois a falta de responsabilidade com o acompanhamento dos filhos, como podemos ver nas falas dos gestores:

Excerto 21- **É, hoje em dia está sendo a luta. Está sendo uma luta esse trabalho com os pais porque fazer eles aceitarem que o filho tem um problema primeiro já não é uma situação fácil.** E depois que eles internalizam, que eles descobrem, **que eles veem que realmente tem um problema eles jogam a responsabilidade toda em cima da escola** e não é, a escola é só um caminho para tentar melhorá-lo, agora eles têm que correr atrás, mas não é fácil (C01- Magda Soares, 2024).

Excerto 22- **Importantíssimo. Ele é o elo de (1) ligação da escola com (2) a secretaria de educação, do (1) aluno com a (2) família** (D04- Anísio Teixeira, 2024).

Excerto 23- **Na verdade, o nosso papel tem sido assim de mãe senta aqui, (+) vamos cair na real o seu filho precisa de socorro**, então nosso primeiro passo tem sido esse e tem dado certo porque elas têm procurado ajuda. ((certo)) **O nosso município oferece pouco, mas oferece (+) e para a escola, para esse aluno que está gritando socorro tem sido bom, porque ele está sendo enxergado como alguém que necessita mesmo desse apoio** e muitas vezes a própria casa não via, (incompreensível), não enxergava, não acolhe e aí então nesse sentido tem melhorado (C03- Dandara, 2024).

A interação dos gestores escolares com as famílias dos estudantes da

educação especial é fundamental para promover uma parceria sólida e eficaz no processo de inclusão. Os gestores atuam como pontes de comunicação, buscando envolver as famílias nas decisões relacionadas ao desenvolvimento e às necessidades específicas de seus filhos, promovendo encontros, reuniões e canais de diálogo abertos. Essa relação colaborativa ajuda a criar um ambiente de confiança, onde as famílias se sentem acolhidas e apoiadas, contribuindo para o sucesso educacional dos estudantes público da educação especial (Silva, 2015). Além disso, ao estabelecer uma comunicação constante e respeitosa, os gestores fortalecem o vínculo entre escola e família, promovendo uma rede de apoio que favorece o bem-estar e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Infelizmente, muitas vezes as famílias dos estudantes da educação especial enfrentam dificuldades na aceitação das necessidades de seus filhos, o que pode impactar a colaboração com a escola. Essa falta de aceitação pode surgir por diferentes motivos, como desconhecimento, medo ou resistência às mudanças, dificultando a construção de uma parceria efetiva entre escola e família. Quando as famílias não se sentem acolhidas e compreendidas, isso pode gerar conflitos, insegurança e até mesmo resistência às propostas de inclusão e apoio necessárias para o desenvolvimento dos estudantes. Por isso, é importante que os gestores escolares estejam atentos a essas questões, promovendo espaços de diálogo, esclarecendo dúvidas e oferecendo suporte emocional, para que as famílias possam superar essas dificuldades e se envolver de forma mais positiva na trajetória educacional de seus filhos. É o que veremos na fala da gestora Anália:

Excerto 24- É (+) primeiro de convencimento, já aconteceram casos na minha vida de gestão que a gente notava que a criança tinha uma certa dificuldade, tinha uma coisa e o pai não aceitava e a gente tinha que chamar e conversar, **esse é um dos papéis do gestor. O outro papel eu acho que acolher, sabe ter empatia com essa mãe, com essa família**, principalmente quando são crianças mais agitadas, adolescentes a gente tem que ter um contato muito próximo da família e compreender também essa família, acolher (C04- Anália, 2014).

O gestor pode realizar diversas ações junto aos pais dos estudantes da educação especial para fortalecer a parceria e promover uma inclusão mais efetiva. Entre essas ações, estão a realização de encontros e reuniões periódicas, onde os pais podem expressar suas dúvidas, expectativas e receber orientações sobre o desenvolvimento de seus filhos. Além disso, é importante criar um ambiente acolhedor

e de confiança, promovendo atividades que envolvam as famílias na rotina escolar, como oficinas, rodas de conversa e eventos de integração. Essas ações ajudam a fortalecer o vínculo entre escola e família, promovendo uma participação mais ativa e colaborativa, o que é fundamental para o sucesso do estudante.

Vejamos o que disse a gestora, Zilda Arns quando indagada sobre a importância do seu papel junto aos pais dos alunos:

Excerto 25- Bem próximo, aliás constante {{risos}}. Sempre fazemos reunião com os pais, principalmente quando tem alguma coisa que está, é, a gente nota muito que assim a mudança de comportamento às vezes da criança atípica, ela vai de um jeito, de repente ela muda aquele comportamento, **a gente sempre tem que está tendo essa comunicação com a família para entender se alguma coisa aconteceu, se é uma medicação que mudou ou se introduziu uma medicação nova, ou se não está tendo terapia, o quê que está acontecendo, a gente sempre tem que estar junto** (D01- Zilda Arns, 2024).

A gestora em questão é psicopedagoga, talvez por isso percebemos que dispõe de uma visão mais generalista dos fatores que subsidiam a educação especial, quais interferências podem estar influenciando na aprendizagem e no comportamento dos estudantes público da educação especial e interagindo com as famílias, fica mais fácil estar solucionando esses fatores.

Quando se trata da interação com os agentes da inclusão, ou seja, professor regente, profissional de apoio escolar e a família, a situação não é muito diferente, pois os desafios também são bem acentuados, com a resistência por parte de ambos, o que pode ser fruto da falta de qualificação dos professores, tanto regentes, quanto dos profissionais de apoio, que são na sua maioria IELS (estagiários do Instituto Euvaldo Lodi) ou em alguns casos professores em readaptação médica. Os relatos dos gestores demonstram claramente a dificuldade em gestar o trabalho destes, como veremos:

Excerto 26- É, também porque assim os nossos professores de apoio não são pessoas especializadas, no nosso município se coloca muito é IEL, ((ensino médio)) de ensino médio, então eles não têm também um preparo, muitas vezes a gente acaba criando outro problema de não colocar pessoas qualificadas, **e aí a gente tem que fazer essa intervenção entre professor, o apoio, a família para tentar amenizar um pouco do caos que é gerado diante dessa situação** (C02- Débora Seabra de Moura, 2024).

Excerto 27- É complicado. É um joga aqui, joga ali, sabe? Nós temos um problema grande principalmente o professor de AEE, ele a gente não tem, mas o apoio quer passar tudo para os pais sem passar pelo regente (D03- Dorina Nowill, 2024).

Esse quesito dos estagiários como professores de apoio realmente é muito complicado, pois os mesmos na maioria das vezes estão em formação, e muitos não estão se formando em licenciaturas na área da educação, já tiveram estagiários até de gestão comercial, ou seja, somente para preencher a vaga e solucionar um “problema” de aluno público da educação especial sem apoio. Em alguns casos, quando o pai tem conhecimento da legislação, ele não aceita, recorre, procura a promotoria pública e consegue reverter a situação, conseguindo que um professor em readaptação médica o acompanhe, mas quando isso não acontece, são os estagiários que atuam junto a esses alunos.

Outro fator que também sobressaiu muito foi quanto à falta de formação e qualificação dos professores, as quais são essenciais na garantia de uma educação inclusiva de qualidade, uma vez que proporcionam conhecimentos específicos e habilidades necessárias para atender às diversas necessidades dos estudantes, especialmente aqueles público da educação especial. A formação continuada de professores é fundamental para que eles possam refletir, atualizar seus conhecimentos e aprimorar suas práticas pedagógicas ao longo da carreira. Segundo Paulo Freire, essa formação deve ir além da simples transmissão de conteúdos, promovendo uma reflexão crítica sobre a realidade social, cultural e política em que os professores atuam.

Freire destaca a importância de uma educação que seja libertadora e que estimule a consciência crítica, o que também se aplica à formação de professores, que precisam compreender o contexto social de seus alunos para oferecer uma educação mais inclusiva e transformadora. Além disso, a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão, reforça a importância de profissionais capacitados para assegurar o direito de todos à educação de qualidade. Investir em cursos de aperfeiçoamento, como os de educação especial, com carga horária adequada, é fundamental para que os docentes possam implementar estratégias pedagógicas eficazes e promover um ambiente escolar mais acolhedor e acessível (Santos, 2018). Dessa forma, a qualificação contínua dos professores é um elemento-chave para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva, que respeite a diversidade e promova o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

A responsabilidade do grupo gestor nas formações e qualificações de professores para a educação inclusiva é fundamental para garantir o sucesso dessas

ações, devendo promover um ambiente que valorize a formação continuada, incentivando a participação dos professores em cursos, oficinas e treinamentos específicos sobre inclusão. Não obstante, cabe ao grupo gestor assegurar recursos adequados, criar políticas internas que priorizem a formação de professores e acompanhar de perto o desenvolvimento das práticas pedagógicas inclusivas na escola. Essa liderança é essencial para criar uma cultura escolar que valorize a diversidade e promova a implementação efetiva de estratégias inclusivas, contribuindo para uma educação mais equitativa e acessível a todos os estudantes (Santos, 2018). Portanto, o grupo gestor tem um papel estratégico na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, apoiando e valorizando a formação contínua dos docentes.

Podemos perceber que os gestores são conhecedores da sua importância no que diz respeito à formação e qualificação de seus professores. Todavia, a oferta de formações e/ou capacitações por intermédio da secretaria de educação é muito escassa, vejamos as contribuições dos gestores acerca dos questionamentos sobre formação:

Excerto 28- É, a gente sabe que não depende só da gente, se dependesse seria ótimo. Mas eu incentivo muito assim, a (2) eles estarem buscando por fora, não também ficar só esperando que a prefeitura faça alguma coisa, que a secretaria de educação promova alguma coisa dentro da área de inclusão, eu acho que a partir do momento que você tem alunos na escola que precisam desse olhar diferenciado o professor também tem que buscar, mesmo que seja por fora. Então, sempre que tem algum congresso, alguma coisa, estou sempre divulgando, e incentivando eles a participarem (D01- Zilda Arns, 2024).

Excerto 29- O incentivo, um incentivo diário de estar procurando se qualificar cada dia mais, é o principal e quando é oferecido pelo governo federal, pelo municipal, pelo estadual estar sendo realizado, porque infelizmente a escola não possui verbas para estar oferecendo essas capacitações, então realmente como sempre o professor é um guerreiro, ele corre atrás (D02- Antonieta de Barros, 2024).

Excerto 30- É um papel de motivador. /.../ Então, esse papel do gestor de estar à frente motivando a sua equipe ele é fundamental. Um gestor que não motiva a sua equipe e que dê o exemplo para sua equipe ele não vai ter bons resultados (D05- Nísia Floresta, 2024).

Excerto 31- A gente, (1) já trouxe pessoas para conversar aqui, é internamente dentro da escola, a gente tem a nossa (1) diretora ela é uma psicopedagoga, ela tem conversado muito, mas assim, a prefeitura quando pode também participa, quando tem as formações eles costumam trazer pessoas da área também para conversar um pouco, porque eles têm consciência que é a parte que mais precisa hoje ser instruído (C05- Maria da Penha, 2024).

Desenvolver junto às Unidades Educacionais, e em parceria com a Equipe Multiprofissional, atividades de formação continuada bem como fazer orientações e assessorias junto Profissional de Apoio Pedagógico, Professor de AEE, Coordenação Pedagógica e demais profissionais que atuam com alunos público da educação especial, também é um dos requisitos do coordenador da Inclusão do município, como previsto nas diretrizes para a educação especial. Contudo, essas formações são escassas, não suprimindo as necessidades atuais das escolas municipais, ficando a cargo dos profissionais buscar qualificação em outras instituições.

Dermeval Saviani (2007) reforça que a formação continuada deve estar alinhada às necessidades concretas da prática pedagógica, promovendo uma formação que seja contextualizada e voltada para a resolução de problemas reais da sala de aula. Assim, a formação não deve ser algo externo ou pontual, mas um processo contínuo de reflexão e ação, que contribua para a transformação da prática docente e, conseqüentemente, para a melhoria da educação.

Em suma, a gestão desempenha um papel fundamental na promoção da formação continuada de professores, sendo responsável por criar um ambiente propício ao desenvolvimento profissional e à implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Uma gestão comprometida e proativa garante o acesso a recursos, incentiva a participação em cursos e treinamentos, além de acompanhar e avaliar continuamente o progresso dos docentes. Dessa forma, a liderança escolar não apenas fortalece a qualificação dos professores, mas também contribui para a construção de uma escola mais inclusiva, democrática e de qualidade, capaz de atender às necessidades de todos os estudantes e promover uma educação verdadeiramente transformadora.

4.2.3 *Inclusão Escolar, Gestão e o Projeto Político Pedagógico*

Este último núcleo: Inclusão Escolar, Gestão e o Projeto Político Pedagógico foi constituído a partir da aglutinação de quatro indicadores: Variações de abordagens do PPP de acordo com as narrativas das entrevistadas; O impacto da falta de adaptação para os estudantes público da educação especial nas avaliações externas; Divisão no posicionamento sobre escola inclusiva ou escolas especializadas. Plano Educacional Individualizado, uma prática distante da realidade.

A elaboração do PPP de uma escola é um processo fundamental para subsidiar as ações pedagógicas e administrativas da instituição. Ele deve refletir a identidade da escola, seus objetivos, valores, metodologia de ensino e estratégias para garantir uma educação de qualidade. É sabido que toda a comunidade escolar deve participar da elaboração do mesmo, mas nem sempre isso acontece, como podemos perceber nas colocações dos participantes, os quais nem sabem o que dispõe o PPP da sua unidade escolar. E podemos perceber também a divergência em relação aos relatos da diretora e da coordenadora da mesma unidade escolar:

Excerto 32- Tá. **Ele (1) propicia assim ele acolhe, nós temos o projeto me esqueci é o (2) dia do aconchego é (1) uma parte voltada mesmo para família desses alunos é principalmente a família, o aluno sim, mas principalmente a família,** é uma conversa com a família é a gente convida uma pessoa de fora, uma pessoa especializada, para vir conversar com a família para vir (1,8s) **é acolher bem, então, o que a gente tem que fazer é acolher é (1) tanto a família quanto o aluno então, é isso que é que o projeto, que o PPP contempla** (C05- Maria da Penha, 2024).

Excerto 33- **No nosso PPP ele tem a parte de (1) de inclusão, tem a questão da sala de AEE, do AEE, tem o Plano Individual de Ensino,** que é o PEI, Plano de Ensino Individualizado, como é feito essa formação, (2,0s) [[comente a cerca **e os projetos**, me esqueci dos projetos, {{risos}} e os projetos (D01- Zilda Arns, 2024).

Enquanto a diretora fala da sala de AEE, Plano de Ensino Individualizado, formação e projetos que são abordados no PPP da sua unidade escolar, a coordenadora fala somente do projeto “O dia do aconchego”, o que nos mostra um certo desconhecimento acerca do principal documento da escola. Teve uma participante que não sabia nem o que o PPP da sua escola contemplava, quando indagada sobre o assunto, resguarda-se ao silêncio.

O Projeto Político Pedagógico é o referencial de qualquer escola que busca construir sua identidade e traçar um plano de ações para atender às próprias necessidades, com a participação de toda a comunidade escolar. O PPP é um processo contínuo de reflexão e discussão dos problemas escolares, em busca de alternativas para realizar os objetivos relativos ao trabalho pedagógico em sua totalidade.

Sendo assim, é um documento obrigatório em toda unidade escolar e apesar de ser gerido pela gestão, é uma produção de todos que compõem a comunidade escolar, ou seja, todos têm a sua contribuição tanto na construção, quanto na execução, se fazendo necessário, sua divulgação no meio escolar.

Outro fator de extrema relevância para a inclusão de pessoas público da educação especial, é a questão do PEI (Plano Educacional Individualizado) que a maioria das escolas pesquisadas não possuem, e alguns gestores parecem não saber do que se trata.

O PEI é um documento elaborado para atender de forma personalizada às necessidades educacionais de um estudante, principalmente do público da educação especial, que demanda adaptações no processo de ensino e aprendizagem, respeitando suas particularidades e potencialidades (Brasil, 2020). Vejamos as colocações das participantes, Antonieta de Barros, Dorina Nowill, Nísia Floresta e Anísio Teixeira:

Excerto 34- Esse plano é feito pelos professores, é orientado, acompanhado pela coordenadora local e no que precisa do apoio, de correr atrás, da gente estar buscando alguma coisa eu estou sempre à disposição para estar fazendo esse trabalho (D02- Antonieta de Barros, 2024).

Excerto 35- Sim, sim. A gente sentou, a gente organizou, a gente planejou de acordo com os problemas que a gente tinha. Apesar de que a gente tem que ficar sempre reformulando que a cada dia que passa chega um transtorno, um problema diferente (D03- Dorina Nowill, 2024).

Excerto 36- Então, esse PEI ele ainda não chegou para a gente na (1) mesma estrutura que chegou para o estado. **É ele ainda não é, não foi otimizado, não foi passado, então o que a gente faz mesmo é esse momento da coordenação com (1) a professora na percepção de qual trabalho que está sendo feito** (D05- Nísia Floresta, 2024).

Excerto 37- Não, aqui nós não temos ainda porque não teve por causa de algumas mudanças, questão de entendimento de alguns secretários, então ainda não foi colocado, precisamos é repensar caso a caso. **Cada escola pensar se podemos ter esse plano de execução em cada escola, ou tenhamos uma escola especializada nessa área** (D04- Anísio Teixeira, 2024).

Os participantes, demonstram a falta de conhecimento sobre o PEI, pois se é um documento elaborado de acordo com as especificidades de cada aluno, esperar que seja enviado um documento de outra esfera da educação, ao invés de criar seu próprio documento, não é inclusão, é acreditar que todas as pessoas público da educação especial aprendem da mesma forma, usando a mesma metodologia. Quando nos deparamos com tal situação, fica mais evidente a falta de formação, não só dos gestores, mas de toda a comunidade escolar, pois todos são responsáveis para que a inclusão se efetive nas escolas do município.

A inclusão escolar pressupõe o direito de todos os estudantes à participação e

à aprendizagem no currículo comum, considerando suas particularidades, ritmos e estilos de aprendizagem. No entanto, a presença de avaliações externas padronizadas, como o SAEB, o AlfaMais e outras avaliações em larga escala, coloca desafios importantes para a efetivação da inclusão educacional.

A inclusão também não significa criar trajetórias paralelas, mas garantir que cada estudante, com o suporte necessário, tenha acesso ao currículo comum. Nesse contexto, as avaliações externas, quando aplicadas de maneira uniforme, podem desconsiderar as especificidades dos estudantes público da educação especial, gerando distorções nos resultados e na compreensão dos processos de ensino e aprendizagem. Vejamos as respostas de três participantes, quando indagados sobre a questão da inclusão e as avaliações externas:

Excerto 38- Infelizmente. Eu queria falar que não, eu queria falar que não tem mudança, mas eu não posso fechar os olhos e fazer o bonitinho, muda sim. Algumas crianças que em determinado ano e ela não está é vamos dizer, no nível daquela turma, então sim, afeta sim (D02- Antonieta de Barros, 2024).

Excerto 39- Cai. Cai porque não vem material diferenciado, então se aqui a gente é obrigado a fazer no nível deles o (1) de fora, o externo também deveria. ((um rum)) Não tem como eles saírem bem (D03- Dorina Nowill, 2024).

Excerto 40- Com certeza. Porque é como assim, prova de fluência que exige que tenha um aluno leitor, um autista não verbal, por exemplo, ele não consegue executar a prova, ((um rum)) e aí, isso compromete o resultado da escola (D01- Zilda Arns, 2024).

Portanto, a articulação entre inclusão e avaliações externas exige um olhar crítico e ético, capaz de equilibrar a necessidade de aferir a qualidade do ensino com o respeito às diferenças, promovendo práticas avaliativas acessíveis, flexíveis e verdadeiramente inclusivas.

Outra questão constatada no município pesquisado é que somente duas escolas municipais têm sala de Recursos Multifuncionais (SRM). As outras unidades escolares do município executam o AEE em outros ambientes, como a própria sala de aula, a biblioteca, sala de jogos e até mesmo áreas abertas da escola. A sala de recursos, nesse contexto, funciona como um espaço de apoio que possibilita a adaptação do currículo às necessidades dos alunos, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento de suas potencialidades, sempre considerando o contexto histórico e social de cada estudante.

Silva e Santos (2018) consideram que a SRM promove a inclusão e a autonomia dos estudantes, proporcionando recursos variados que facilitam o desenvolvimento de habilidades específicas e o suporte às diferentes formas de aprendizagem. Além disso, a flexibilidade do espaço permite que professores utilizem diferentes estratégias pedagógicas, favorecendo um ensino mais dinâmico e participativo, porque oferece um ambiente adaptável que atende às diversas necessidades de aprendizagem dos estudantes. Vejamos o que foi exposto por algumas participantes:

Excerto 41- **Não. Aqui só tem sala de jogos.** ((um rum)) **Não tem AEE, não tem professor especializado** e quem utiliza são os apoios que não são preparados nem para esses jogos (D03- Dorina Nowill, 2024).

Excerto 42- [...] **é uma luta nossa porque por falta de ambiente, de sala mesmo os nossos não tem.** E isso tem feito muita falta, muita mesmo, então é uma bandeira que a gente precisa estar cobrando à frente dos nossos representantes {{apito}} **porque aqui como escola integral infelizmente nós não temos ainda** (C03- Dandara, 2024).

Excerto 43- **Dentro de sala de aula e às vezes eles tiram vai e leva para o pátio, leva na biblioteca, faz uma atividade diferente e a gente tenta adaptar as atividades para aqueles que necessitam,** aqueles que acompanham a turma, quando é um TDAH eles acompanham a turma, então eles têm o apoio só para ajudar a organizar o material a não esquecer, escrever, mas aqueles que têm uma deficiência aquém da turma a gente tenta adaptar todas as atividades (C04- Anália Franco, 2024).

As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social (Brasil, 2020). No entanto, a ausência dessas salas tem dificultado o processo de inclusão, como fica bem explícito nos excertos acima, se não tem a SRM, conseqüentemente também falta o AEE para colaborar com os professores regentes e professores de apoio.

Apesar de todo esforço para que a inclusão aconteça nas escolas de rede regular, ainda há gestores que acreditam que as escolas especializadas são a melhor alternativa para as pessoas público da educação especial. As gestoras Débora Seabra de Moura e Anália Franco nos colocaram que estes estudantes deveriam estar em

escolas especializadas, pois com a inserção deste público nas escolas de rede regular, acaba ajudando somente na parte de socialização e não no desenvolvimento integral, como descrito a seguir:

Excerto 44- **Eu acho que não. Tinha que ter uma escola específica para eles** justamente pela resposta que dei anteriormente que essa **seria toda adaptada, teria todas as condições específicas para o público-alvo, porque ele dentre os outros alunos acaba que fica meio é (+) não é deixado de lado a palavra é acaba que não fica uma inclusão, às vezes acaba que fica uma exclusão** (C02- Débora Seabra de Moura, 2024).

Excerto 45- [...]. É (1) como a gente diz **eu queria realmente que esses alunos fossem incluídos no processo** {{tosse}} **inclusos realmente, MAS eu sou do tempo que ainda existiam as escolas especializadas para eles.** Eu vejo que segregam querendo ou não segregar, mas com eles aqui, a eles enturmam, eles conversam, eles melhoram (C04- Anália Franco, 2024).

Infelizmente, percebemos que ideias como as expostas pelas gestoras acima, ainda permeiam os meios escolares, pois é muito comum ouvirmos dos profissionais da educação que essas crianças acabam ocasionalmente, apresentando comportamentos que desafiam a rotina da sala de aula, como distrações, dificuldades de comunicação, impulsividade e hiperatividade, prejudicando os alunos típicos, e que para a socialização existem outros espaços, como, praças, igrejas, supermercados e outros. O que nos leva a acreditar que é necessário primeiramente que haja uma mudança cultural nas escolas, para que assim, possa se abrir possibilidade para a efetivação da inclusão.

Enfim, a inclusão de estudantes público da educação especial na educação regular é fundamental para promover uma sociedade mais justa e igualitária. Segundo o Ministério da Educação (2008), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva destaca que "a inclusão escolar deve garantir o direito de todos os estudantes de aprenderem juntos, respeitando suas diferenças e promovendo a convivência democrática". Essa abordagem valoriza a diversidade e incentiva a adaptação do ambiente escolar para atender às necessidades de cada aluno, contribuindo para o desenvolvimento de uma educação mais acolhedora e equitativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo principal investigar as diretrizes legais de Educação Especial e a atuação dos gestores escolares no tocante à inclusão e escolarização de estudantes público da educação especial, e como objetivos específicos: analisar o papel do gestor escolar em relação à escolarização dos estudantes público da educação especial do Ensino Fundamental (I e II); compreender as repercussões da inclusão dos estudantes público da educação especial na gestão das escolas, a partir das ações dos gestores; e, descrever a atuação dos gestores no processo inclusivo de ensino-aprendizagem dos estudantes público da educação especial, buscando compreender de que maneira suas práticas contribuem (ou não) para a efetivação de uma educação inclusiva. Ao longo da pesquisa, foi possível identificar que o papel do gestor é determinante na consolidação de políticas educacionais inclusivas no contexto escolar, uma vez que suas decisões impactam diretamente a organização pedagógica, o clima institucional e o acesso equitativo às oportunidades de aprendizagem.

Os dados analisados revelaram que embora haja avanços no discurso e nas intenções relacionadas à inclusão escolar, muitos gestores ainda enfrentam desafios significativos no que diz respeito à formação continuada, ao conhecimento das legislações específicas e à articulação entre os diferentes profissionais da escola, como professores, profissionais de apoio e famílias. Em alguns casos, observou-se, inclusive, a permanência de uma visão excludente, na qual ainda se defende a permanência dos estudantes público da educação especial em instituições especializadas, em detrimento da sua permanência em salas de aula regulares. Tal posicionamento evidencia o tensionamento entre os princípios da educação inclusiva e concepções mais tradicionais e segregadoras de ensino.

Constatou-se, também, que a presença de um PPP comprometido com a inclusão não está implantado em todas as unidades escolares do município pesquisado, pois ficou evidente que em algumas, os gestores não sabiam nem do que se tratava seu PPP, ou seja, não participaram da sua construção e tampouco tiveram o comprometimento de ler e tomar ciência do que o mesmo aborda, quais estratégias

de ensino fazem parte deste, para que a educação de seus estudantes com ou sem deficiência seja exitosa.

Diante do exposto, outro fator de extrema importância e que ainda não está efetivado na rede municipal do município, diz respeito à implementação dos PEI, os quais são estratégias que favorecem práticas mais efetivas de escolarização para os estudantes público da educação especial e que não fazem parte da realidade das escolas pesquisadas. Percebe-se que alguns gestores desconhecem totalmente o que seja o PEI, esperam que seja feito e enviado pela SME ou por especialista em educação especial, desconhecendo que cada escola e cada aluno possui suas especificidades, que cada deficiência é única, ou seja, cada criança aprende do seu jeito. E mesmo com a elaboração deste, deve ser avaliado periodicamente para constatar se está alcançando os objetivos traçados para aquele estudante, naquele período.

Outra questão que se mostrou um entrave relevante à efetivação da inclusão no município pesquisado foi a ausência ou insuficiência de SRM, já que somente duas escolas podem contar com esse recurso. Essas salas, quando existentes e devidamente estruturadas, cumprem papel fundamental no AEE, complementando e suplementando a escolarização dos estudantes público da educação especial, visto que o profissional que atua nesta sala pode realizar um trabalho conjunto com os professores regentes, auxiliando-os no desenvolvimento das atividades desses alunos. Sua ausência compromete diretamente o acesso ao atendimento individualizado e ao desenvolvimento pleno das potencialidades dos alunos, além de sobrecarregar os professores da sala comum que, por vezes, se sentem desamparados para atender às demandas específicas de seus estudantes.

Como podemos verificar nos depoimentos dos gestores, a falta de adaptação das avaliações externas para os estudantes público da educação especial representa uma barreira para a efetivação da escolarização de qualidade. Essas avaliações, em sua maioria, são padronizadas e não consideram as singularidades desses alunos, como necessidades de recursos de acessibilidade, tempo ampliado, leitura em braille, intérprete de Libras ou linguagem simplificada. Essa ausência de ajustes compromete não apenas o desempenho dos estudantes, mas também a validade dos resultados obtidos, já que não refletem com fidelidade suas reais habilidades e conhecimentos. Além disso, reforça a exclusão ao não garantir igualdade de condições para a

participação efetiva, contrariando os princípios da equidade e da inclusão previstos na legislação educacional brasileira.

Devemos considerar também que a carência de acessibilidade e de recursos nas escolas é um fator que compromete diretamente o processo de inclusão dos estudantes público da educação especial. Muitas instituições ainda não contam com estrutura física adequada, como rampas, banheiros adaptados, sinalização tátil ou mobiliário acessível, o que limita a mobilidade e a autonomia dos estudantes com deficiência. Ademais, percebemos também a ausência de recursos pedagógicos acessíveis, como materiais em braille, tecnologias assistivas ou recursos visuais e auditivos, que são fundamentais para o desenvolvimento da aprendizagem. Essa realidade revela a distância entre as diretrizes das políticas inclusivas e a prática cotidiana nas escolas, evidenciando a necessidade urgente de investimentos e ações concretas para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

Além disso tudo que foi observado, um fator, talvez um dos mais importantes, a escassez de pessoas qualificadas para estarem atuando com os estudantes público da educação especial, ficando evidente com a pesquisa a falta de formação específica de muitos educadores e demais membros da equipe escolar para lidar com as diferentes necessidades educacionais desses estudantes. A ausência de conhecimento sobre práticas pedagógicas inclusivas, estratégias de ensino diferenciadas, uso de tecnologias assistivas e compreensão das especificidades de cada deficiência pode gerar barreiras no processo de ensino-aprendizagem e dificultar a inclusão efetiva. Considerando que no município constatou-se a inexistência também da rede de profissionais de apoio à inclusão, a qual é prevista nas diretrizes para a educação especial do município, ou seja, deixando os profissionais das escolas desamparados nesse quesito, é imprescindível que as redes de ensino invistam na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, promovendo cursos, oficinas e capacitações que os preparem para atuar com competência, sensibilidade e compromisso com a diversidade presente nas salas de aula.

Uma situação a ser considerada e quem sabe mais estudada é que a forma como a inclusão escolar vem sendo conduzida em muitas instituições de ensino, principalmente no município pesquisado, está longe de representar uma inclusão verdadeira. Colocar o estudante público da educação especial em uma sala regular sem oferecer as condições adequadas de acessibilidade, recursos, adaptações

curriculares e apoio pedagógico especializado não pode ser considerado inclusão, mas, sim, uma socialização forçada e superficial. A inclusão real vai além da presença física. Ela implica participação ativa, aprendizagem significativa e valorização das singularidades de cada aluno. Quando esses elementos não são garantidos, o que se observa é a permanência de práticas excludentes disfarçadas sob o discurso da inclusão, o que reforça desigualdades, preconceitos e impede a efetivação de uma escola verdadeiramente inclusiva e democrática.

É importante que os gestores entendam que mais do que cumprir diretrizes legais, é fundamental que estes assumam a liderança na construção de uma cultura escolar inclusiva, pautada na valorização da diversidade, na quebra de barreiras atitudinais e na promoção de uma aprendizagem significativa para todos. Quando o gestor compreende seu papel como articulador e mobilizador de uma rede de apoios, os processos de inclusão tendem a se consolidar de forma mais efetiva e sustentável.

Dessa forma, constata-se ainda que as ações do gestor escolar são fundamentais para a efetivação do direito a uma educação de qualidade destinada aos estudantes público da educação especial. Contudo, torna-se urgente investir em formação crítica e contínua, assegurar condições estruturais adequadas e promover uma mudança de paradigma que ultrapasse o âmbito do discurso, concretizando-se em práticas efetivas de inclusão.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento do debate acerca do papel da gestão escolar na inclusão escolar e do papel da formação continuada para ampliar o conhecimento no tocante à atuação do gestor, seja diretor ou coordenador, bem como a especificidade e a articulação de papéis e atribuições. Almejamos, ainda, que novas investigações aprofundem a compreensão sobre a atuação dos gestores nos diversos caminhos possíveis para a construção de uma educação verdadeiramente para todos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; OZELLA, Sergio. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan-abr. 2013.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; OZELLA, Sergio. Núcleos de Significação como instrumentos para a apreensão da constituição dos sentidos. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, São Paulo, v.26, n.2, p. 222-245, 2006.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; SOARES, Júlio Ribeiro; MACHADO, Virgínia Campos. **Núcleos de Significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações**. Cad. pesqui, v. 45, n. 155, p.56-75, jan-Mar 2015.

ARAÚJO, Ulisses F. **Escola, democracia e a construção de personalidades morais**. Campinas, 2005. Disponível em: Acesso em: 14 mai. 2024.

AZEVEDO, Maria Antonia da Cunha; Graciliano R. da. Gestão Escolar e Educação Inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola. **Revista Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, São Paulo, v. 18, n.31, jul.-dez.-2008. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/viewFile/2204/1929>. Acesso em: 18 abr. 2024.

BOAVENTURA, Roberta Silva. **A gestão escolar na perspectiva da inclusão**. 115 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2008.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 2.ed., 1997.

BRASIL, Lei 7.853, **Os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência**: Decreto no 914/93. Brasília: CORDE, 1989.

BRASIL, **Lei Federal no 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL, **Parecer no 17, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, na Educação Básica**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade. Brasília: MEC; SEB, 2004. v. 3.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Especial**. Educação Inclusiva. Versão preliminar, 2006. Brasília. SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 23 abril 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de orientação do programa de implantação de sala de recursos multifuncionais**. Brasília, DF: SEESP/MEC, Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman & view=downloads alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais & Itemid=30192. Acesso em: 23 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências**. Brasília, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, 2012.

BRASIL. **Nota Técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, de 21 de março de 2013**. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações para atuação dos profissionais de apoio escolar na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. . Acesso em: 22 fev. 2024.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

_____. **Escola Inclusiva, a reorganização do trabalho pedagógico**. Editora Mediação, 1937.

CASTRO, Amélia Americano Domingues de. Orientações didáticas na Lei de Diretrizes e Bases. In: **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica** - Leituras. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2002. p. 178-197.

CELLARD, André. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: educação, política e cidadania**. Campinas: Autores Associados, 2007.

DUTRA, Claudia Pereira; GRIBOSKI, Cláudia Maffini Gestão para a inclusão. **Revista Educação Especial**, [S. l.], n. 26, p. 09-17, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4372>. Acesso em: 4 jun. 2024.

Finalidades educativas escolares e didática: ressonâncias da Pandemia / Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar; Sandra Valéria Limonta Rosa; José Carlos Libâneo. – 1.ed. Goiânia, GO: IF Goiano, 2023.

FRANCO, Augusto de. **Transformando a Arte da Guerra na Arte da Política**. Programa AED de Empreendedorismo Político. Brasília, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Editora: Ega, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Patrícia Ramos de. **O papel da gestão escolar na inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais**. Monografia – do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Marta. **Educação inclusiva: O que o professor tem a ver com isso?** Marta Gil (coord). São Paulo, 2005. Realizações USP. 167 p. Disponível em: HTTP://saci.org.br/pub/livro_edu em 25 de novembro de 2013.

GOMES, Alberto Albuquerque. Apontamentos sobre a pesquisa em educação: usos e possibilidades do grupo focal. **Ecco – Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 275-290, jul./dez. 200

IPAMERI, GO. LEI MUNICIPAL Nº.: 3.802/2025, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2025. **Dispõe sobre a Nova Estrutura do Poder Executivo do Município de Ipameri, Estado de Goiás** e dá outras providências. Disponível em https://sapl.ipameri.go.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2025/3803/Im_3802-2025.pdf Acesso em 06/06/2025.

IPAMERI, GO. LEI MUNICIPAL N° 3.627/2023, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023. **Dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do Município de Ipameri-GO** e dá outras

providências. Disponível em

https://sapl.ipameri.go.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2023/3607/Im_3.627-2023.pdf Acesso em 10/12/2024.

IPAMERI, GO. LEI MUNICIPAL N0.: 3.559/2023, DE 22 DE MAIO DE 2023. **Dispõe sobre a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino do Município de Ipameri -GO**

e dá outras providências. Disponível em

https://sapl.ipameri.go.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2023/3539/Im_3.559-2023.pdf Acesso em 10/12/2024.

IPAMERI, GO. LEI MUNICIPAL N°.: 3.442/2022, DE 20 DE ABRIL DE 2022.

Altera o art. 72 da Lei Municipal n° 2.657/2008, de 09 de setembro de 2008 e dá outras providências. Disponível em

https://sapl.ipameri.go.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2022/3378/Im_3.442-2022.pdf Acesso em 10/12/2024.

IPAMERI, GO. LEI MUNICIPAL N0.: 3.569/2023, DE 21 DE JUNHO DE 2023.

Dá nova redação ao art. 28 da Lei Municipal n° 2.808/2011, que “**Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores e Profissionais da Educação Pública do Município de Ipameri, estabelece o Plano de Cargos e Salários dos Profissionais da educação** e dá outras providências”. Disponível em

https://sapl.ipameri.go.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2023/3549/Im_3.569-2023.pdf Acesso em 10/12/2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra.

Educação escolar, políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Elis Cristina Vieira. **Gestão escolar e política educacional de inclusão na rede de ensino municipal de Manaus: uma reflexão à luz da teoria crítica**. 142 fls. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

LUCK, Heloísa. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000.

LUDKE, Menga André; ANDRÉ, Marli Eda. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MACEDO, Marasella Del Carmen Silva Rodrigues *et al.* Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 179-189, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/>

scielo.php?script=sci_arttext & pid=S1413-73722014000200002. Acesso em: 25 jan. 2024.

MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros. **Desafios a serem enfrentados na capacitação de gestores escolares**. Em Aberto, Brasília, 2000.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas**. Disponível em: http://www.unesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista. Acesso em: 14 de abr. de 2023.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais. Bauru: USC, 2004.

MANZINI, Eduardo José. Política de Educação Especial: Considerações sobre Público-alvo, Formação de Professores e Financiamento. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, vol. 22, n. 2, Supl., 2018, p. 810-824. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras.

OLIVEIRA, M. P. de. A formação de professores para a educação inclusiva: desafios e possibilidades. **Revista Educação Especial**, v. 23, n. 38, p. 365-380, 2010.

ORZECOWSKI, Suzete Terezinha. **A pedagogia é social!** Novas edições acadêmicas: Saarbrücken: Alemanha, 2017

SAGE, Daniel Damito. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In: STAINBACK, Suzan, STAINBACK William. (Orgs.). **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão - Construindo uma sociedade para todos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SANTOS, Ana Paula Cunha. (2018). **Formação de professores para a inclusão escolar**. Revista Educação Especial, 31(59), 123-135.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas**. Campinas: Autores. 2007.

SILVA, Amós Santos; PAULINO, Orquídea Maria de Souza Guimarães. Educação inclusiva, gestão escolar e projeto político pedagógico interdependências mobilizadas para a promoção da inclusão escolar. **Revista de Educação Inclusiva – REIN**, Campina Grande, PB, v1.01, n.01, julho/dezembro-2017, p.1- 9. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/55>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SILVA, Maria Alice; Santos, R Luiz. **Ambientes de aprendizagem inclusivos: práticas pedagógicas e recursos**. Editora Educação e Cidadania, 2018.

SILVA, Maria do Carmo. *In: Gestão escolar e inclusão: desafios e possibilidades*. São Paulo: A gestão escolar e a inclusão de estudantes com deficiência. Cortez, 2015.

SOUZA, Renan Rodrigues de. **A articulação da sala de recursos multifuncionais e salas de aula comum e a percepção dos professores sobre a gestão.** 101 fls. Dissertação (Mestrado Profissional - Educação Inclusiva) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo, 2022.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. **Educação para Democracia:** introdução à administração educacional. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva:** a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão. 221 fls. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos: UFSCar, 2004.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. (1934). **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**APÊNDICE A - SOLICITAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE COLETA DE DADOS
PARA PESQUISA**

Prezada senhora Prof^a Iveth Lourenzo, Secretária Municipal de Educação, Eu, Prof^a Keila Belchor da Silva Ferreira, mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDUC) da Universidade Federal de Catalão, matrícula nº 2023100076, venho respeitosamente, solicitar a autorização para coletar dados com os gestores (diretores e coordenadores) das unidades de ensino municipais, nas modalidades Fundamental I e II, para o desenvolvimento da pesquisa intitulada: A ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: EM FOCO A ATUAÇÃO DOS GESTORES EDUCACIONAIS, que estou construindo no programa de mestrado.

Reitero ainda que as datas para a realização dos grupos focais, serão marcadas em comum acordo com os participantes da pesquisa (diretores e coordenadores).

Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos, e desde já agradeço a atenção.

Atenciosamente.

Keila Belchor da Silva Ferreira
Pesquisadora

Prof^a Dra Dulcéria Tartuci
Orientadora

Prof. Dr. Ricardo Eleutério
Coordenador do PPGEDUC

Ciente: _____

Data: _____



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA GESTORES

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "A escolarização de estudantes com deficiência: em foco a atuação dos gestores educacionais", sob responsabilidade da pesquisadora Keila Belchor da Silva Ferreira sob a orientação do Prof. Dr. Wellington Jhonner D. Barbosa da Silva e coorientação da Profa. Dra Dulcéria Tartuci. O objetivo principal deste estudo consiste em investigar a atuação dos gestores escolares no tocante à inclusão e escolarização de estudantes público da educação especial. Garante-se aos participantes da pesquisa absoluto sigilo sobre sua participação, seus dados pessoais e a escola em que atua, os quais empregados apenas com fins científicos e apresentados, no estudo, garantindo o anonimato. Os participantes não receberão nenhum auxílio ou benefício e, na hipótese de decidirem interromper sua participação no estudo, não sofrerão nenhuma penalidade ou prejuízo, bastando informar o fato à pesquisadora, em qualquer momento. Ao assinar o documento o (a) participante declara seu consentimento em participar da pesquisa acima referida, na qualidade de participante, asseguradas as condições de anonimato e sigilo quanto aos seus dados e aos de sua escola.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam os dados para contato com a pesquisadora e com sua orientadora. Você poderá entrar em contato a qualquer momento, a fim de retirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação na pesquisa

Agradecemos, desde já, a oportunidade de conhecer mais de perto a escola e o trabalho por você desenvolvido.

Assinatura do Pesquisador

Eu, _____, declaro que entendi

os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Ipameri, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Sujeito da Pesquisa

Pesquisador responsável

Nome: Keila Belchor da Silva Ferreira **RG:** xxxxxxxxx **CPF:** xxxxxxxx

Instituição: Universidade Federal de Catalão – (UFCAT)

Departamento: Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDUC

Endereço: Av. Branca de Aguiar Machado, nº xx, Centro – Ipameri - Go

E-mail: keilasbelchor@gmail.com

Orientador

Wellington Jhonner D. Barbosa da Silva **RG:** **CPF:**

Instituição: Universidade Federal de Catalão - (UFCAT)

Departamento: Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDUC

Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, nº 1120, Setor Universitário, Catalão - Goiás

E-mail:

Coorientador

Dulcéria Tartuci

RG:

CPF:

Instituição: Universidade Federal de Catalão – (UFCAT)

Departamento: Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDUC

Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, nº 1120, Setor Universitário, Catalão - Goiás

E-mail:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS GESTORES

A - Identificação:

Data de Nascimento: ____/____/____

Gênero:

- () Feminino
 () Masculino
 () Prefiro não Informar

Estado Civil

- () Casado(a)
 () Solteiro(a)
 () Divorciado(a)
 () Viúvo(a)
 () Outro

Possui filhos

- () Sim
 () Não tenho filhos

B - Situação Funcional:

1) Qual o ano de seu ingresso na Rede Municipal de Ipameri?

2) Há quantos anos você atua na gestão, como diretor ou coordenador?

3) Qual a escola que você atua? _____

4) Há quantos anos você trabalha nesta escola? _____

5) Qual função desempenha? _____

6) Há quantos anos você desempenha esta função nesta escola? _____

C – Formação Inicial e Continuada:

1. Formação em nível de Graduação:

Ano da Conclusão: _____

2. Formação em nível de Pós-Graduação: Especialização Mestrado Doutorado

Instituição de Formação:

Ano de Formação

(Caso tenha dois ou três, informar).

3) Você tem formação na área da gestão? Sim Não

Em caso afirmativo, quais os nomes dos cursos? _____

Quais as modalidades dos cursos:

 Presenciais Semipresenciais EAD**4. Você tem formação na área de Educação Especial?** Sim Não

Em caso afirmativo, quais os nomes dos cursos? _____

Quais as modalidades dos cursos:

 Presenciais Semipresenciais EAD**5. Você tem formação em outras áreas da Educação?** Sim Não

Em caso afirmativo, quais os nomes dos cursos? _____

Quais as modalidades dos cursos:

 Presenciais Semipresenciais EAD



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

APÊNDICE D - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GESTORES

Objetivo: Investigar o papel e atuação dos gestores escolares na inclusão e escolarização de estudantes público da educação especial.

objetivos específicos:

- Analisar o papel do gestor escolar no processo de inclusão escolar de estudantes público da educação especial.
- Descrever a atuação dos gestores na inclusão e escolarização dos estudantes público da educação especial do Ensino Fundamental;
- Compreender as repercussões da inclusão dos estudantes público da educação especial na gestão das escolas, a partir das ações.

1- Em sua compreensão, como seria uma escola inclusiva? Que características ela apresentaria?

2- Comente: “Todo estudante público-alvo da educação especial tem direito a educação na escola comum da rede regular”

3- Como transformar a escola em um ambiente inclusivo?

4- Quais ações são desenvolvidas na escola em que atua para que a inclusão de estudantes público da educação especial ocorra.

5 - Como gestor, diretor e coordenador pedagógico, qual avaliação faz das práticas

inclusivas de sua unidade escolar?

6- Qual o papel e atribuições do gestor no processo de inclusão escolar?

7- O PPP da escola contempla a inclusão das pessoas com deficiência? Em caso afirmativo, de que modo as questões da inclusão são tratadas no citado documento?

8- Comente acerca do enunciado a seguir: “Todo estudante público-alvo da educação especial tem direito ao atendimento educacional especializado (AEE)” nas escolas.

9. O AEE integra o Projeto Político Pedagógico da escola?

10.-Existe sala de recursos multifuncionais na escola? Como ocorre o AEE na escola?

11- A escola possui o Plano Educacional Individualizado (PEI) do AEE? Qual é sua participação como gestor na elaboração deste plano?

12- Qual é o papel do gestor na relação com as famílias dos estudantes público da educação especial?

13- Qual o papel da gestão na relação entre AEE, professor regente, profissional de apoio escolar e família?

14- Você considera que a escola, na qual é gestor, é acessível aos estudantes com deficiência? Por quê?

15- O gestor faz diagnóstico da identificação das barreiras arquitetônicas das instalações físicas da escola? Como?

16- A escola possui material didático adequado para estudantes público da educação especial? Qual o papel do gestor na aquisição?

17- A nota da escola nas avaliações externas cai quando ela tem estudantes com deficiência? Comente?

18- Qual é o papel da equipe gestora na formação continuada de professores e profissionais

na perspectiva inclusiva?

19- A Escola participa de algum programa do MEC, programa estadual ou municipal visando implantar e/ou incrementar a educação inclusiva? Qual(is)? Comente.

20- Qual o suporte oferecido pela Secretaria Municipal de Educação para a concretização da educação inclusiva de pessoas público da educação especial?

APÊNDICE E - PRÉ-INDICADORES EXTRAÍDOS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

PRÉ-INDICADORES
<p>/...Porque para ser inclusiva depende de várias coisas, vários fatores. Primeiro, a escola tem que estar preparada para receber essa criança. Com profissionais qualificados e capacitados para receber essa criança. É tanto que eu vejo a questão dos IELS que são os apoios. Se não for um apoio que realmente entenda sobre a especificidade de cada criança, acaba não ajudando, às vezes pode até atrapalhar. (D01)</p>
<p>É eu acho que assim, para ser uma escola inclusiva também depende da estrutura física da escola. Não só a parte pessoal, mas a estrutura física também, a sala de recurso, um espaço adequado, toda a questão de adaptação eu acho que envolve várias outras questões. (D01)</p>
<p>/.../ dar é um ensino de qualidade, um ensino de igualdade, um ensino onde as pessoas, tanto profissional, como todo o corpo docente, funcionários, colegas saibam respeitar a criança. (D02)</p>
<p>Uma escola boa, inclusiva seria a que tivesse profissionais adequados para atuar nessa área, principalmente, porque é o que está falho, que está faltando, tanto o gestor como os apoios. (D03)</p>
<p>Uma escola que precisa da participação de todos os profissionais da educação e também da participação dos pais e com certeza com formação continuada para todos os profissionais da educação. (D04)</p>
<p>É bem complexo. A gente pensa nessa questão da inclusão até por conta da perspectiva estrutural, quando se falta profissionais dessa rede de apoio que muitas vezes o professor precisa ter para apará-lo nessa perspectiva da diversidade, pois cada caso é um caso. /.../então essa questão estrutural realmente é o que mais pega para mim. (D05)</p>
<p>Bom, uma escola inclusiva ela deveria ter é a capacidade para receber é esse aluno para uma equipe que fosse capacitada que eu acho que hoje nós não temos, seria uma escola que tivesse também uma estrutura com recursos para atender também esse aluno que fosse chegar pra gente, para estar acolhendo-o da melhor forma. (D06)</p>
<p>Bom, uma escola inclusiva tinha que começar primeiro pelo preparo dos professores, dos funcionários, para lidar com essas diversidades a gente precisa estar preparado e muitas vezes nós não estamos preparados para (1) a demanda. (C01)</p>
<p>Para mim a escola inclusiva, ela teria que ter todo um (1) equipamento, pessoas capacitadas para atender esse público (+) que é nas salas especiais com professores capacitados, com os materiais que (1) são de uso exclusivo deles. (C02)</p>
<p>Eu acho que uma escola inclusiva a primeira coisa que ela teria que ter seria a preparação, a capacitação de todos os funcionários, não apenas os professores, mas todos os funcionários para receber essa criança. Além da capacitação que para mim é preponderante a outra característica que teria que ter, ela teria que ser totalmente adaptada, adaptada em todos os aspectos, o físico e o pedagógico. (C04)</p>
<p>Uma escola inclusiva seria uma escola que acolhesse todos os alunos, seja ele com alguma deficiência ou não, que acolhe bem todos os alunos, cem por cento dos alunos da escola. (C05)</p>
<p>Eu acho que direito ela tem. Desde que seja atendido o que ela precisa, as necessidades que ela precisa. (D01)</p>
<p>Direito tem, direito tem, mas não dá conta. (D03)</p>
<p>Não, não concordo. É infelizmente, ainda temos muitos desafios inclusive de compreensão da própria, das próprias leis que são destinados aos alunos atípicos para que realmente nós possamos estar incluindo todos nessa educação e que a educação realmente seja inclusiva. (D04)</p>
<p>Ter direito sim, MAS a que ponto e a que preço isso é garantido a ele é bem distante do que é posto. (D05) Tem. Todos, têm, direito tem. (C01)</p>
<p>Eu acho que não. Tinha que ter uma escola específica para eles justamente pela resposta que dei anteriormente que essa seria toda adaptada, teria todas as condições específicas para o público alvo, porque ele dentre os outros alunos acaba que fica meio é (+) não é deixado de lado a palavra é acaba que não fica uma inclusão, às vezes acaba que fica uma exclusão. (C02)</p>
<p>Eu sempre fui a favor. Eu acho que todo aluno tem direito SIM, porque nós considerados normais também temos nossas diferenças e estamos juntos, então para mim tem esse direito sim e que bom que tem muita mãe fazendo isso valer. (C03)</p>

Sim, tem garantido por lei. (C04)
Legalmente, sim. Legalmente todo estudante é ele tem que ser acolhido, ele tem que ser recebido na escola, mas assim a gente sabe que às vezes dificultam a matrícula , se o aluno chega e mostra um laudo aí não tem vaga. (C05)
/.../Tendo sala de recurso, tendo professores capacitados, apoios também capacitados , que entendam de cada uma das deficiências, porque também acho que a primeira coisa é você ter conhecimento , porque não adianta você ir só pra aprender no vamos ver, tem que ter o conhecimento e procurar estudar, estudar e estudar. (D01)
/.../ CAPACITAÇÃO dos professores , então essa pergunta é muito difícil até de responder, porque essa transformação não depende só da escola, depende de todo um sistema. (D02)
Com recursos. Recursos e profissionais bons , o que nós não temos. (D03)
Talvez seja um dos maiores desafios do século XXI , porque primeiro nós precisamos ter formação na área de inclusão com os profissionais da educação , termos um amparo do governo, (2,0) é leis que sejam mais bem definidas para que esses alunos sejam amparados, e apoio externos, como: fonoaudiólogos, psicólogos especializados na área , então, eu acredito que é um desafio que precisamos sentarmos e discutirmos muito para que ele realmente seja executado com excelência. (D04)
Vai para além da escola. Porque é uma rede, então enquanto rede, a gente não tendo essa estrutura a escola fica engessada. /.../ E só a escola mesmo , porque a gente sempre fala que a família precisa ter essa rede de apoio , mas a escola também precisa, então nessa perspectiva da inclusão nós ainda perpassamos por essas situações que tornam essa inclusão um pouco distante daquilo que está posto. (D05)
Então, é uma adaptação que tem que ser feita como eu disse, partindo do preparo dos funcionários em todas as áreas dentro da escola e aí depois, a gente ia aprimorando dentro da especificidade do que cada criança necessita. (C01)
/...vou falar pela minha que eu trabalho, mas geralmente estão todos assim é seria a questão de verbas, porque tudo envolve dinheiro. Então, para você adquirir o material que seja didático, que seja físico, adaptar a escola, adaptar o ambiente eu acho que o principal seria o aspecto financeiro que não é fácil, não vem coisa, não vem específico. (C02)
/...Realmente havendo capacitação, havendo adequação do ambiente e mais respeito por parte do sistema mesmo. (C03)
Eu acho que faltam políticas públicas voltadas para essa, para esse nicho da educação , muitas políticas públicas porque a nossa vivência não é igual está escrito lá na lei o nosso dia a dia na escola não é igual como deveria ser na lei , então eu acho que tinha que ter uma mudança tremenda. (C04)
Um ambiente inclusivo ele tem que ter uma adaptação, a escola tem que ser acessível , seja para um deficiente visual, seja para um cadeirante ela tem que no mínimo ser (1) bem acessível. (C05)
Sim. É a gente tem a sala de reforço, a gente tem a sala de AEE e a gente orienta os apoios. Mesmo eles talvez não são todos específicos e capacitados para estar com aquela, com aquele alunado, com aquela clientela, mas a gente sempre tenta passar, nós mesmos na escola, conversando com o apoio antes falando, olha, você vai acompanhar fulano, ele tem tal diagnóstico, precisa trabalhar isso, é uma coisa que a gente busca muito é a questão do afeto também. Essa questão da empatia, porque ele é uma criança especial , você tem que ter essa questão da empatia. (D01)
Nós temos uma sala de recurso , onde tem uma professora preparada, que tem curso para isso, nós temos materiais , posso dizer que não são os melhores, mas nós temos materiais para isso e nós contamos também com professores de apoio dentro de sala , é, através de estudo, através mesmo do dia a dia, a experiência com aluno conforme a sua necessidade, a escola, todo grupo gestor com professor vai adequando as necessidades. (D02)
Nós temos apoio , apesar de não serem tão bem preparados e um apoio para várias crianças , o que acho que não comporta. Temos sala de jogos que é uma dificuldade grande também, porque mesmo ela bem equipada , mesmo com, (1) reuniões, formações para os apoios eles não costumam usar , tem que ser na base do ferrão mesmo. (D03)

<p>A inclusão ela acontece na Escola Progresso desde o portão, desde a entrada, aonde nós, sempre orientamos todos os alunos para um acolher o outro, então no acolhimento, no tratamento com todos os funcionários, orientando todos para não tratar ninguém com diferença ou com qualquer que seja, mostrando que o aluno aqui ele é visto de maneira dentro da sua diferença, mas sempre tratando ele com igualdade e respeitando seus direitos. (D04)</p>
<p>BOM. Aqui na escola, o que tem sido positivo é porque a gente tem conseguido com a família o suporte que a gente precisa. Em primeiro lugar, nós tivemos atendimento, assim o respaldo da Secretaria de educação, tivemos, mas quando esse respaldo ele também vem, chega na escola e ele não é totalmente especializado, então a gente ainda fica um pouco quebrado nisso daí. (D05)</p>
<p>Então, a gente tem é um profissional capacitado, “capacitado” entre aspas, porque eu acho assim, que o primeiro fato é a gente ter, eu acho que a primeira ação seria o elo que a gente tem que ter com a família e voltando aqui retomando que eu acho muito importante a família ser essa parceira nossa a gente entender qual é a deficiência daquela criança, qual é a necessidade que ele possui, a gente entender quais são as limitações para gente poder ajudar esse adolescente, no caso nosso são os adolescentes. (D06)</p>
<p>Então, nós temos assim, nós tentamos fazer o Plano Individualizado para cada criança, é a gente tenta dar um suporte pedagógico para o professor, atividades diferenciadas, mas a gente sabe que não é o ideal para se trabalhar com uma criança, a gente precisava de uma sala de recursos que a gente não tem, a gente precisava de uma equipe de apoio vinda do município, que só existe no papel, então assim, só a gente fazer, não dá cem por cento de garantia. (C01)</p>
<p>Como eu disse, a gente faz as adaptações que damos conta, em atividades, é principalmente os professores regentes, eles procuram outras avaliações, outros métodos para estar ensinando-os dentro da sala de aula com os demais alunos, para eles não ficarem à parte, não ficarem jogados. (C02)</p>
<p>Nossos alunos da inclusão na verdade participam das ações que os outros também participam e eu acho que isso tem ajudado muito, então cada um do seu jeito participando dos nossos planos que a gente tem de ação durante o ano escolar. Eu acho que essa é a inserção deles nas ações diárias principalmente a começar pelo alto cuidado, é tem feito a diferença. (C03)</p>
<p>É, nós tentamos receber esse aluno com muito carinho, muito amor e tentamos adaptar com as condições que nós temos para que ele consiga o mínimo do aprendizado POSSÍVEL nessas condições precárias que nós temos hoje, porque não temos sala de AEE, os nossos profissionais não são capacitados, então a gente tenta o máximo possível trazer algum conhecimento para essas crianças. (C04)</p>
<p>Eu acho que aqui a primeira ação que a escola tem que praticar é a ação do bom acolhimento. Ela tem que no MÍNIMO acolher bem tanto o aluno, a criança quanto o familiar. (C05)</p>
<p>Eu acho assim, a gente tem crescido bastante, tem evoluído bastante, mas a gente ainda tem muito a aprender, porque sempre tem uma coisa nova, sempre surge uma coisa nova, um transtorno diferente, uma criança que nenhuma criança é igual, /.../ que tem sido bom para a escola e tem sido um peso para a escola, no sentido assim, muitas pessoas estão relacionando a escola a uma escola inclusiva, que recebe essas crianças, então, assim, o número de alunos que nós temos recebido é cada vez maior. Então nós estamos com superlotação, assim em sala, com o número de crianças especiais, está bem, bem difícil de trabalhar justamente porque a gente não tem hoje recebido pessoas capacitadas para isso. (D01)</p>
<p>BOA. Não é perfeita, porque infelizmente está longe de a educação conseguir essa perfeição, mas dentro do possível nós desenvolvemos um bom trabalho. (D02)</p>
<p>Regular. Justamente por isso, por falta de formação, muita coisa a gente não está preparada, às vezes nem a gente do grupo gestor e olha que a gente hora que chega um caso, a gente pega e senta e analisa e procura e vai atrás, mas quando passa para um professor ele não é aberto a mudanças. (D03)</p>
<p>É, as práticas inclusivas elas sempre vão esbarrar na questão da legislação. (D04)</p>
<p>Eu avalio que ela ainda está em construção. Eu acho que a gente está caminhando a passos de formiguinha na inclusão. (D06)</p>
<p>Então, é igual eu falo assim, a gente precisa do preparo, a gente precisa do suporte, então hoje eu considero regular. (C01)</p>
<p>Eu acho que são pertinentes, poderia ser mais, mas assim é igual foi falado, e como não é uma coisa específica a gente não tem pessoas capacitadas para isso eu falo por eu mesma eu sou formada,</p>

<p>mas eu não sou capacitada para estar trabalhando com esses alunos especiais, então dentro do possível, tanto os professores regentes, como a coordenação, a direção, a gente procura fazer, adaptar, fazer o melhor possível com as condições que nós temos aqui. (C02)</p>
<p>Como coordenadora eu acho que ainda podemos melhorar. Podemos nos capacitar melhor, podemos acolher melhor esses alunos e como grupo não só gestor, mas gestor e regente eu acho que precisa se unir mais. Aqui na nossa escola nós estamos tendo esse olhar, estamos assim até planejando para o próximo ano, para que isso possa ser mais forte aqui na nossa escola. (C03)</p>
<p>É como eu falei antes é difícil avaliar, porque a gente queria muita coisa, mas como eu disse a falta de políticas públicas direcionadas, não tem equipe multidisciplinar, eles não enviam pessoas capacitadas eles, não propiciam capacitação para os professores, uma capacitação mais assertiva, que supra mesmo as deficiências desses professores eu acho que é muito desafiador o trabalho, mas a gente vai tentando e a gente consegue muita coisa. (C04)</p>
<p>A gente desenvolve projetos para acolher bem a família, a gente corre atrás de suporte pedagógico, seja ele como apoio, como material para todas as dificuldades da criança, que a criança apresenta. A gente corre atrás do que ela precisa para acolher ela bem, para ela ser bem acolhida na escola, bem recebida. (C05)</p>
<p>Eu acho que o processo dele, enquanto gestor, é o mesmo de qualquer outro funcionário dentro da escola. Porque todos, primeira coisa, todos têm que falar a mesma língua. E trabalhar essa questão do respeito, de como as práticas vão acontecer ali dentro, porque não cabe só ao coordenador, o gestor, o diretor também tem que fazer isso, tem que estar ali junto, vendo as necessidades da criança, vendo o que está acontecendo, acompanhando dentro da sala de aula, eu acho que tem que estar junto sempre. (D01)</p>
<p>O papel do gestor, na minha opinião, é orientar, buscar recursos, buscar mecanismos para estar auxiliando o educador da melhor forma possível, então realmente é na procura das melhores condições para que isso aconteça. (D02)</p>
<p>Direcionar, e infelizmente agora impor, que não deveria ser. (D03)</p>
<p>O diretor tem que estar sempre atento, é nesse elo, ele é o elo entre a família, entre o aluno e a família, ele é o elo entre a secretaria, entre a escola e a secretaria de educação, então, e entre também o profissional de educação que tem dentro das unidades. (D04)</p>
<p>É perceber essa diversidade que a gente recebe. Estar sempre em contato com a família e com o grupo gestor para poder alinhar a prática dentro da sala de aula. /.../ Solicitar o apoio dos pais por mais que seja uma escola de tempo integral e os pais falam que não tem tempo de vir. (D05)</p>
<p>O meu papel, ele é junto com a equipe e em busca de todo esse processo junto a família, junto as melhorias na escola, na instituição, junto aos materiais didáticos, junto ao aluno. Eu gosto de me tornar muito próxima do aluno, eu gosto de conhecer a realidade dele, eu gosto de conhecer o laudo dele, eu gosto de pesquisar no que eu posso estar contribuindo, então assim, eu sou uma gestora que eu participo do processo. (D06)</p>
<p>O papel do gestor, bom primeiramente, o gestor ele tem que estar qualificado, estar preparado é como diz assim, entrar de cabeça na inclusão, mas tendo suporte. (C01)</p>
<p>/.../ então didaticamente seria é vamos dizer buscar verbas, buscar parcerias para serem atendidos, porquê falar a verdade não tem apoio, não tem apoio de outros órgãos, então assim aqui dentro do município, aí às vezes assim conseguisse buscar fora de um governo federal, de alguma coisa assim. (C02)</p>
<p>É importante demais. Porque se o gestor cruza os braços, a família cruza, os colegas cruzam, então assim, realmente essa bandeira tem que ser erguida sim pelo gestor, por que quem está a frente para poder dar esse apoio para esse aluno que chega aqui. (C03)</p>
<p>Eu tento, tento muito, mas eu acho que até o meu trabalho ainda é falho por causa desses entraves que a gente tem no sistema, então eu queria muito CAPACITAR meus professores eu queria muito que esses professores trabalhassem de forma diferenciada, que tivesse uma sala especial para tirar essas crianças, mas infelizmente a gente não tem nada disso. (C04)</p>
<p>Pois é, é orientar e socorrer o professor, porque se o aluno está doente o professor tende a ficar também então é dar um suporte para o professor para ele não adoecer junto com a criança dele. (C05)</p>
<p>No nosso PPP ele tem a parte de (1) de inclusão, tem a questão da sala de AEE, do AEE, tem o Plano Individual de Ensino, que é o PEI, Plano de Ensino Individualizado, como é feito essa formação, (2,0s) [[comente a cerca e os projetos, me esqueci dos projetos, {{risos}} e os projetos. (D01)</p>
<p>Sim. A nossa escola tem a como eu já relatei lá atrás, tem a sala de recurso, e é uma sala que é</p>

toda respaldada por lei, é já veio verba do governo federal para manutenção dessa sala, então sim, é (2) registrado sim no PPP da escola. (D02)
O nosso está incluso e tratado principalmente com o uso de recursos diferenciados. (D03)
Bom, claro, ele tem, tem citado sim a questão do PPP, nós o reformulamos agora em outubro de 2024 e (2) dentro de uma das normativas. De alguns artigos que exemplificam a questão da educação especial, /.../ (D04)
Ele aborda, principalmente nessas questões, não só de estar lá no projeto político pedagógico, mas estar casado com um plano de ação da escola. (D05)
Sim. Contempla. (C01)
Nós estamos fazendo essas modificações aos poucos, mas já contempla sim, é inclusive jogando no plano de ação, no plano anual a gente incluindo os projetos. Nossa escola é integral, então os projetos nos ajudam muito nesse sentido, então assim estamos caminhando bem nesse sentido. (C03)
Sim. Contempla, assim eu teria que pegar é (2) de acordo com a garantia da lei, a gente segue o que a lei garante, mas é isso. (C04)
Tá. Ele (1) propicia assim ele acolhe, nós temos o projeto me esqueci é o (2) dia do aconchego é (1) uma parte voltada mesmo para família desses alunos é principalmente a família, o aluno sim, mas principalmente a família, é uma conversa com a família é a gente convida uma pessoa de fora, uma pessoa especializada, para vir conversar com a família para vir (1,8s) é acolher bem, então, o que a gente tem que fazer é acolher é (1) tanto a família quanto o aluno então, é isso que é que o projeto, que o PPP contempla. (C05)
Quando a gente vai elaborar o plano, a gente precisa de todos juntos, inclusive da família, é a gente precisa da professora da sala de AEE, a gente precisa do professor regente, do professor de apoio que está junto com ele, o coordenador pedagógico, o diretor, e a família, porque assim, todo mundo precisa estar sabendo o que está acontecendo, o que vai ser trabalhado com aquela criança, é então, o envolvimento tem que estar sempre, têm que estar presente, tem que estar junto, se eu não participo eu não vou saber nem para cobrar, nem para instruir. (D01)
Esse plano é feito pelos professores, é orientado, acompanhado pela coordenadora local e no que precisa do apoio, de correr atrás, da gente estar buscando alguma coisa eu estou sempre à disposição para estar fazendo esse trabalho. (D02)
Sim, sim. A gente sentou, a gente organizou, a gente planejou de acordo com os problemas que a gente tinha. Apesar de que a gente tem que ficar sempre reformulando que a cada dia que passa chega um transtorno, um problema diferente. (D03)
Não, aqui nós não temos ainda porque não teve por causa de algumas mudanças, questão de entendimento de alguns secretários, então ainda não foi colocado, precisamos é repensar caso a caso. Cada escola pensar se podemos ter esse plano de execução em cada escola, ou tenhamos uma escola especializada nessa área. (D04)
Então, esse PEI ele ainda não chegou para a gente na (1) mesma estrutura que chegou para o estado. Ele ainda não é, não foi otimizado, não foi passado, então o que a gente faz mesmo é esse momento da coordenação com (1) a professora na percepção de qual trabalho que está sendo feito. ((entendi)). /.../ (D05)
Então, a gente faz assim com o plano individualizado, questão assim de coordenação motora ao aluno que precisa de algo para coordenação motora, nós temos a sala de jogos /.../ (C01)
Não, não, adapta. (C02)
Não, não tem, eu desconheço. (C03)
Não tem. Não sei o quê que isso {{risos}} para te falar a verdade e ser bem sincera. (C04)
Esse agora é um ponto. Tá. Esse ano a gente não fez o PEI, a gente sabe as dificuldades que cada um tem, a gente trabalha essas dificuldades, mas hoje se você me pedir o PEI de cada um eu não tenho para te mostrar. A gente esse ano não fez, foi trabalhando, tem um esquema deles, o que eles precisam, /.../ (C05)
Bem próximo, aliás constante {{risos}}. Sempre fazemos reunião com os pais, principalmente quando tem alguma coisa que está, é, a gente nota muito que assim a mudança de comportamento às vezes da criança atípica, ela vai de um jeito, de repente ela muda aquele comportamento, a gente sempre tem que está tendo essa comunicação com a família para entender se alguma coisa aconteceu, se é uma medicação que mudou ou se introduziu uma medicação nova, ou se não está tendo terapia, o quê que está acontecendo, a gente sempre tem que estar junto. (D01)
A interação entre escola e família, porque sem isso, independente do aluno, é impossível essa

<p>aprendizagem, nós não teremos sucesso se nós não tivermos a parceria escola-família e cabe a mim tentar da melhor forma ter essa ligação, ter essa é colaboração. (D02)</p>
<p>Esse é um grande bloqueio também, além da resistência do professor, a resistência maior começa dos pais, a aceitação ((certo)) e na maioria das vezes somos nós que temos que encaminhar para, principalmente para Neurologista. (D03)</p>
<p>(+) Importantíssimo. Ele é o elo de ligação da escola com (2) a secretaria de educação, do (1) aluno com a (2) família. (D04)</p>
<p>Tem casos e casos. A gente vê uma resistência muito grande por conta de alguns pais, por ser uma escola de tempo integral a gente vê que muitas famílias se ancoram. (D05)</p>
<p>A gente faz principalmente assim, quando o aluno está chegando para nós que é um aluno assim que se matriculou na escola recentemente, a gente gosta sempre de fazer esse trabalho, a gente convoca o pai na escola, faz uma reunião, porque a gente precisa saber a realidade desse aluno, como eu te falei eu gosto de saber assim a rotina dele, se tem medicação como é, até para contribuirmos com a inclusão, então esse trabalho a gente faz. (D06)</p>
<p>Hoje em dia está sendo a luta. Está sendo uma luta esse trabalho com os pais porque fazer eles aceitarem que o filho tem um problema primeiro já não é uma situação fácil. E depois que eles internalizam, que eles descobrem, que eles veem que realmente tem um problema eles jogam a responsabilidade toda em cima da escola e não é, a escola é só um caminho para tentar melhorá-lo, agora eles têm que correr atrás, mas não é fácil. (C01)</p>
<p>A é fundamental. Porque como se diz, quando o aluno vem para a gente, a primeira pessoa que eles procuram é a direção. O diretor / então assim / esse entrosamento, essa troca de informações para (3) o gestor que está recebendo, saber como lidar com aquela criança, porque não (1) é simplesmente chegar, vou matricular e pronto, toma que é seu. Então, é muito importante o (2) gestor com os pais terem um (+) (2) entendimento, um entrosamento para poder estar passando, repassando para os outros como lidar com (1) aquela criança. (C02)</p>
<p>Na verdade, o nosso papel tem sido assim de mãe senta aqui, (+) vamos cair na real o seu filho precisa de socorro, então nosso primeiro passo tem sido esse e tem dado certo porque elas têm procurado ajuda. ((certo)) O nosso município oferece pouco, mas oferece (+) e para a escola, para esse aluno que está gritando socorro tem sido bom, porque ele está sendo enxergado como alguém que necessita mesmo desse apoio e muitas vezes a própria casa não via, (incompreensível), não enxergava, não acolhe e aí então nesse sentido tem melhorado. (C03)</p>
<p>É (+) primeiro de convencimento, já aconteceram casos na minha vida de gestão que a gente notava que a criança tinha uma certa dificuldade, tinha uma coisa e o pai não aceitava e a gente tinha que chamar e conversar, esse é um dos papéis do gestor. O outro papel eu acho que acolher, sabe ter empatia com essa mãe, com essa família, principalmente quando são crianças mais agitadas, adolescentes a gente tem que ter um contato muito próximo da família e compreender também essa família, acolher. (C04)</p>
<p>Pois é, a gente chama muito mãe para conversar, muita família para conversar, um pouco para pedir o laudo, para orientar, para tentar conscientizar, porque realmente tem mãe também que não aceita a situação, é o pai era assim, ou a mãe era assim ou o irmão mais velho, é porque é custoso mesmo, é (1) porque tem dificuldade para aprender mesmo, então assim a gente chama muito para conversar. (C05)</p>
<p>(1,5s) É participe. {{risos}} Como eu disse, se a gente não estiver junto e conhecer o que está acontecendo não tem como você cobrar nem instruir. (D01)</p>
<p>UMA, (1) pessoa que vai estar tentando conciliar, juntar, unir, porque se tiver alguma quebra, alguma ruptura nessa, (1) escala aí, nós não teremos uma aprendizagem de qualidade, podem ficar lacunas, então cabe ao gestor estar tentando sanar qualquer probleminha, qualquer dificuldade, qualquer atrito, qualquer necessidade para gente conseguir o alvo necessário. (D02)</p>
<p>É complicado. É um joga aqui, joga ali, sabe? Nós temos um problema grande principalmente o professor de AEE, ele a gente não tem, mas o apoio querer passar tudo para os pais sem passar pelo regente. (D03)</p>
<p>É MUITO importante. Porque o diretor, a direção, ela sempre é o elo de ligação de (1) todos os segmentos. E aqui na escola, nós trabalhamos o seguinte: primeiro que não tem diferença entre professor regente com profissional de apoio, todos eles têm um a sua, a mesma importância e (1) o que nós mais entendemos como gestão é o incentivo desses profissionais de apoio juntamente com os regentes de buscar especializações, de buscar momentos de estudo e que uma sala, um professor de uma sala com outro eles trocam experiências que é feita aí na nesse período aí que nós temos da, do dia do trabalho coletivo. Então essa troca de informação é importantíssima e ela só é possível graças a esse elo que tem com o gestor. (D04)</p>

<p>/.../ É chamar a família para conversar, é chamar o profissional de apoio que está com esse, com essa criança e por vezes também conversar com professor (+), porque em determinado momento já aconteceu situações também da criança que tem uma (1) condição mas é mais difícil de se lidar se sobrepõem aquele outro que tem uma condição menos elevada. /.../ Para a gente, não sei se posso usar esse termo, mas assim é porque ao mesmo tempo também é um aprendizado, a gente sempre fala que cada criança que chega aqui ela é um aprendizado porque ela traz para gente um olhar diferente, a gente precisa buscar esse conhecimento acerca do que ela tem para então poder fazer alguma coisa. (D05)</p>
<p>É, também porque assim os nossos professores de apoio não são pessoas especializadas, no nosso município se coloca muito é IEL, ((ensino médio)) de ensino médio, então eles não têm também um preparo, muitas vezes a gente acaba criando outro problema de não colocar pessoas qualificadas, e aí a gente tem que fazer essa intervenção entre professor, o apoio, a família para tentar amenizar um pouco do caos que é gerado diante dessa situação. (C01)</p>
<p>A ligação, seria o ELO é (+) acontece (+) só que geralmente passa pela coordenação, no caso o gestor aí seria a coordenação com o regente o (1) ((profissional)) apoio é o profissional de apoio e para a orientação, que a orientação nesses casos é que chama os pais ((que faz essa)) é mais fácil os pais desses alunos nos procurarem do que a nós estarmos chamando-os aqui, mas funciona. (C02)</p>
<p>/.../ então é realmente estar trabalhando nesse sentido mesmo de alertar a família, para ela poder enxergar o seu filho, que ele precisa de ajuda, de alertar o regente, que o aluno não é do apoio o aluno é DELE, é uma luta também nossa diária. (C03)</p>
<p>Eu sou a liga {{risos}}, eu tento ser a liga. O coordenador ele tem que ser a liga, o professor traz uma demanda, às vezes o pai traz a demanda, o AAE traz a demanda e eu tento ser a liga para ser a mediadora {{barulho de cigarra}} dentro do que está acontecendo, acho que é esse o meu papel e tentar buscar também uma melhor prática para atender essa criança. (C04)</p>
<p>Tá. A gente é (1) procura fazer um (1) elo de ligação com todo mundo, do professor com a sala de AEE é mais fácil porque está aqui dentro da escola então assim, o professor regente ele vai dizer, olha isso aqui não ficou bem claro, não (1) entendeu, não aprendeu, aí o professor de AEE vai atacar essa dificuldade vai (2) partir de onde ele sabe para (2) continuar o processo. (C05)</p>
<p>É, a gente não adquire material específico, a gente elabora o material adaptado, porque cada criança é uma (1) especificidade, então não dá para você fazer por exemplo, não vou adotar esse material X para ser material adaptado para todas as crianças, porque não dá. O próprio (1) plano diz, é plano de ensino individualizado, então se ele é individualizado, para cada um, é um, então é trabalhado, é feito, principalmente junto com o coordenador pedagógico e o professor regente qual, o que está sendo trabalhado, o que ele precisa trabalhar e aí montam a atividade em cima disso. (D01)</p>
<p>Eu acredito que, como eu falei numa outra resposta anterior, nós não temos o melhor, o mais atualizado, o mais sofisticado, mas nós temos material. (D02)</p>
<p>Nós temos os pedagógicos, e as atividades também diferenciadas que é feita para (1) os alunos, (+) isso aí nós temos, o que FALHA aqui mesmo que a gente tem que lutar para conseguir, aliás todas as escolas é a sala de AEE, que eu acho que todas tem que ter, pela demanda grande do (1) nosso alunado especial que está só aumentando ((um rum, cada ano mais)). É. (D03)</p>
<p>Sim. É são materiais nós temos aqui, hoje nós não temos alunos é cadeirantes, mas nós temos uma cadeira de roda para atendê-los, nós temos máquinas de Braille, nós temos materiais acessíveis é livros é escrito também em Braille e materiais que são colocados no dia a dia, lupa para alguns alunos que têm deficiência é na visão, então assim, computadores também adaptados e sem contar do material didático que estão são sempre são adaptados para esses alunos. De uma maneira geral não conseguimos uma acessibilidade de 100%, mas nós conseguimos aí uma acessibilidade é digamos que satisfatória. (D04)</p>
<p>Algum material ou outro, porque nós até tínhamos um material aqui específico para cegos e surdos que era da escola quando ela era estadual e esse material foi passado para a Secretaria com a perspectiva da abertura do Núcleo, e esse material está lá, porque como a gente não tem espaço esse material ele estava engavetado há anos então assim, fora esse material os (1) demais são todos comuns. (D05)</p>
<p>Olha eu acho que ela não tem esse material adequado. Não tem, a gente tenta fazer assim, dentro de cada realidade dos alunos com o pouco que a gente tem, a gente busca algumas parcerias sim, com a Secretaria de educação, algumas coisas eu adiquiro com verbas minhas mesmo, é dentro</p>

da nossa realidade, às vezes o profissional me posiciona o que ele precisa, eu mesmo dentro do meu pouco conhecimento, às vezes vejo algum material que eu acho que encaixa dentro daquilo ali, como jogos, materiais, que vão trabalhar com a parte concreta com os alunos e aí eu vejo assim que é possível a gente estar adquirindo eu faço esse trabalho. (D06)
É que se não fosse o gestor não tinha. Porque o gestor que tem que encabeçar e enfiar a cara e ir atrás de recursos para conseguir esse material , e nós graças a Deus nós assim, nós temos, nós estamos começando a estruturar as nossas salas de jogos, de recursos, entre aspas “recursos”. (C01)
Possui alguns. Eu não vou mentir que não (1) tem, lógico. Não tem nem como ter todos, mas compra com (1) dinheiro das(que vem)) das verbas, que um pouco pode utilizar é adquirido alguns materiais sim, aí é rotativo. (C02)
Não, não possui, então a gente vai adaptando mesmo para cada aluno, a gente pesquisa na internet, tem apostilas que a gente passa a conhecer porque procura, e a gente já trabalha junto com os regentes nesse sentido. (C03)
Não da maneira que deveria ser. (C04)
Tá. O papel do gestor é solicitar o material, é correr atrás desse material é (+) olha, quando a gente recebe um aluno. /.../ Quando o aluno chega com a deficiência, se a gente não tem nada a gente vai correr atrás, se solicitou não atendeu a gente(improvisa) é um rum ((para atender da melhor forma)) é.
Com certeza. Porque é assim, prova de fluência que exige que tenha um aluno leitor, um autista não verbal, por exemplo, ele não consegue executar a prova, ((um rum)) e aí, isso compromete o resultado da escola. (D01)
Infelizmente. Eu queria falar que não, eu queria falar que não tem mudança, mas eu não posso fechar os olhos e fazer o bonitinho, muda sim. Algumas crianças que em determinado ano ela não está é vamos dizer, no nível daquela turma, então sim, afeta sim. (D02)
Cai. Cai porque não vem material diferenciado, então se aqui a gente é obrigado a fazer no nível deles o (1) de fora, o externo também deveria. ((um rum)) Não tem como eles saírem bem. (D03)
BOM. Não podemos jogar, às vezes quando uma nota cai numa avaliação em cima dos alunos que têm deficiência. Nós temos que entender que nós somos uma rede e o fracasso de um é o fracasso de todos, o sucesso de um é o sucesso de todos. Eu jamais seria leviano de afirmar que dentro de um quadro que (1) eu tenho algum aluno especial e culparia ele de uma nota abaixo daquilo que a gente almeja, é eu acho que antes de pensarmos de quem é a culpa nós temos que buscar de quem é a solução é a solução está no trabalho da gestão, da coordenação, da orientação, dos profissionais da educação, dos pais. A responsabilidade jamais será colocada sobre os nossos alunos. (D04)
Eu considero assim, porque agora nós estamos percebendo o que é a escola municipal. /.../ E eu não considero que ele seja um indicativo de baixa de média até porque eles recebem o devido (1) atendimento, quando a avaliação externa e eles têm o devido acompanhamento, fora isso nas demais avaliações é perceptível o nível de cada um e não tem como você burlar esse tipo de diversidade porque isso seria até uma hipocrisia. (D05)
Eu Acredito que não cai, mas eu ainda não passei por essa realidade para te dar esse posicionamento. (D06)
Com certeza. Porque as avaliações, elas não vêm adaptadas da forma que deveriam vir. Que eles exigem um plano individual, alguma coisa assim, mas, as avaliações externas não vêm. ((São iguais para todos.)). Iguais. O muito é deixar o apoio sentar do lado e fazer com eles. (C01)
Cai, cai porque eles lá, eles têm todo indício que a criança tem autismo, tem baixa visão, tem TDAH, essas coisas. Então assim, e tem vez que não vêm adaptada para eles e não adianta, não é a mesma coisa, então eu acho que (2,0) prejudica a nota. (C02)
(1,5) É, não é que eu acredito, é porque o próprio sistema ele não separa, ele não dá essa condição, então a avaliação vem igual. (C03)
Não. (+), não porque coloca lá no quando tem a deficiência a gente coloca aí ele vai com apoio. ((ok)) O ano que vem eu vou ter essa (1) esse parâmetro para responder, pois no ano que vem o meu vai fazer o IDEB ele está no oitavo ano e que vem é ano de IDEB e ele vai fazer e eu vou ver como é que é. {{risos}} (C04)
SIM, porque a maioria dessas notas não tem lá o espaço para escrever que é um autista não verbal, não tem espaço nenhum para escrever, no máximo, se é um deficiente visual com prova ampliada, letra ampliada, mas é só. (C05)

<p>(1,5s) É, a gente sabe que não depende só da gente, se dependesse seria ótimo. Mas eu incentivo muito assim, a (2) eles estarem buscando por fora, não também ficar só esperando que a prefeitura faça alguma coisa, que a secretaria de educação promova alguma coisa dentro da área de inclusão, eu acho que a partir do momento que você tem alunos na escola que precisam desse olhar diferenciado o professor também tem que buscar, mesmo que seja por fora. Então, sempre que tem algum congresso, alguma coisa, estou sempre divulgando, e incentivando eles a participarem. (D01)</p>
<p>O incentivo, um incentivo diário de estar procurando se qualificar cada dia mais, é o principal e quando é oferecido pelo governo federal, pelo municipal, pelo estadual está sendo realizado, porque infelizmente a escola não possui verbas para estar oferecendo essas capacitações, então realmente como sempre o professor é um guerreiro, ele corre atrás. (D02)</p>
<p>(2,0) Então. Inclusive eu acho que a gente está até falhando (+). /.../ Porque a gente usa, o que a gente usa para essas formações? A gente usa o trabalho coletivo e eu acho que é tanto problema que a gente vem enfrentando nas escolas ((tanta demanda, não é)), tanta coisa, se a gente for analisar a (2) inclusão é uma, mas a gente está percebendo que a (1) saúde mental do professor está pior, porque ele tem que estar bem para trabalhar bem a inclusão. /.../ (D03)</p>
<p>É um papel motivador. /...Então, esse papel do gestor de estar à frente motivando a sua equipe é fundamental. Um gestor que não motiva a sua equipe e que dê o exemplo para sua equipe, ele não vai ter bons resultados. (D04)</p>
<p>(+) Isso aí eu creio que, eu considero que caiu. A gente incentiva, mas assim, essa formação ela acaba sendo de cunho mais individual até porque a gente não recebe incentivo para isso. Não adianta a escola oportunizar isso sendo que financeiramente, ou até mesmo via Secretaria de educação isso não é oportunizado e quando é oferecido é de qualidade diferenciada, eu digo assim, em pouco tempo, então assim essa formação na área da inclusão ela requer mais tempo. (D05)</p>
<p>Essa, é para mim uma das características fundamentais (+) senão acho que uma das mais importantes porque eu acho que hoje nós todos somos carentes desses recursos, porque é não só o profissional que acompanha o aluno, eu acho que toda a equipe ela precisava desse aprimoramento, desse acompanhamento, desse estudo especializado, e nós não temos. Então, ele é de fundamental importância não só cursos esporádicos eu acho que capacitações sim, eu acho que necessitaria que fosse exigido mesmo se um profissional fosse acompanhar o aluno que ele tivesse formação, capacitação na área para ele ter realmente um trabalho de qualidade, porque eu acho que o que se faz é só uma companhia às vezes para o aluno, não é na verdade um trabalho de qualidade. (D06)</p>
<p>Então, a equipe gestora tem que ser incentivadora, primeiro. Incentivadora de buscar melhorar, de buscar se qualificar, mas a gente sabe que no nosso município não é bem assim que funciona, a gente fica muito preso esperando muito ((um rum)), da ((iniciativa da secretaria)) da secretaria de educação e muitas vezes eles não proporcionam isso para a gente. Mas a gente sabe que professor assim, é um pouco também acomodado nessa busca, nisso eu me enquadro também {{risos}}. Porque a gente só busca quando a gente tem o problema na mão, a gente não busca por antecipação. Mas, é eu acho que é isso. (C01)</p>
<p>Mais ou menos. (+) É assim, às vezes, é eu vou falar por mim eu (1) busco, às vezes eu trago atividades, às vezes como lidar com aquela criança. Às vezes eles mesmos já chegam falando assim, vou trabalhar desse jeito, acho melhor ASSIM, o que você acha? Então assim, tem uma troca, tem uma parceria. Não é falar assim 100% ((sou eu)) sou eu, 100% são elas não, é graças a Deus tem essa conversa, tem esse entrosamento. (C02)</p>
<p>O nosso é de incentivar, ((sim)) porque nós vem, nos vem no calendário, nos vem até mesmo às vezes alguma é alguma palestra extra, então a gente tem que incentivar, nosso papel é esse {{risos}} motivar nossos colegas a querer aprender, saber cada vez mais. (C03)</p>
<p>É a equipe gestora até tenta BASTANTE sanar todas essas dificuldades, mas eu acho que o poder que está acima de nós não dá o (1) respaldo, que eu acho que o respaldo maior seria da SME, da Secretaria Municipal de Educação de onde vêm as diretrizes. Eu acho que falta a equipe multidisciplinar de lá, falta uma coordenação ativa da inclusão, falta muita coisa e a gente sempre espera (1) quem sabe na próxima tem. (C04)</p>
<p>Tá. A gente, (1) já trouxe pessoas para conversar aqui, é internamente dentro da escola, a gente tem a nossa (1) diretora ela é uma psicopedagoga, ela tem conversado muito, mas assim, a prefeitura quando pode também participa, quando tem as formações eles costumam trazer pessoas da área também para conversar um pouco, porque eles têm consciência que é a parte</p>

que mais precisa hoje ser instruído. (C05)
(+) Depende do tipo de apoio que a gente está falando. É o apoio assim PESSOAL, é a gente sempre tem quando eu vou atrás, eu procuro, peço ajuda, eles tentam sempre estar indo até a escola, já chamei a secretaria para participar de reunião com pais, então assim eles estavam junto, estavam presentes, mas falta muito na parte física, na questão, por exemplo, é material adequado, material para sala de AEE, é o próprio material mesmo de recursos do dia a dia que eles precisam, como carteira, por exemplo, então são coisas que faltam ainda. (D01)
É. Então, (2,0) às vezes fazem aqueles cursos lá que para mim não tem muita valia, que acaba que ninguém nem presta atenção, mas é uma vez ao ano e olhe lá. Eu acho que nessa parte eles estão muito falhos, já que essa é nossa demanda principal ultimamente. (D02)
(8,0) Bom, (+) a Secretaria tem feito seu papel (+) colocando profissionais da educação dentro das escolas, dentro do possível nós temos os atendimentos promovidos pelo CRAS, fonoaudiólogo, psicólogo, nós talvez tenhamos aí a necessidade de ampliar (+) porque a demanda igual eu te falei ((muito grande)) ela é cada ano maior. (D04)
Só nesse sentido do envio de profissional. Porque se for em outras instâncias, quando a gente ainda precisa de algum socorro (1,5) vez ou outra ainda surge a possibilidade, mas eu penso que no sentido de pensar no macro ainda está bem distante daquilo que a gente realmente sonha, do que a gente idealiza, então é mais nesse fornecimento, no (1) oferecimento das pessoas que podem auxiliar os alunos na sala de aula e a gente vê mesmo que não é tão criterioso assim, porque quando a gente pega aqui alunos de IEL para lidar com essas situações. Mas a gente ainda tem que ficar feliz. (D05)
Então, eu acho que é feito um trabalho e a qualidade do trabalho da Secretaria de Educação, digamos assim, hoje, no meu ponto de vista não é satisfatório. Tem um profissional (1,5s) que na minha visão ele está ali para atender somente a inclusão, não é isso?! Um profissional que ele está ali para atender só a inclusão, mas eu não vejo esse profissional atuar nas escolas, eu não vejo ele levantar as demandas, eu não vejo ele verificar se o trabalho tem tido resultados, se está precisando de apoio, como tem sido, eu não vejo uma visita, eu não vejo uma ligação enfim, eu não vejo é primeiro eu quero começar daqui, porque se tem uma equipe da educação inclusiva na Secretaria de Educação para atender essas demandas ela deveria ser atuante e presente nas escolas, eu não vejo esse trabalho. /.../ Outro ponto, eu não vejo ofertar para escola um material, eu não vejo falar oh nós vamos oferecer para essa escola uma estrutura para vocês estarem recebendo esses alunos, vocês estão precisando de alguma coisa? Nós vamos oferecer a partir de agora uma capacitação para esses profissionais que estão atuando, então, da Secretaria de educação eu (1) não vejo assim muito respaldo, sabe?! (D06)
Então assim, alguns cursos que eles dão ao longo do ano, um, dois, no máximo. O suporte que eles deveriam dar com professor de apoio como eu falei anteriormente, tem o professor de apoio, mas não é aquela mão de obra da forma que deveria ser, com professores especializados, são professores de ensino médio, de IEL que eles colocam para quebrar o galho. E a parte é do multidisciplinar, uma fonoaudióloga, uma psicóloga para dar um amparo que não tem, ((os quais fazem parte do plano, da educação especial, mas)) Justamente, mas infelizmente a gente fica presa a Caps. a ((a boa vontade dos pais)), justamente. (C01)
(+) Eu falaria nenhum, porém tem um (1) projeto que acho que não, acho não, não é nem do município, é do estado que são aquele pessoal do IEL ou pessoas que estão desviadas de função que eles colocam como suporte para esses alunos, /.../ (C02)
Tem sido o IEL que ele manda porque a gente sabe que eles não querem mandar o pedagogo, o que se especializa em psicopedagogia, para ele, para o sistema fica caro, a gente entende, mas não quer aceitar ((sim)) ((risos)). ENTÃO, nesse sentido a gente fica (+) acha que não pode ser e não pode mesmo. (C03)
É e como eu te disse anteriormente deixa a desejar nesse sentido porque, nem eles também não têm os profissionais para nos oferecer com a capacitação devida, então se torna quase uma utopia a inclusão. (C04)
Tá, então como eu disse, esse ano a gente recebeu um (1) (2,0s) uma palestra, não foi? ((sim)) num dia coletivo ((teve um dia de formação)) teve um dia de formação, (+) tem uma pessoa lá dentro da secretaria que {{risos}} que é para orientar quando a gente precisa, assim, se a gente precisa de uma vaga de fonoaudiologia, a gente vai atrás dela aí ela tenta achar, encontrar uma vaga para (2) encaminhar o aluno, é só, não é?! (C05)

Fonte: dados da pesquisa. 2024. Legenda D: Diretor e C: Coordenador.

Legenda utilizada nesse quadro para identificar a entrevista que o excerto foi retirado:

- D01: Zilda Arns
- D02: Antonieta de Barros
- D03: Dorina Nowill
- D04: Anísio Teixeira
- D05: Nísia Floresta
- D06: Bertha Lutz
- C01: Magda Soares
- C02: Débora Seabra de Moura
- C03: Dandara
- C04: Anália Franco
- C05: Maria da Penha

APÊNDICE F – SISTEMATIZAÇÃO DOS PRÉ-INDICADORES E CONTEÚDOS TEMÁTICOS

PRÉ-INDICADORES	INDICADORES
<p>.../Porque para ser inclusiva depende de várias coisas, vários fatores. Primeiro, a escola tem que estar preparada para receber essa criança. Com profissionais que sejam qualificados e capacitados para receber essa criança. É, tanto que eu vejo a questão dos IELS que são os apoios. Se não for um apoio que realmente entenda sobre a especificidade de cada criança, acaba não ajudando, às vezes pode até atrapalhar. (D01)</p>	
<p>E eu acho que assim, para ser uma escola inclusiva também depende da estrutura física da escola. Não só a parte pessoal, mas a estrutura física também, a sala de recurso, um espaço adequado, toda a questão de adaptação eu acho que envolve várias outras questões. (D01)</p>	
<p>.../ dar é um ensino de qualidade, um ensino de igualdade, um ensino onde as pessoas, tanto profissional, como todo o corpo docente, funcionários, colegas saibam respeitar a criança. (D02)</p>	
<p>Uma escola boa, inclusiva seria a que tivesse profissionais adequados para atuar nessa área, principalmente, porque é o que está falho, que está faltando, tanto o gestor como os apoios. (D03)</p>	
<p>Uma escola que precisa da participação de todos os profissionais da educação e também da participação dos pais e com certeza com formação continuada pra todos os profissionais da educação. (D04)</p>	<p>Uma escola inclusiva necessita de estrutura, pessoas qualificadas e acolhimento.</p>
<p>É bem complexo. A gente pensar nessa questão da inclusão até por conta da perspectiva estrutural, quando se falta profissionais dessa rede de apoio que muitas vezes o professor precisa ter para apará-lo nessa perspectiva da diversidade, pois cada caso é um caso. .../então essa questão estrutural realmente é o que mais pega para mim. (D05)</p>	
<p>Bom, uma escola inclusiva ela deveria ter é a capacidade para receber é esse aluno para uma equipe que fosse capacitada que eu acho que hoje nós não temos, seria uma escola que tivesse também uma estrutura com recursos para atender também esse aluno que fosse chegar pra gente, para estar acolhendo-o da melhor forma. (D06)</p>	
<p>Bom, uma escola inclusiva tinha que começar primeiro pelo preparo dos professores, dos funcionários, para lidar com essas diversidades a gente precisa estar preparado e muitas vezes nós não estamos preparados para (1) a demanda. (C01)</p>	
<p>Para mim a escola inclusiva, ela teria que ter todo um (1) equipamento, pessoas capacitadas para atender esse público (+) que é nas salas especiais com professores capacitados, com os materiais que (1) são de uso exclusivo deles. (C02)</p>	
<p>Eu acho que uma escola inclusiva a primeira coisa que ela teria que ter seria a preparação, a capacitação de todos os funcionários, não apenas os professores, mas todos os funcionários para receber essa criança. Além da capacitação que para mim é preponderante a outra característica que teria que ter, ela teria que ser totalmente adaptada, adaptada em todos os aspectos, o físico e o pedagógico. (C04)</p>	
<p>Uma escola inclusiva seria uma escola que acolhesse todos os alunos, seja ele com alguma deficiência ou não, que acolhe bem todos os alunos, cem por cento dos alunos da escola. (C05)</p>	

Eu acho que direito ela tem. Desde que seja atendido o que ela precisa, as necessidades que ela precisa. (D01)	
Direito tem, direito tem, mas não dá conta. (D03)	
Não, não concordo. É infelizmente, ainda temos muitos desafios inclusive de compreensão da própria, das próprias leis que são destinados aos alunos atípicos para que realmente nós possamos estar incluindo todos nessa educação e que a educação realmente seja inclusiva. (D04)	Divisão no posicionamento sobre direito a escola inclusiva ou escolas especializadas.
Ter direito sim, MAS a que ponto e a que preço isso é garantido a ele é bem distante do que é posto. (D05) Tem. Todos, tem, direito tem. (C01)	
Eu acho que não. Tinha que ter uma escola específica para eles justamente pela resposta que dei anteriormente que essa seria toda adaptada, teria todas as condições específicas para o público alvo , porque ele dentre os outros alunos acaba que fica meio é (+) não é deixado de lado a palavra é acaba que não fica uma inclusão, às vezes acaba que fica uma exclusão. (C02)	
Eu sempre fui a favor. Eu acho que todo aluno tem direito SIM, porque é nós considerados normais também temos nossas diferenças e estamos juntos , então para mim tem esse direito sim e que bom que tem muita mãe fazendo isso valer. (C03)	
Sim, tem garantido por lei. (C04)	
Legalmente, sim. Legalmente todo estudante é ele tem que ser acolhido, ele tem que ser recebido na escola, mas assim a gente sabe que às vezes dificultam a matrícula , se o aluno chega e mostra um laudo aí não tem vaga. (C05)	
/.../ CAPACITAÇÃO dos professores , então essa pergunta é muito difícil até de responder, porque essa transformação não depende só da escola, depende de todo um sistema. (D02)	
Talvez seja um dos maiores desafios do século XXI , porque primeiro nós precisamos ter formação na área de inclusão com os profissionais da educação , termos um amparo do governo, (2,0) é leis que sejam mais bem definidas para que esses alunos sejam amparados, é apoio externos, como: fonoaudiólogos, psicólogos especializados na área , então, eu acredito que é um desafio que precisamos sentarmos e discutirmos muito para que ele realmente seja executado com excelência. (D04)	
Com recursos. Recursos e profissionais bons , o que nós não temos. (D03)	Necessidade de adaptações estruturais, recursos e uma rede de apoio para o sucesso da inclusão.
/.../Tendo sala de recurso, tendo professores capacitados, apoios também capacitados , que entendam de cada uma das deficiências, porque também acho que a primeira coisa é você ter conhecimento, porque não adianta você ir só pra aprender no vamos ver, tem que ter o conhecimento e procurar estudar, estudar e estudar. (D01)	
Vai para além da escola. Porque é uma rede, então enquanto rede, a gente não tendo essa estrutura a escola fica engessada. /.../ E só a escola mesmo , porque a gente sempre fala que a família precisa ter essa rede de apoio , mas a escola também precisa, então nessa perspectiva da inclusão nós ainda perpassamos por essas situações que tornam essa inclusão um pouco distante daquilo que está posto. (D05)	
Então, é uma adaptação que tem que ser feita como eu disse partindo do preparo dos funcionários em todas as áreas dentro da escola e aí depois, a gente ia aprimorando dentro da especificidade do que cada criança necessita. (C01)	

<p>/.../ vou falar pela minha que eu trabalho, mas geralmente estão todos assim é seria a questão de verbas, porque tudo envolve dinheiro. Então, para você adquirir o material que seja didático, que seja físico, adaptar a escola, adaptar o ambiente eu acho que o principal seria o aspecto financeiro que não é fácil não vem coisa, não vem específico. (C02)</p>	
<p>/.../ Realmente havendo capacitação, havendo adequação do ambiente e mais respeito por parte do sistema mesmo. (C03)</p>	
<p>Eu acho que faltam políticas públicas voltadas para essa, para esse nicho da educação, muitas políticas públicas porque a nossa vivência não é igual está escrito lá na lei o nosso dia a dia na escola não é igual como deveria ser na lei, então eu acho que tinha que ter uma mudança tremenda. (C04)</p>	
<p>Um ambiente inclusivo ele tem que ter uma adaptação, a escola tem que ser acessível, seja para um deficiente visual, seja para um cadeirante ela tem que no mínimo ser (1) bem acessível. (C05)</p>	
<p>Sim. É a gente tem a sala de reforço, a gente tem a sala de AEE e a gente orienta os apoios. Mesmo eles talvez não são todos específicos e capacitados para estar com aquela, com aquele alunado, com aquela clientela, mas a gente sempre tenta passar, nós mesmos na escola, conversando com o apoio antes falando, olha, você vai acompanhar fulano, ele tem tal diagnóstico, precisa trabalhar isso, e uma coisa que a gente busca muito é a questão do afeto também. Essa questão da empatia, porque ele é uma criança especial, você tem que ter essa questão da empatia. (D01)</p>	<p>Ações desenvolvidas nas unidades escolares para que a inclusão ocorra.</p>
<p>Nós temos uma sala de recurso, onde tem uma professora preparada, que tem curso para isso, nós temos materiais, posso dizer que não são os melhores, mas nós temos materiais para isso e nós contamos também com professores de apoio dentro de sala, é, através de estudo, através mesmo do dia a dia, a experiência com aluno conforme a sua necessidade, a escola, todo grupo gestor com professor vai adequando as necessidades. (D02)</p>	
<p>Nós temos apoio, apesar de não serem tão bem preparados e um apoio para várias crianças, o que acho que não comporta. Temos sala de jogos que é uma dificuldade grande também, porque mesmo ela bem equipada, mesmo com, (1) reuniões, formações para os apoios eles não costumam usar, tem que ser na base do ferrão mesmo. (D03)</p>	
<p>A inclusão ela acontece na Escola Progresso desde o portão, desde a entrada, aonde nós, sempre orientamos todos os alunos para um acolher o outro, então no acolhimento, no tratamento com todos os funcionários, orientando todos para não tratar ninguém com diferença ou com qualquer que seja, mostrando que o aluno aqui ele é visto de maneira dentro da sua diferença, mas sempre tratando ele com igualdade e respeitando seus direitos. (D04)</p>	
<p>BOM. Aqui na escola, o que tem sido positivo é porque a gente tem conseguido com a família o suporte que a gente precisa. Em primeiro lugar, nós tivemos atendimento, assim o respaldo da Secretaria de educação, tivemos, mas quando esse respaldo ele também vem, chega na escola e ele não é totalmente especializado, então a gente ainda fica um pouco quebrado nisso daí. (D05)</p>	

<p>Então, a gente tem é um profissional capacitado, “capacitado” entre aspas, porque eu acho assim, que o primeiro fato é a gente ter, eu acho que a primeira ação seria o elo que a gente tem que ter com a família e voltando aqui retomando que eu acho muito importante a família ser essa parceira nossa a gente entender qual é a deficiência daquela criança, qual é a necessidade que ele possui, a gente entender quais são as limitações para gente poder ajudar esse adolescente, no caso nosso são os adolescentes. (D06)</p>	
<p>Então, nós temos assim, nós tentamos fazer o Plano Individualizado para cada criança, é a gente tenta dar um suporte pedagógico para o professor, atividades diferenciadas, mas a gente sabe que não é o ideal para se trabalhar com uma criança, a gente precisava de uma sala de recursos que a gente não tem, a gente precisava de uma equipe de apoio vinda do município, que só existe no papel, então assim, só a gente fazer, não dá cem por cento de garantia. (C01)</p>	
<p>Como eu disse, a gente faz as adaptações que damos conta, em atividades, é principalmente os professores regentes, eles procuram outras avaliações, outros métodos para estar ensinando-os dentro da sala de aula com os demais alunos, para eles não ficarem à parte, não ficarem jogados. (C02)</p>	
<p>Nossos alunos da inclusão na verdade participam das ações que os outros também participam e eu acho que isso tem ajudado muito, então cada um do seu jeito participando dos nossos planos que a gente tem de ação durante o ano escolar. Eu acho que essa é a inserção deles nas ações diárias principalmente a começar pelo alto cuidado, é tem feito a diferença. (C03)</p>	
<p>É, nós tentamos receber esse aluno com muito carinho, muito amor e tentamos adaptar com as condições que nós temos para que ele consiga o mínimo do aprendizado POSSÍVEL nessas condições precárias que nós temos hoje, porque não temos sala de AEE, os nossos profissionais não são capacitados, então a gente tenta o máximo possível trazer algum conhecimento para essas crianças. (C04)</p>	
<p>Eu acho que aqui a primeira ação que a escola tem que praticar é a ação do bom acolhimento. Ela tem que no MÍNIMO acolher bem tanto o aluno, a criança quanto o familiar. (C05)</p>	
<p>Eu acho assim, a gente tem crescido bastante, tem evoluído bastante, mas a gente ainda tem muito a aprender, porque sempre tem uma coisa nova, sempre surge uma coisa nova, um transtorno diferente, uma criança que nenhuma criança é igual, /.../, que tem sido bom para a escola e tem sido um peso para a escola, no sentido assim, muitas pessoas estão relacionando a escola a uma escola inclusiva, que recebe essas crianças, então, assim, o número de alunos que nós temos recebido é cada vez maior. Então nós estamos com superlotação, assim em sala, com o número de crianças especiais, está bem, bem difícil de trabalhar justamente porque a gente não tem hoje recebido pessoas capacitadas para isso. (D01)</p>	
<p>BOA. Não é perfeita, porque infelizmente está longe de a educação conseguir essa perfeição, mas dentro do possível nós desenvolvemos um bom trabalho. (D02)</p>	<p>Repercussões das ações desenvolvidas nas unidades escolares.</p>
<p>Regular. Justamente por isso, por falta de formação, muita coisa a gente não está preparada, às vezes nem a gente do grupo gestor e olha que a gente hora que chega um caso, a gente pega e senta e analisa e procura e vai atrás, mas quando passa para um professor ele não é aberto a mudanças. (D03)</p>	
<p>É, as práticas inclusivas elas sempre vão esbarrar na questão da legislação. (D04)</p>	

<p>Eu avalio que ela ainda está em construção. Eu acho que a gente está caminhando a passos de formiguinha na inclusão. (D06)</p>	
<p>Então, é igual eu falo assim, a gente precisa do preparo, a gente precisa do suporte, então hoje eu considero regular. (C01)</p>	
<p>Eu acho que são pertinentes, poderia ser mais, mas assim é igual foi falado, e como não é uma coisa específica a gente não tem pessoas capacitadas para isso eu falo por eu mesma eu sou formada, mas eu não sou capacitada para estar trabalhando com esses alunos especiais, então dentro do possível, tanto os professores regentes, como a coordenação, a direção, a gente procura fazer, adaptar, fazer o melhor possível com as condições que nós temos aqui. (C02)</p>	
<p>Como coordenadora eu acho que ainda podemos melhorar. Podemos nos capacitar melhor, podemos acolher melhor esses alunos e como grupo não só gestor, mas gestor e regente eu acho que precisa se unir mais. Aqui na nossa escola nós estamos tendo esse olhar, estamos assim até planejando para o próximo ano, para que isso possa ser mais forte aqui na nossa escola. (C03)</p>	
<p>É como eu falei antes é difícil avaliar, porque a gente queria muita coisa, mas como eu disse a falta de políticas públicas direcionadas, não tem equipe multidisciplinar, eles não enviam pessoas capacitadas eles, não propiciam capacitação para os professores, uma capacitação mais assertiva, que supra mesmo as deficiências desses professores eu acho que é muito desafiador o trabalho, mas a gente vai tentando e a gente consegue muita coisa. (C04)</p>	
<p>A gente desenvolve projetos para acolher bem a família, a gente corre atrás de suporte pedagógico, seja ele como apoio, como material para todas as dificuldades da criança, que a criança apresenta. A gente corre atrás do que ela precisa para acolher ela bem, para ela ser bem acolhida na escola, bem recebida. (C05)</p>	
<p>Eu acho que o processo dele, enquanto gestor, é o mesmo de qualquer outro funcionário dentro da escola. Porque todos, primeira coisa, todos têm que falar a mesma língua. E trabalhar essa questão do respeito, de como as práticas vão acontecer ali dentro, porque não cabe só ao coordenador, o gestor, o diretor também tem que fazer isso, tem que estar ali junto, vendo as necessidades da criança, vendo o que está acontecendo, acompanhando dentro da sala de aula, eu acho que tem que estar junto sempre. (D01)</p>	<p>A dinamicidade do trabalho do gestor: desafios e frustrações.</p>
<p>O papel do gestor, é na minha opinião, é orientar, buscar recursos, buscar mecanismos para estar auxiliando o educador da melhor forma possível, então realmente é na procura, das melhores condições para isso acontecer. (D02)</p>	
<p>Direcionar, e infelizmente agora impor, que não deveria ser. (D03)</p>	
<p>O diretor ele tem que estar sempre atento nesse elo, ele é o elo entre a família, entre o aluno e a família, ele é o elo entre a secretaria, entre a escola e a secretaria de educação, então, e entre também o profissional de educação que tem dentro das unidades. (D04)</p>	
<p>É perceber essa diversidade que a gente recebe. Estar sempre em contato com a família e com o grupo gestor para poder alinhar a prática dentro da sala de aula. /.../ Solicitar o apoio dos pais por mais que é uma escola de tempo integral e os pais falam que não tem tempo de vir. (D05)</p>	

<p>O meu papel, ele é junto com a equipe e em busca de todo esse processo junto a família, junto as melhorias na escola, na instituição, junto aos materiais didáticos, junto ao aluno. Eu gosto de me tornar muito próxima do aluno, eu gosto de conhecer a realidade dele, eu gosto de conhecer o laudo dele, eu gosto de pesquisar no que eu posso estar contribuindo, então assim, eu sou uma gestora que eu participo do processo. (D06)</p>	
<p>O papel do gestor, bom primeiramente, o gestor ele tem que estar qualificado, estar preparado é como diz assim, entrar de cabeça na inclusão, mas tendo suporte. (C01)</p>	
<p>/.../ então didaticamente seria é vamos dizer buscar verbas, buscar parcerias para serem atendidos, porquê falar a verdade não tem apoio, não tem apoio de outros órgãos, então assim aqui dentro do município, aí às vezes assim conseguisse buscar fora de um governo federal, de alguma coisa assim. (C02)</p>	
<p>É importante demais. Porque se o gestor cruza os braços, a família cruza, os colegas cruzam, então assim, realmente essa bandeira tem que ser erguida sim pelo gestor, por que quem está a frente para poder dar esse apoio para esse aluno que chega aqui. (C03)</p>	
<p>Eu tento, tento muito, mas eu acho que até o meu trabalho ainda é falho por causa desses entraves que a gente tem no sistema, então eu queria muito CAPACITAR meus professores eu queria muito que esses professores trabalhassem de forma diferenciada, que tivesse uma sala especial para tirar essas crianças, mas infelizmente a gente não têm nada disso. (C04)</p>	
<p>Pois é, é orientar e socorrer o professor, porque se o aluno está doente o professor tende a ficar também então é dar um suporte para o professor para ele não adoecer junto com a criança dele. (C05)</p>	
<p>No nosso PPP ele tem a parte de (1) de inclusão, tem a questão da sala de AEE, do AEE, tem o Plano Individual de Ensino, que é o PEI, Plano de Ensino Individualizado, como é feito essa formação, (2,0s) [[comente a cerca e os projetos, me esqueci dos projetos, {{risos}} e os projetos. (D01)</p>	<p>Interação com as famílias para a escolarização de alunos público alvo da educação especial</p>
<p>Sim. A nossa escola tem a como eu já relatei lá atrás, tem a sala de recurso, e é uma sala que é toda respaldada por lei, é já veio verba do governo federal para manutenção dessa sala, então sim, é (2) registrado sim no PPP da escola. (D02)</p>	
<p>É o nosso está incluso e tratado principalmente com o uso de recursos diferenciados. (D03)</p>	
<p>Bom, claro, ele tem, tem citado sim a questão do PPP, nós o reformulamos agora em outubro de 2024 e (2) dentro de uma das normativas. De alguns artigos que exemplificam a questão da educação especial, /.../ (D04)</p>	
<p>Ele aborda, principalmente nessas questões, não só de estar lá no projeto político pedagógico, mas ele estar casado com um plano de ação da escola. (D05)</p>	
<p>Sim. Contempla. (C01)</p>	
<p>Nós estamos fazendo essas modificações aos poucos, mas já contempla sim, é inclusive jogando no plano de ação, no plano anual a gente incluindo os projetos. Nossa escola é integral, então os projetos nos ajudam muito nesse sentido, então assim estamos caminhando bem nesse sentido. (C03)</p>	
<p>Sim. Contempla, assim eu teria que pegar é (2) de acordo com a garantia de lei, a gente segue o que a lei garante, mas é isso. (C04)</p>	

<p>Tá. Ele (1) propicia assim ele acolhe, nós temos o projeto me esqueci é o (2) dia do aconchego é (1) uma parte voltada mesmo para família desses alunos é principalmente a família, o aluno sim, mas principalmente a família, é uma conversa com a família é a gente convida uma pessoa de fora, uma pessoa especializada, para vir conversar com a família para vir (1,8s) é acolher bem, então, o que a gente tem que fazer é acolher é (1) tanto a família quanto o aluno então, é isso que é que o projeto, que o PPP contempla. (C05)</p>	
<p>Quando a gente vai elaborar o plano, a gente precisa de todos juntos, inclusive da família, é a gente precisa da professora da sala de AEE, a gente precisa do professor regente, do professor de apoio que está junto com ele, o coordenador pedagógico, o diretor, e a família, porque assim, todo mundo precisa estar sabendo o que está acontecendo, o que vai ser trabalhado com aquela criança, é então, o envolvimento tem que estar sempre, tem que estar presente, tem que estar junto, se eu não participo eu não vou saber nem para cobrar, nem para instruir. (D01)</p>	
<p>Esse plano é feito pelos professores, é orientado, acompanhado pela coordenadora local e no que precisa do apoio, de correr atrás, da gente estar buscando alguma coisa eu estou sempre à disposição para estar fazendo esse trabalho. (D02)</p>	
<p>Sim, sim. A gente sentou, a gente organizou, a gente planejou de acordo com os problemas que a gente tinha. Apesar de que a gente tem que ficar sempre reformulando que a cada dia que passa chega um transtorno, um problema diferente. (D03)</p>	<p>Plano Educacional Individualizado, uma prática distante da realidade.</p>
<p>Não, aqui nós não temos ainda porque não teve por causa de algumas mudanças, questão de entendimento de alguns secretários, então ainda não foi colocado, precisamos é repensar caso a caso. Cada escola pensar se podemos ter esse plano de execução em cada escola, ou tenhamos uma escola especializada nessa área. (D04)</p>	
<p>Então, esse PEI ele ainda não chegou para a gente na (1) mesma estrutura que chegou para o estado. É ele ainda não é, não foi otimizado, não foi passado, então o que a gente faz mesmo é esse momento da coordenação com (1) a professora na percepção de qual trabalho que está sendo feito. ((entendi)). /.../ (D05)</p>	
<p>Então, a gente faz assim com o plano individualizado, questão assim de coordenação motora ao aluno que precisa de algo para coordenação motora, nós temos a sala de jogos /.../ (C01)</p>	
<p>Não, não, adapta. (C02)</p>	
<p>Não, não tem, eu desconheço. (C03)</p>	
<p>Não tem. Não sei o quê que isso {{risos}} para te falar a verdade e ser bem sincera. (C04)</p>	
<p>Esse agora é um ponto. Tá. Esse ano a gente não fez o PEI, a gente sabe as dificuldades que cada um tem, a gente trabalha essas dificuldades, mas hoje se você me pedir o PEI de cada um eu não tenho para te mostrar. A gente esse ano não fez, foi trabalhando, tem um esquema deles, o que eles precisam, /.../ (C05)</p>	
<p>Bem próximo, aliás constante {{risos}}. Sempre fazemos reunião com os pais, principalmente quando tem alguma coisa que está, é, a gente nota muito que assim a mudança de comportamento às vezes da criança atípica, ela vai de um jeito, de repente ela muda aquele comportamento, a gente sempre tem que está tendo essa comunicação com a família para entender se alguma coisa aconteceu, se é uma medicação que mudou ou se introduziu uma medicação nova, ou se não está tendo terapia, o quê que está acontecendo, a gente sempre tem que estar junto. (D01)</p>	

<p>A interação, entre escola e família, porque sem isso, independente do aluno, é impossível essa aprendizagem, nós não teremos sucesso se nós não tivermos a parceria escola-família e cabe a mim tentar da melhor forma ter essa ligação, ter essa é colaboração. (D02)</p>	
<p>Esse é um grande bloqueio também, além da resistência do professor, a resistência maior começa dos pais, a aceitação ((certo)) e na maioria das vezes somos nós que temos que encaminhar para, principalmente para Neurologista. (D03)</p>	<p>Interação com as famílias para a escolarização de estudantes público alvo da educação especial</p>
<p>(+) Importantíssimo. Ele é o elo de (1) ligação da escola com (2) a secretaria de educação, do (1) aluno com a (2) família. (D04)</p>	
<p>Tem casos e casos. A gente vê uma resistência muito grande por conta de alguns pais, por ser uma escola de tempo integral a gente vê que muitas famílias se ancoram. (D05)</p>	
<p>A gente faz principalmente assim, quando o aluno está chegando para nós que é um aluno assim que se matriculou na escola recentemente, a gente gosta sempre de fazer esse trabalho, a gente convoca o pai na escola, faz uma reunião, porque a gente precisa saber a realidade desse aluno, como eu te falei eu gosto de saber assim a rotina dele, se tem medicação como é, até para contribuímos com a inclusão, então esse trabalho a gente faz. (D06)</p>	
<p>É, hoje em dia está sendo a luta. Está sendo uma luta esse trabalho com os pais porque fazer eles aceitarem que o filho tem um problema primeiro já não é uma situação fácil. E depois que eles internalizam, que eles descobrem, que eles veem que realmente tem um problema eles jogam a responsabilidade toda em cima da escola e não é, a escola é só um caminho para tentar melhorá-lo, agora eles têm que correr atrás, mas não é fácil. (C01)</p>	
<p>A é fundamental. Porque como se diz, quando o aluno vem para a gente é a primeira pessoa que eles procuram é a direção. O diretor / então assim / esse entrosamento, essa troca de informações para (3) o gestor que está recebendo, saber como lidar com aquela criança, porque não (1) é simplesmente chegar, vou matricular e pronto, toma que é seu. Então, é muito importante o (2) gestor com os pais terem um (+) (2) entendimento, um entrosamento para poder estar passando, repassando para os outros como lidar com (1) aquela criança. (C02)</p>	
<p>Na verdade, o nosso papel tem sido assim de mãe senta aqui, (+) vamos cair na real o seu filho precisa de socorro, então nosso primeiro passo tem sido esse e tem dado certo porque elas têm procurado ajuda. ((certo)) O nosso município oferece pouco, mas oferece (+) e para a escola, para esse aluno que está gritando socorro tem sido bom, porque ele está sendo enxergado como alguém que necessita mesmo desse apoio e muitas vezes a própria casa não via, (incompreensível), não enxergava, não acolhe e aí então nesse sentido tem melhorado. (C03)</p>	
<p>É (+) primeiro de convencimento, já aconteceram casos na minha vida de gestão que a gente notava que a criança tinha uma certa dificuldade, tinha uma coisa e o pai não aceitava e a gente tinha que chamar e conversar, esse é um dos papéis do gestor. O outro papel eu acho que acolher, sabe ter empatia com essa mãe, com essa família, principalmente quando são crianças mais agitadas, adolescentes a gente tem que ter um contato muito próximo da família e compreender também essa família, acolher. (C04)</p>	

<p>Pois é, a gente chama muito mãe para conversar, muita família para conversar, um pouco para pedir o laudo, para orientar, para tentar conscientizar, porque realmente tem mãe também que não aceita a situação, é o pai era assim, ou a mãe era assim ou o irmão mais velho, é porque é custoso mesmo, é (1) porque tem dificuldade para aprender mesmo, então assim a gente chama muito para conversar. (C05)</p>	
<p>(1,5s) É participe. {{risos}} Como eu disse, se a gente não estiver junto e conhecer o que está acontecendo não tem como você cobrar nem instruir. (D01)</p>	
<p>UMA, (1) pessoa que vai estar tentando conciliar, juntar, unir, porque se tiver alguma quebra, alguma ruptura nessa, (1) escala aí, nós não teremos uma aprendizagem de qualidade, podem ficar lacunas, então cabe ao gestor estar tentando sanar qualquer probleminha, qualquer dificuldade, qualquer atrito, qualquer necessidade para gente conseguir o alvo necessário. (D02)</p>	
<p>É complicado. É um joga aqui, joga ali, sabe? Nós temos um problema grande principalmente o professor de AEE, ele a gente não tem, mas o apoio querer passar tudo para os pais sem passar pelo regente. (D03)</p>	<p>Impactos da interação do grupo gestor com os agentes da inclusão.</p>
<p>É MUITO importante. Porque o diretor, a direção ela sempre é (2) o elo de ligação de (1) todos os segmentos. E aqui na escola, nós trabalhamos o seguinte: primeiro que não tem diferença entre professor regente com profissional de apoio, todos eles têm um a sua, a mesma importância e (1) o que nós mais entendemos como gestão é o incentivo desses profissionais de apoio juntamente com os regentes de buscar especializações, de buscar momentos de estudo e que uma sala, um professor de uma sala com outro eles trocam experiências que é feita aí na nesse período aí que nós temos da, do dia do trabalho coletivo. Então essa troca de informação ela é importantíssima e ela só é possível graças a esse elo que tem com o gestor. (D04)</p>	
<p>/.../ É chamar a família para conversar, é chamar o profissional de apoio que está com esse, com essa criança e por vezes também conversar com professor (+), porque em determinado momento já aconteceu situações também da criança que tem uma (1) condição mais é mais difícil de se lidar se sobrepõem aquele outro que tem uma condição menos elevada. /.../ Para a gente, não sei se posso usar esse termo, mas assim é porque ao mesmo tempo também é um aprendizado, a gente sempre fala que cada criança que chega aqui ela é um aprendizado porque ela traz para gente um olhar diferente, a gente precisa buscar esse conhecimento acerca do que ela tem para então poder fazer alguma coisa. (D05)</p>	
<p>É, também porque assim os nossos professores de apoio não são pessoas especializadas, no nosso município se coloca muito é IEL, ((ensino médio)) de ensino médio, então eles não têm também um preparo, muitas vezes a gente acaba criando outro problema de não colocar pessoas qualificadas, e aí a gente tem que fazer essa intervenção entre professor, o apoio, a família para tentar amenizar um pouco do caos que é gerado diante dessa situação. (C01)</p>	
<p>A ligação, seria o ELO é (+) acontece (+) só que geralmente passa pela coordenação, no caso o gestor aí seria a coordenação com o regente o (1) ((profissional)) apoio é o profissional de apoio e para a orientação, que a orientação nesses casos é que chama os pais ((que faz essa)) é mais fácil os pais desses alunos nos procurarem do que a nós estarmos chamando-os aqui, mas funciona. (C02)</p>	

<p>/.../ então é realmente estar trabalhando nesse sentido mesmo de alertar a família, para ela poder enxergar o seu filho, que ele precisa de ajuda, de alertar o regente, que o aluno não é do apoio o aluno é DELE, é uma luta também nossa diária. (C03)</p>	
<p>Eu sou a liga {{risos}}, eu tento ser a liga. O coordenador ele tem que ser a liga, o professor traz uma demanda, às vezes o pai traz a demanda, o AAE traz a demanda e eu tento ser a liga para ser a mediadora {{barulho de cigarra}} dentro do que está acontecendo, acho que é esse o meu papel e tentar buscar também uma melhor prática para atender essa criança. (C04)</p>	
<p>Tá. A gente é (1) procura fazer um (1) elo de ligação com todo mundo, do professor com a sala de AEE é mais fácil porque está aqui dentro da escola então assim, o professor regente ele vai dizer, olha isso aqui não ficou bem claro, não (1) entendeu, não aprendeu, aí o professor de AEE vai atacar essa dificuldade vai (2) partir de onde ele sabe para (2) continuar o processo. (C05)</p>	
<p>É, a gente não adquiri material específico, a gente elabora o material adaptado, porque cada criança é uma (1) especificidade, então não dá para você fazer por exemplo, não vou adotar esse material X para ser material adaptado para todas as crianças, porque não dá. O próprio (1) plano diz, é plano de ensino individualizado, então se ele é individualizado, para cada um, é um, então é trabalhado, é feito, principalmente junto com o coordenador pedagógico e o professor regente qual, o que está sendo trabalhado, o que ele precisa trabalhar e aí montam a atividade em cima disso. (D01)</p>	
<p>Eu acredito que, como eu falei numa outra resposta anterior nós não temos o melhor, o mais é atualizado, o mais sofisticado, mas nós temos material. (D02)</p>	
<p>Nós temos os pedagógicos, e as atividades também diferenciadas que é feita para (1) os alunos, (+) isso aí nós temos, o que FALHA aqui mesmo que a gente tem que lutar para conseguir, aliás todas as escolas é a sala de AEE, que eu acho que todas tem que ter, pela demanda grande do (1) nosso alunado especial que está só aumentando ((um rum, cada ano mais)). É. (D03)</p>	<p>Falta de investimentos dificulta a inclusão de estudantes público alvo da educação especial.</p>
<p>Sim. É são materiais nós temos aqui, hoje nós não temos alunos é cadeirantes, mas nós temos uma cadeira de roda para atendê-los, nós temos máquinas de Braille, nós temos materiais acessíveis é livros é escrito também em Braille e materiais que são colocados no dia a dia, lupa para alguns alunos que têm deficiência é na visão, então assim, computadores também adaptados e sem contar do material didático que estão são sempre são adaptados para esses alunos. De uma maneira geral não conseguimos uma acessibilidade de 100%, mas nós conseguimos aí uma acessibilidade é digamos que satisfatória. (D04)</p>	
<p>Algum material ou outro, porque nós até tínhamos um material aqui específico para cegos e surdos que era da escola quando ela era estadual e esse material foi passado para a Secretaria com a perspectiva da abertura do Núcleo, e esse material está lá, porque como a gente não tem espaço esse material ele estava engavetado há anos então assim, fora esse material os (1) demais são todos comuns. (D05)</p>	

<p>Olha eu acho que ela não tem esse material adequado. Não tem, a gente tenta fazer assim, dentro de cada realidade dos alunos com o pouco que a gente tem, a gente busca algumas parcerias sim, com a Secretaria de educação, algumas coisas eu adquiero com verbas minhas mesmo, é dentro da nossa realidade, às vezes o profissional me posiciona o que ele precisa, eu mesmo dentro do meu pouco conhecimento, às vezes vejo algum material que eu acho que encaixa dentro daquilo ali, como jogos, materiais, que vão trabalhar com a parte concreta com os alunos e aí eu vejo assim que é possível a gente estar adquirindo eu faço esse trabalho. (D06)</p>	
<p>É que se não fosse o gestor não ((tinha)) não tinha. Porque o gestor que tem que encabeçar e enfiar a cara e ir atrás de recursos para conseguir esse material, e nós graças a Deus nós assim, nós temos, nós estamos começando a estruturar as nossas salas de jogos, de recursos, entre aspas "recursos". (C01)</p>	
<p>Possui alguns. Eu não vou mentir que não (1) tem, lógico. Não tem nem como ter todos, mas compra com (1) dinheiro das ((que vem)) das verbas, que um pouco pode utilizar é adquirido alguns materiais sim, aí é rotativo. (C02)</p>	
<p>Não, não possui, então a gente vai adaptando mesmo para cada aluno, a gente pesquisa na internet, tem apostilas que a gente passa a conhecer porque procura, e a gente já trabalha junto com os regentes nesse sentido. (C03)</p>	
<p>Não da maneira que deveria ser. (C04)</p>	
<p>Tá. O papel do gestor é solicitar o material, é correr atrás desse material é (+) olha, quando a gente recebe um aluno. /.../ Quando o aluno chega com a deficiência, se a gente não tem nada a gente vai correr atrás, se solicitou não atendeu a gente ((improvisa)) é um rum ((para atender da melhor forma)) é. (C05)</p>	
<p>Com certeza. Porque é como assim, prova de fluência que exige que tenha um aluno leitor, um autista não verbal, por exemplo, ele não consegue executar a prova, ((um rum)) e aí, isso compromete o resultado da escola. (D01)</p>	<p>Impacto da falta de adaptação para os estudantes público alvo da educação especial nas avaliações externas.</p>
<p>Infelizmente. Eu queria falar que não, eu queria falar que não tem mudança, mas eu não posso fechar os olhos e fazer o bonitinho, muda sim. Algumas crianças que em determinado ano e ela não está é vamos dizer, no nível daquela turma, então sim, afeta sim. (D02)</p>	
<p>Cai. Cai porque não vem material diferenciado, então se aqui a gente é obrigado a fazer no nível deles o (1) de fora, o externo também deveria. ((um rum)) Não tem como eles saírem bem. (D03)</p>	
<p>BOM. Não podemos jogar, às vezes quando uma nota cai numa avaliação em cima dos alunos que tem deficiência. Nós temos que entender que nós somos uma rede e o fracasso de um é o fracasso de todos, o sucesso de um é o sucesso de todos. Eu jamais seria leviano de afirmar que dentro de um quadro que (1) eu tenho algum aluno especial e culparia ele de uma nota abaixo daquilo que a gente almeja, é eu acho que antes de pensarmos de quem é a culpa nós temos que buscar de quem é a solução e a solução está no trabalho da gestão, da coordenação, da orientação, dos profissionais da educação, dos pais. A responsabilidade jamais será colocada sobre os nossos alunos. (D04)</p>	
<p>Eu considero que assim, porque agora que nós estamos percebendo o que é a escola municipal. /.../ E eu não considero que ele seja um indicativo de baixa de média até porque eles recebem o devido (1) atendimento, quando a avaliação externa e eles tem o devido acompanhamento, fora isso nas demais avaliações é perceptível o nível de cada um e não tem como você burlar esse tipo de diversidade porque isso seria até uma hipocrisia. (D05)</p>	

Eu Acredito não cai, mas eu ainda não passei por essa realidade para te dar esse posicionamento. (D06)	
Com certeza. Porque as avaliações, elas não vêm adaptadas da forma que deveriam vir. Que eles exigem um plano individual, alguma coisa assim, mas, as avaliações externas não vêm. ((São iguais para todos.)). Iguais. O muito é deixar o apoio sentar do lado e fazer com eles. (C01)	
Cai, cai porque eles lá, eles têm todo indício que a criança tem autismo, tem baixa visão, tem TDAH, essas coisas. Então assim, e tem vez que não vêm adaptada para eles e não adianta, não é a mesma coisa, então eu acho que (2,0) prejudica a nota. (C02)	
(1,5) É, não é que eu acredito, é porque o próprio sistema ele não separa, ele não dá essa condição, então a avaliação vem igual. (C03)	
Não. (+), não porque coloca lá no quando tem a deficiência a gente coloca aí ele vai com apoio. ((ok)) O ano que vem eu vou ter essa (1) esse parâmetro para responder, pois no ano que vem o meu vai fazer o IDEB ele está no oitavo ano e que vem é ano de IDEB e ele vai fazer e eu vou ver como é que é. {{risos}} (C04)	
SIM, porque a maioria dessas notas não tem lá o espaço para escrever que é um autista não verbal, não tem espaço nenhum para escrever, no máximo, se é um deficiente visual com prova ampliada, letra ampliada, mas é só. (C05)	
(1,5s) É, a gente sabe que não depende só da gente, se dependesse seria ótimo. Mas eu incentivo muito assim, a (2) eles estarem buscando por fora, não também ficar só esperando que a prefeitura faça alguma coisa, que a secretaria de educação promova alguma coisa dentro da área de inclusão, eu acho que a partir do momento que você tem alunos na escola que precisam desse olhar diferenciado o professor também tem que buscar, mesmo que seja por fora. Então sempre que tem algum congresso, alguma coisa, estou sempre divulgando, e incentivando eles a participarem. (D01)	
O incentivo, um incentivo diário de estar procurando se qualificar cada dia mais, é o principal e quando é oferecido pelo governo federal, pelo municipal, pelo estadual estar sendo realizado, porque infelizmente a escola não possui verbas para estar oferecendo essas capacitações, então realmente como sempre o professor é um guerreiro, ele corre atrás. (D02)	
(2,0) Então. Inclusive eu acho que a gente está até falha (+). /.../ Porque a gente usa, o que a gente usa para essas formações? A gente usa o trabalho coletivo e eu acho que é tanto problema que a gente vem enfrentando nas escolas ((tanta demanda, não é)), tanta coisa, se a gente for analisar a (2) inclusão é uma, mas a gente está percebendo que a (1) saúde mental do professor está pior, porque ele tem que estar bem para trabalhar bem a inclusão, era até o nosso próximo passo para esse trabalho coletivo de HOJE, era esse tema, trazer alguém para trabalhar isso, só que nós não tivemos. ((isso)) E nos anteriores, buscamos trabalhar a saúde mental, a inteligência emocional dos professores (+) que ficam muito nervosos quando recebem alunos que eles não dão conta.	
É um papel de motivador. /.../ Então, esse papel do gestor de estar à frente motivando a sua equipe ele é fundamental. Um gestor que não motiva a sua equipe e que dê o exemplo para sua equipe ele não vai ter bons resultados. (D04)	

<p>(+) Isso aí eu creio que, eu considero que caiu. A gente incentiva, mas assim, essa formação ela acaba sendo de cunho mais individual até porque a gente não recebe incentivo para isso. Não adianta a escola oportunizar isso sendo que financeiramente, ou até mesmo via Secretaria de educação isso não é oportunizado e quando é oferecido é de qualidade diferenciada, eu digo assim, em pouco tempo, então assim essa formação na área da inclusão ela requer mais tempo. (D05)</p>	
<p>Essa, é para mim uma das características fundamentais (+) senão acho que uma das mais importantes porque eu acho que hoje nós todos somos carentes desses recursos, porque é não só o profissional que acompanha o aluno, eu acho que toda a equipe ela precisava desse aprimoramento, desse acompanhamento, desse estudo especializado, e nós não temos. Então, ele é de fundamental importância não só cursos esporádicos eu acho que capacitações sim, eu acho que necessitaria que fosse exigido mesmo se um profissional fosse acompanhar o aluno que ele tivesse formação, capacitação na área para ele ter realmente um trabalho de qualidade, porque eu acho que o que se faz é só uma companhia às vezes para o aluno, não é na verdade um trabalho de qualidade. (D06)</p>	
<p>Então, a equipe gestora tem que ser incentivadora, primeiro. Incentivadora de buscar melhorar, de buscar se qualificar, mas a gente sabe que no nosso município não é bem assim que funciona, a gente fica muito preso esperando muito ((um rum)), da ((iniciativa da secretaria)) da secretaria de educação e muitas vezes eles não proporcionam isso para a gente. Mas a gente sabe que professor assim, é um pouco também acomodado nessa busca, nisso eu me enquadro também {{risos}}. Porque a gente só busca quando a gente tem o problema na mão, a gente não busca por antecipação. Mas, é eu acho que é isso. (C01)</p>	
<p>Mais ou menos. (+) É assim, às vezes, é eu vou falar por mim eu (1) busco, às vezes eu trago atividades, às vezes como lidar com aquela criança. As vezes eles mesmos já chegam falam assim, vou trabalhar desse jeito, acho melhor ASSIM, o que você acha? Então assim, tem uma troca, tem uma parceria. Não é falar assim 100% ((sou eu)) sou eu, 100% são elas não, é graças a Deus tem essa conversa, tem esse entrosamento. (C02)</p>	
<p>O nosso é de incentivar, ((sim)) porque nos vem, nos vem no calendário, nos vem até mesmo às vezes alguma é alguma palestra extra, então a gente tem que incentivar, nosso papel é esse {{risos}} motivar nossos colegas a querer aprender, saber cada vez mais. (C03)</p>	
<p>É a equipe gestora ela até tenta BASTANTE sanar todas essas dificuldades, mas eu acho que o poder que está acima de nós não dá o (1) respaldo, que eu acho que o respaldo maior seria da SME, da Secretaria Municipal de Educação de onde vêm as diretrizes. Eu acho que falta a equipe multidisciplinar de lá, falta uma coordenação ativa da inclusão, falta muita coisa e a gente sempre espera (1) quem sabe na próxima tem. (C04)</p>	<p>A responsabilização pela falta de qualificação dos profissionais da inclusão.</p>
<p>Tá. A gente, (1) já trouxe pessoas para conversar aqui, é internamente dentro da escola, a gente tem a nossa (1) diretora ela é uma psicopedagoga, ela tem conversado muito, mas assim, a prefeitura quando pode também participa, quando tem as formações eles costumam trazer pessoas da área também para conversar um pouco, porque eles têm consciência que é a parte que mais precisa hoje ser instruído. (C05)</p>	

<p>(2,0) Então. Inclusive eu acho que a gente está até falha (+). /.../ Porque a gente usa, o que a gente usa para essas formações? A gente usa o trabalho coletivo e eu acho que é tanto problema que a gente vem enfrentando nas escolas ((tanta demanda, não é)), tanta coisa, se a gente for analisar a (2) inclusão é uma, mas a gente está percebendo que a (1) saúde mental do professor está pior, porque ele tem que estar bem para trabalhar bem a inclusão. /.../ (D03)</p>	
<p>É. Então, (2,0) às vezes fazem aqueles cursos lá que para mim não tem muita valia, que acaba que ninguém nem presta atenção, mas é uma vez ao ano e olha lá. Eu acho que nessa parte eles estão muito falhos, já que essa é nossa demanda principal ultimamente. (D02)</p>	
<p>(8,0) Bom, (+) a Secretaria tem feito seu papel (+) colocando profissionais da educação dentro das escolas, dentro do possível nós temos os atendimentos promovidos pelo CRAS, fonoaudiólogo, psicólogo, nós talvez tenhamos aí a necessidade de ampliar (+) porque a demanda igual eu te falei ((muito grande)) ela é cada ano maior. (D04)</p>	
<p>Só nesse sentido do envio de profissional. Porque se for em outras instâncias, quando a gente ainda precisa de algum socorro (1,5) vez ou outra ainda surge a possibilidade, mas eu penso que no sentido de pensar no macro ainda está bem distante daquilo que a gente realmente sonha, do que a gente idealiza, então é mais nesse fornecimento, no (1) oferecimento das pessoas que podem auxiliar os alunos na sala de aula e a gente vê mesmo que não é tão criterioso assim, porque quando a gente pega aqui alunos de IEL para lidar com essas situações. Mas a gente ainda tem que ficar feliz. (D05)</p>	
<p>Então, eu acho que é feito um trabalho e a qualidade do trabalho da Secretaria de Educação, digamos assim, hoje, no meu ponto de vista não é satisfatório. /.../ Um profissional que ele está ali para atender só a inclusão, mas eu não vejo esse profissional atuar nas escolas, eu não vejo ele levantar as demandas, eu não vejo ele verificar se o trabalho tem tido resultados, se está precisando de apoio, como tem sido, eu não vejo uma visita, eu não vejo uma ligação enfim, eu não vejo é primeiro eu quero começar daqui, porque se tem uma equipe da educação inclusiva na Secretaria de Educação para atender essas demandas ela deveria ser atuante e presente nas escolas, eu não vejo esse trabalho. (D06)</p>	<p>Divergentes opiniões sobre o suporte oferecido pela SME para a inclusão de estudantes público alvo da educação especial.</p>
<p>Então assim, alguns cursos que eles dão ao longo do ano, um, dois, no máximo. O suporte que eles deveriam dar com professor de apoio como eu falei anteriormente, tem o professor de apoio, mas não é aquela mão de obra da forma que deveria ser, com professores especializados, são professores de ensino médio, de IEL que eles colocam para quebrar o galho. E a parte é do multidisciplinar, uma fonoaudióloga, uma psicóloga para dar um amparo que não tem, ((os quais fazem parte do plano, da educação especial, mas)) [[Justamente, mas infelizmente a gente fica presa a Caps. a ((a boa vontade dos pais)), justamente. (C01)</p>	<p>- Equipe de educação inclusiva na Secretaria Municipal de Educação: por si só não é satisfatório se não atende as demandas da escola.</p>
<p>(+) Eu falaria nenhum, porém tem um (1) projeto que acho que não, acho não, não é nem do município, é do estado que são aquele pessoal do IEL ou pessoas que estão desviadas de função que eles colocam como suporte para esses alunos, /.../ (C02)</p>	
<p>Tem sido o IEL que ele manda porque a gente sabe que eles não querem mandar o pedagogo, o que se especializa em psicopedagogia, para ele, para o sistema fica caro, a gente entende, mas não quer aceitar ((sim)) ((risos)). ENTÃO, nesse sentido a gente fica (+) acha que não pode ser e não pode mesmo. (C03)</p>	

<p>É e como eu te disse anteriormente deixa a desejar nesse sentido porque, nem eles também não têm os profissionais para nos oferecer com a capacitação devida, então se torna quase uma utopia a inclusão. (C04)</p>	
<p>Tá, então como eu disse, esse ano a gente recebeu um (1) (2,0s) uma palestra, não foi? ((sim)) num dia coletivo ((teve um dia de formação)) teve um dia de formação, (+) tem uma pessoa lá dentro da secretaria que {{risos}} que é para orientar quando a gente precisa, assim, se a gente precisa de uma vaga de fonoaudiologia, a gente vai atrás dela aí ela tenta achar, encontrar uma vaga para (2) encaminhar o aluno, é só, não é?! (C05)</p>	

Fonte: Transcrição das entrevistas realizadas com diretores e coordenadores em 2024.